

Lúcia Regina Ruduit Dias



Judicialização e contracondutas no trabalho da equipe de um CREAS: forças em tensão na assistência social

Lúcia Regina Ruduit Dias

**JUDICIALIZAÇÃO E CONTRACONDUTAS NO TRABALHO
DA EQUIPE DE UM CREAS: FORÇAS EM TENSÃO NA
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção de grau de Doutora em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Andréa Vieira Zanella

Co-orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Jaqueline Tittoni

Florianópolis
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Dias, Lúcia Regina Ruduit
Judicialização e contracondutas no trabalho da
equipe de um CREAS : forças em tensão na assistência
social / Lúcia Regina Ruduit Dias ; orientadora,
Andréa Vieira Zanella ; coorientadora, Jaqueline
Tittoni. - Florianópolis, SC, 2017.
192 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,
Programa de Pós-Graduação em Psicologia,
Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Psicologia. 2. Assistência social. 3.
Judicialização. 4. Precarização. 5. Coletivo e
Memória. I. Zanella, Andréa Vieira. II. Tittoni,
Jaqueline. III. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
IV. Título.

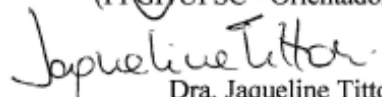
Lúcia Regina Ruduit Dias

***Judicialização e contracondutas no trabalho da equipe de um CREAS:
forças em tensão na assistência social***


Tese aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.


Florianópolis, 13 de março de 2017.


Dra. Andréa Vieira Zanella
(PPGP/UFSC - Orientadora)


Dra. Jaqueline Tittori
(PPGP/UFRGS - Coorientadora)


Dra. Kátia Maheirie
(PPGP/UFSC - Examinadora)


Dra. Ana Lúcia Mandelli De Marsillac
(PPGP/UFSC - Examinadora)


Dr. Pedro Paulo Gastalho Bicalho
(PPGP/UFRJ - Examinador)


Dra. Jussara Maria Rosa Mendes
(PPGP/UFRGS - Examinadora)


Dra. Magda do Canto Zurba
(PPGSC/UFSC - Examinadora)

Dra. Maria Chalfin Coutinho
(PPGP/UFSC - Suplente)

Dra. Rosemarie Gartner Tschiedel
(PPGP/UFRGS - Suplente)

AGRADECIMENTOS

A meu pai Lauro e minha mãe Rejane, que sempre me incentivaram a caminhar pela vida extraindo dela o que há de melhor. A minha filha Natália, que viveu minhas distâncias físicas nos percursos entre Porto Alegre-Florianópolis-Lausanne, sempre me apoiando em minhas escolhas e trajetórias. E a meu ex-companheiro Luís, que, através de seu apoio e de sua ajuda no Brasil, possibilitou a realização de meu doutorado sanduíche no exterior.

Agradeço a minha orientadora Andréa Vieira Zanella pela presença, mesmo quando distante fisicamente, pelas leituras e retornos sempre velozes, pelas trocas, pelas escutas e pelo afeto. Enfim, agradeço a Andrea por ser alguém que incentiva e desafia nas escolhas de um caminho próprio. A minha co-orientadora, Jaqueline Tittoni, agradeço pela ajuda, apoio e incentivo em momentos decisivos em minha vida. A todos os professores e professoras da Universidade Federal de Santa Catarina, que, de forma dedicada, ajudaram em minha formação. A todos e todas colegas do doutorado que me oportunizaram tantos momentos de trocas, discussões, risos, entre livros e tapiocas. A CAPES, que, por meio das bolsas no Brasil e no exterior, me proporcionou uma formação gratuita e de alta qualidade.

Je remercie au professeur François Xavier-Merrien pour l'accueil et l'occasion d'accompagner son groupe de recherche et son travail. Aux professeurs Olivier Voirol et Renè Knüsel je remercie pour les échanges et pour la disponibilité de répondre me doutes et de m'envoyer des articles importantes pour la compréhension de Walter Benjamin et de l'assistance social à Lausanne, respectivement.

À querida Patrícia Schwab, agradeço por ter me acolhido em Lausanne como uma filha, abrindo sua casa, dispondo-se a sempre me ajudar. Sem a hospitalidade e apoio de Patrícia, a realização de meu doutorado sanduíche no exterior teria sido impossível. À Daniele Lopes Wohnlich, agradeço a intermediação que possibilitou minha estada em L'université de Lausanne. Ainda à Daniele, assim como à Carolina Carvalho Arruda, agradeço o acolhimento, as trocas, o apoio, a ajuda, a escuta e a entrada em minha vida como amigas. À Christophe Grange je remercie la confiance de m'ouvrir leur maison et leur famille et devenir un ami. À Jacob Jenni je remercie pour son écoute attentive et, encore, par les longs débats au tour de la table de sa cuisine.

À equipe do CREAS, que me abriu seu espaço de trabalho, acolhendo-me em suas diversas atividades, agradeço a possibilidade de realização deste estudo, com a esperança de que as PPAS se tornem, cada

vez mais, um campo de defesa tanto dos direitos das usuárias quanto das próprias trabalhadoras.

RESUMO

O presente estudo analisa as práticas das trabalhadoras da assistência social, problematizando a experiência da equipe de um Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS, da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. O estudo investiga as forças que se encontram presentes nas práticas jurídicas das trabalhadoras da equipe do CREAS e busca visibilizar as possibilidades de contracondutas ao processo de judicialização do trabalho e da vida. A estratégia metodológica utilizada é a pesquisa-intervenção, fundamentada na Análise Institucional e em suas noções de produção conjunta do conhecimento e na atitude político-ético-estética da pesquisadora. Os procedimentos utilizados para a produção de informações foram o acompanhamento da equipe, a análise de implicação, a restituição e uma oficina de fotografia. As informações foram registradas em diário de pesquisa e audiografações. As discussões provocadas pela intervenção foram analisadas à luz das noções de práticas jurídicas, judicialização do trabalho e da vida, assim como de biopolítica e contracondutas, a partir de Michel Foucault e pesquisadores/as contemporâneos/as. O estudo indica que no CREAS encontram-se presentes inúmeras forças que se reúnem em um fluxo na direção da judicialização do trabalho e da vida, sendo estas a trama pobreza-assistencialismo-tutelamento-culpa; a noção de Estado social e a biopolítica, que pressiona as trabalhadoras na direção do controle de si e da população; as práticas jurídicas enraizadas na sociedade e seus mecanismos de exame, de prova, de testemunho e de criminalização e, ainda, a precarização do trabalho. O processo de individualização se mostrou como uma força que transversaliza todas as outras e que pressiona fortemente no sentido da judicialização. O acompanhamento do CREAS e de suas relações com outros níveis e equipamentos da AS, bem como com outras políticas públicas, fez ver que essa dinâmica de forças não faz parte apenas do trabalho de um CREAS, mas se faz presente na AS brasileira assim como nas demais políticas públicas. Sendo assim, é possível dizer que as forças de individualização e culpabilização, enlevadas pelo projeto político liberal, se entrelaçam de forma a estarem presentes nas políticas públicas brasileiras como um todo. Entretanto, se por um lado existe uma trama de forças que pressiona na direção da judicialização, ao mesmo tempo existem forças que operam como contracondutas às práticas de judicialização. Essas forças são a coletivização e sua abertura a criações nos modos de trabalhar, assim como a produção de história e de memórias.

Palavras-chave: Assistência social. Judicialização. Assistencialismo. Precarização. Coletivo e Memória.

ABSTRACT

The current study analyzes the workers practices at social assistance, problematizing the experience of the team at a Social Assistance Specialized Reference Center – CREAS, in Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brazil. The study investigates the forces that are found in the juridical practices of the workers in CREAS team and it makes visible the possibilities of counter-conducts to work and life judicialization process. The methodology used is the research-intervention, substantiated at the Institutional Analysis and its notions of joint production of knowledge and political-ethic-aesthetic attitude of the researcher. The procedures used for the production of information have been the group monitoring, the analysis of implication, the restitution and a photograph workshop. The information was registered in research diary and sound recordings. The arguments provoked by intervention were analyzed to the light of the notions of juridical practices, work and life judicialization, as well as biopolitics and counter-conducts, by the work of Michel Foucault and contemporary researchers. The study indicates that at CREAS it is founded several forces that meet in a flow in the direction of work and life judicialization; being those the plot poverty-assistencialism-tutorship-guilt; the notion of social state and the biopolitics that pressures the workers in the direction of the self control and the population control; the juridical practices rooted in society and their mechanism of exam, test, testimony and criminalization and; also, the precariousness of work. The individualization process has shown itself as a force that mainstreams all the others and that strongly pressures in the direction of judicialization. CREAS monitoring and its relations with other levels and equipment of AS, as well as with other public policies, made clear that this dynamic of forces is not part of the job only at one CREAS, but it is present at Brazilian AS, as well as in other public policies. Therefore, it is possible to say that the individualization forces and culpability, lifted by the liberal political project, intertwine in a way to be present in Brazilian public policies as a whole. At the same time there are forces that operate as counter-conducts to the judicialization practices that are the collectivization and their opening to creations in the ways of working, as well as the production of history and memory.

Keywords: Social Assistance. Judicialization. Assistencialism. Precariousness. Collective and Memory.

RESUMÉ

La présente étude analyse les pratiques des travailleurs de l'assistance sociale mettant en question l'expérience de l'équipe d'un Centre de Référence en Assistance Social (CREAS), à Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brésil. L'étude examine les forces qui sont présentes dans les pratiques juridiques des travailleuses de l'équipe du CREAS avec l'intention de rendre visible les possibilités de contre-conduite au processus de judiciarisation du travail et de la vie. La stratégie méthodologique utilisée est la recherche-intervention. Cette stratégie est basée sur l'Analyse Institutionnelle et les notions de production commune de la connaissance et d'une attitude politique-éthique-esthétique de la chercheuse. Les procédures utilisées pour la production des informations ont eu l'accompagnement de l'équipe, de l'analyse d'implication, de la restitution et d'un atelier de photographie. Les informations ont été enregistrées sous la forme de journal de recherche et enregistrements audio. Les débats suscités par l'intervention ont été analysés à la lumière des notions de pratiques juridiques, judiciarisation du travail et de la vie, aussi comme de biopolitique et contre-conduites, à partir de Michel Foucault et des chercheurs et chercheuses contemporains. L'étude indique que le CREAS est lieu des plusieurs forces qui se rassemblent dans un flux vers la judiciarisation du travail et de la vie. Ces forces sont la trame pauvreté-assistanat-tutellement-culpabilité; la notion d'État social et la biopolitique qui pousse les travailleuses en direction du contrôle de soi et de la population; les pratiques juridiques enracinées dans la société et leurs mécanismes d'examen, d'épreuve, de témoignage et de criminalisation et; encore, la précarisation du travail. Le processus d'individualisation s'est montré comme une force qui transversalise toutes les autres et qui pousse fortement dans les sens de la judiciarisation. L'accompagnement d'un CREAS et de ses relations avec les autres niveaux et équipements de l'AS (Assistance Social), ainsi que d'autres politiques publiques, révèle une dynamique des forces qui ne fait pas partie seulement du travail d'un CREAS, mais se rend présent dans l'AS brésilienne, ainsi que dans les autres politiques publiques. Ainsi, c'est possible d'affirmer que les forces d'individualisation et culpabilisation, causées par un projet politique libéral, s'entrelacent de manière à être présentes dans les politiques publiques brésiliennes dans son ensemble. Parallèlement, il y a des forces qui fonctionnent comme contre-conduites aux pratiques de judiciarisation. Ces forces sont la collectivisation et l'ouverture aux créations des méthodes de travail, comme la production d'histoire et de mémoires.

Mots-clés: Assistance sociale. Judiciarisation. Assistanat. Précarisation.
Coletif et mémoire.

LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1:</i> Fotografia de um tapume, em uma rua da cidade de Porto Alegre, produzida em outubro de 2014.	30
<i>Figura 2:</i> Fotografia de um detalhe do cartaz produzido pela pesquisadora.	50
<i>Figura 3:</i> Fotografia de um detalhe do cartaz produzido pela pesquisadora.	51
<i>Figura 4:</i> Fotografia do cartaz produzido pela pesquisadora.	51
<i>Figura 5:</i> Curta metragem <i>Andarilho</i> (2014), dirigido por Jurandir Lisboa.	59
<i>Figura 6:</i> Reprodução de <i>A persistência da memória</i> (1931), de Salvador Dalí.	63
<i>Figura 7:</i> Imagens do jornal <i>20 minutes</i> , de 17 de março de 2015, com uma pequena matéria a respeito de um documentário sobre imigração.	67
<i>Figura 8:</i> Cartaz no ônibus.	68
<i>Figura 9:</i> Cartaz no metrô, com uma intervenção)	69
<i>Figura 10:</i> Fotografia, produzida pela pesquisadora em fevereiro de 2016, de uma parte de um documento emitido pelo Judiciário, que consta na pasta de um adolescente em MSE.	114
<i>Figura 11:</i> Fotografia produzida pela pesquisadora a partir de documentos do CREAS.	121
<i>Figura 12:</i> Fotografia produzida pela pesquisadora a partir de documentos do CREAS.	121
<i>Figura 13:</i> Oficina de fotografia, encontro 1, momento de olhar	154
<i>Figura 14:</i> Oficina de fotografia, encontro 1, momento de olhar	155
<i>Figura 15:</i> Oficina de fotografia, encontro 1, momento de olhar	156
<i>Figura 16:</i> Oficina de fotografia, encontro 1, momento de olhar	156
<i>Figura 17:</i> Oficina de fotografia, encontro 1, momento de registrar. .	157
<i>Figura 18:</i> Partes dos cartazes construídos pelas trabalhadoras durante a oficina de fotografia, encontro 1, momento de registrar.	158
<i>Figura 19:</i> Partes dos cartazes construídos pelas trabalhadoras durante a oficina de fotografia, encontro 1, momento de registrar	160
<i>Figura 20:</i> Parte dos cartazes construídos pelas trabalhadoras durante a oficina de fotografia, encontro 1, momento de registrar	162
<i>Figura 21:</i> Partes dos cartazes construídos pelas trabalhadoras durante a oficina de fotografia, encontro 1, momento de registrar.	164
<i>Figura 22:</i> Parte dos cartazes construídos pelas trabalhadoras durante a oficina de fotografia, encontro 1, momento de registrar.	165

LISTA DE ABREVIATURAS

AMBJ – Abrigo Municipal Bom Jesus
AS – Assistência social
BE – Benefício eventual
Centro Pop – Centro para População de Rua
CRAS – Centro de Referência em Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializada em Assistência Social
FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania
LA – Liberdade Assistida
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MSE – Medidas Socioeducativas
NASF – Núcleo de apoio Sociofamiliar
PAEFI – Programa de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF – Programa de Atendimento Integral às Famílias
PETI – Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil
PMAS – Política Municipal de Assistência Social
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PPAS – Políticas Públicas de Assistência Social
PSC – Prestação de Serviços Comunitários
SJ – Sistema de Justiça
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
TCI – Termo de Consentimento Institucional
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1 PARA INTRODUIZIR: PONTOS DE PARTIDA	23
2 CAMINHANDO COM O CREAS.....	31
2.1 O CREAS	31
2.2 A ARQUITETURA DE UM MÉTODO DE PESQUISA.....	38
3 ATRAVESSAMENTOS SUÍÇOS EM MIM: Errâncias e novos trajetos na escrita da pesquisa	61
4 A TRAMA POBREZA-ASSISTENCIALISMO-TUTELAMENTO-CULPA E OS BRAÇOS DO JUDICIÁRIO.....	75
5 ESTADO SOCIAL, ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHADORAS: ENTRE INDIVIDUALIZAÇÃO, BIOPOLÍTICA E JUDICIALIZAÇÃO	89
6 AS PRÁTICAS JURÍDICAS E A JUDICIALIZAÇÃO NO TRABALHO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	109
6.1 QUANDO ROSTOS E CORPOS SE CRISPAM PERANTE O MEDO DO TRABALHO COMO PROVA E DE ADVIR CRIMINOSA	109
6.2 ENTRE EXAME, PROVA E TESTEMUNHO: A TRABALHADORA COMO “MARIONETE” DA JUDICIALIZAÇÃO?	119
7 A PRECARIZAÇÃO NOS JOGOS DE INDIVIDUALIZAÇÃO E JUDICIALIZAÇÃO.....	127
8 HISTÓRIA E MEMÓRIA COMO CONTRAFLUXO À INDIVIDUALIZAÇÃO-CULPABILIZAÇÃO- JUDICIALIZAÇÃO: (re)construções na oficina de fotografia.....	153
9 PARA CONCLUIR: UM PERCURSO CHEGANDO AO FIM	167
REFERÊNCIAS	171
APÊNDICE A – TCI: Termo de Concordância Institucional.....	185
APÊNDICE B – TCLE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	189

1 PARA INTRODUIZIR: PONTOS DE PARTIDA

Os percursos temporais remontam à época da graduação, época esta em que o interesse pelas práticas que viessem a contribuir com a redução das desigualdades existentes em nosso país já estava presente.

Esse interesse fez com que meu percurso profissional se efetivasse em uma longa inserção na área da educação, com um olhar voltado ao acesso da população bem como à qualificação dos processos educacionais através de práticas voltadas, prioritariamente, para educadores e gestores. O prazer de estar com as trabalhadoras, em sua qualificação para o trabalho com a população alvo, sempre esteve presente, desde o início de minha vida profissional. Em meio a esse caminho na área da educação, o trabalho como docente se fez presente, amparado na crença do poder transformador da educação universitária através da formação de profissionais comprometidos com a transformação da realidade desigual do país. Mais uns passos adiante e desenvolvi um trabalho em uma entidade socioeducativa, igualmente em contato com uma população aviltada em vários de seus direitos e, mais uma vez, tendo como objetivo principal a qualificação das profissionais ali presentes. Nesse local senti a necessidade de buscar alternativas teóricas e práticas que dialogassem mais estreitamente com as questões atinentes à interface educação/assistência social, o que me levou ao mestrado em psicologia social. Neste me coloquei em um campo ligado à discussão da garantia de direitos, a saber, a assistência e assessoria jurídica universitária.

Meu percurso no mestrado em psicologia social e institucional e as experiências vivenciadas durante esse período, em um grupo de defesa de direitos de gênero, operou marcas importantes em mim enquanto pessoa, docente e pesquisadora, fazendo com que o interesse pelas questões relativas a direitos se aprofundasse cada vez mais. As discussões sobre a temática de gênero, central para o grupo, também fizeram suas marcas, ocasionando que esse assunto não me passe despercebido¹. Ainda nesse

¹ Tendo em vista as atuais discussões sobre a linguagem inclusiva de gênero e de pessoas com deficiência, opto por escrever no feminino mesmo havendo a existência de homens nos contextos citados, colocando, assim, em relevo as mulheres que se encontram presentes, em grande maioria, como autoras desse artigo, enquanto trabalhadoras das equipes estudadas e usuárias da assistência social e jurídica. Um pouco de tais discussões podem ser encontradas no site da Secretaria de Políticas para as Mulheres em <<http://www.spm.gov.br/@@busca?SearchableText=linguagem+inclusiva>>, através de notícias ou até mesmo de manuais; através da cartilha do evento *Fazendo Gênero* promovido pela Universidade Federal de Santa Catarina,

contexto formativo, a problematização da temática da assessoria jurídica tensionando as bases históricas da assistência jurídica² e a reflexão a respeito das condições de possibilidade para o deslizamento de práticas assistencialistas, clientelistas e individualistas, para uma visão de busca de direitos, capturaram meu olhar. As questões daí advindas inscreveram, em mim, uma vontade de aprofundamento de tais temáticas.

Em meio aos percursos profissionais ligados às questões jurídicas é que o mestrado me colocou no caminho da docência universitária novamente. O contato com estudantes de Direito³, através da disciplina de psicologia jurídica, evidenciou o desconhecimento a respeito de um importante campo de trabalho para os futuros profissionais da área, que são as Políticas Públicas de Assistência Social – PPAS. As práticas que se apresentavam nos Centros de Referência Especializada em Assistência Social – CREAS fizeram um *zoom* no meu olhar justamente pelo fato de as PPAS preverem a presença de psicólogos, assistentes sociais e advogados na constituição de suas equipes. Portanto, tais equipes favoreceriam, em princípio, um trabalho interdisciplinar, temática esta abordada por mim em sala de aula.

Outras questões, ainda a respeito das PPAS, foram chamando minha atenção. Entre elas o fato de que o SUAS, historicamente recente e em implantação, configurava-se, perante meu olhar, como campo fértil tanto para práticas inventivas como para a manutenção de regularidades, de instituídos.

A fala de psicólogas trabalhadoras da AS, em encontros e congressos⁴, de que não se encontram capacitadas para tal trabalho devido

disponível em: <<http://generociencias.paginas.ufsc.br/files/2013/09/cartilha-online-final.pdf>>, ou ainda no site do Instituto Geledés em: <<http://arquivo.geledes.org.br/areas-de-atuacao/questoes-de-genero/20518-linguagem-inclusiva-de-genero-em-trabalho-academico>>.

² A literatura sobre assessoria jurídica evidencia uma tensão entre os princípios da assessoria e da assistência jurídica. A assistência jurídica é colocada como uma prática de cunho assistencialista, marcada pelo individualismo, formalismo e paternalismo, enquanto a assessoria jurídica, colocada no campo da sociologia jurídica crítica, traria a preocupação com a participação popular e com a busca de processos de emancipação social. Para aprofundamento dessa discussão sugere-se a leitura de Furmann (2014), Luz (2008), Rocha (2011) e Sales (2010), indicados nas referências.

³ Sempre que o texto fizer referência a Direito enquanto campo de saber (enquanto uma disciplina) será utilizada a letra inicial em maiúscula.

⁴ Ver II Seminário Psicologia no SUAS: contribuições, desafios e percepções (disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=DBhjiu1-9rs>>); Encontros

à falta de preparo durante a formação acadêmica é outra questão que me chamou atenção. Tal despreparo seria consequência de que “[...] os modelos de atuação, independentemente de categoria profissional, ainda estão em construção”, já que “até a criação do SUAS, não havia nenhuma sistematização anterior que servisse como baliza para a construção seja de perfis profissionais, seja de modelos de trabalho” (OLIVEIRA, 2012, p. 40). Outros estudos (DALMASO, 2010; FONTENELE, 2008; MACEDO, 2007; MARIANO, 2011; MIRON, 2014; MOTTA, 2011; MOTTA; SCARPARO, 2013; OLIVEIRA, 2012, PEREIRA, 2013; SENRA, 2009; TREIN, 2012) mostram que a formação das profissionais presentes nas PPAS encontra-se em descompasso com as necessidades de intervenção nas situações de desproteção social, carecendo, tais profissionais, de práticas inventivas que se desloquem das práticas conhecidas, abrindo-se para um movimento de criação. Vinícius Pereira (2013) aponta a presença, nas práticas existentes em Centros de Referência em Assistência Social – CRAS, de posicionamentos simplistas e estigmatizantes que reduzem as questões sociais ao nível individual, dentro de uma lógica de funcionamento neoliberal. Tal lógica tem por consequência um processo de culpabilização individual que desconsidera as condições sociais que operam para que os sujeitos possam vir a superar sua problemática. Práticas estas, portanto, inadequadas para o cumprimento do objetivo de proteção social⁵ e de garantia de direitos nas PPAS.

Esse *não saber o que fazer* das profissionais da AS geraram, em mim, uma curiosidade sobre suas práticas e comecei a formular a hipótese de que essa brecha do *não saber* poderia ser tanto uma potência de criação como um vórtice atrator para a instituição de práticas heterônomas. Além disso, a brecha poderia tanto potencializar um processo de judicialização do trabalho e da vida (AUGUSTO, 2012; COIMBRA, 2011; OLIVEIRA; BRITO, 2013; PRADO FILHO, 2012; RIFIOTIS, 2007, 2008) como servir de contraforça.

do Projeto Conversando sobre a Psicologia e o SUAS, realizado pelo Conselho Regional de Psicologia do RS (Relatos dos encontros disponíveis em <<http://crprs.org.br/crepop.php#e106>>) e XVII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (Os resumos das comunicações orais, pôsteres, manifestações culturais e mini curso/oficinas encontram-se disponíveis em: <<http://www.encontro2013.abrapso.org.br/trabalho/publico>>).

⁵ A noção de proteção social está presente no capítulo *Estado Social, assistência social e trabalhadora: entre individualização, biopolítica e judicialização*, na página 89.

Assim é que, do interesse já existente sobre as políticas públicas, as práticas de trabalhadoras e a temática dos direitos, a AS e seus entrecruzamentos com as questões jurídicas foram aguçando cada vez mais minha curiosidade.

Entendendo que, entre demandas do contexto em que se inserem as trabalhadoras da AS e intervenções individualizantes, o descompasso existente em suas práticas pode tanto constituir um flanco aberto para o processo de judicialização como vir a constituir práticas inventivas que o tensionem, é que fui direcionando meu olhar.

Para além de minhas curiosidades, motor de qualquer pesquisa, a necessidade de maior produção teórica que acompanhe o processo de construção da AS em nosso país justificam, no meu entender, a importância de estudos que venham a contribuir com a problematização a respeito do trabalho desenvolvido por profissionais que ali atuam, bem como com o processo de estruturação e implantação dessas políticas. A relação das profissionais com as próprias políticas, a relação de suas práticas com as práticas de outras disciplinas, a relação destas com as usuárias⁶ e a presença do discurso jurídico em todos esses âmbitos são questões fundamentais que merecem ser analisadas.

Várias questões se aliam, então, à potência da curiosidade para formar uma malha de justificativas para a relevância deste estudo. Entre elas a importância da estruturação, em nosso país, de um sistema que vise à proteção social de uma população em que grande parcela encontra-se à margem de direitos básicos como educação, saúde, habitação e cultura; a grande circulação de informações distorcidas sobre as PPAS na mídia e nas redes sociais; o desconhecimento e despreparo para o trabalho na AS por parte das próprias categorias profissionais previstas na legislação das PPAS; a insipiente construção de práticas interdisciplinares nesse contexto e a falta de compreensão da população a respeito dessas políticas; dessas questões emergem o interesse da problematização da AS. Esse interesse vem acompanhado do intuito de provocar reflexões e, conseqüentemente, inventividades que estejam na direção da reafirmação

⁶ Termos como usuárias e beneficiárias, entre outros, são comumente utilizados pelos documentos das PPAS bem como pelas trabalhadoras da AS para designar aqueles que acessam a AS. Neste estudo utilizo o termo usuária por se tratar do termo utilizado pelas trabalhadoras do CREAS. Uma discussão sobre o sujeito-usuário pode ser encontrada no artigo *O Direito à Assistência social no Brasil: para quem e para quê* (TREIN; DIAS; TITTONI, no prelo).

de práticas promotoras da garantia de direitos e de um trabalho ético⁷ por parte das trabalhadoras da AS. Tudo isso em meio às constantes ameaças que a AS e as políticas públicas, em geral, têm sofrido pelo governo federal atual.

Em meio a essa rede de interesses e questões, que enlaçam desigualdades, direitos, políticas públicas, trabalhadoras, entre outras, as práticas jurídicas e a judicialização se apresentaram como um foco para o olhar de uma professora de psicologia jurídica. E os CREAS foram eleitos como locais merecedores de atenção, tendo em vista seu trabalho com a parte da população usuária da AS que tem seus direitos violados.

Assim é que um CREAS da cidade de Porto Alegre foi escolhido como campo de pesquisa para a análise das forças que se encontram presentes nas práticas jurídicas das trabalhadoras da AS, investigando se esta se coloca como campo possível de contracondutas ao processo de judicialização do trabalho e da vida.

Todo o caminho profissional percorrido e aqui descrito me compõe, transversalizando não só o contato com o campo, mas minhas análises e também minha escrita. Não sou, então, uma folha em branco na qual conhecimentos vão se inscrever, mas um sujeito, uma pessoa com uma história que, sendo esta alvo de um olhar, pode ser utilizada para uma análise⁸ sobre de que lugar parto para falar da AS e de suas trabalhadoras.

A realização de parte do meu doutorado no exterior⁹, na cidade de Lausanne, na Suíça, foi um importante acontecimento no percurso deste estudo, acrescentando experiências e olhares que não poderiam ter sido vividos dentro de meu próprio contexto cultural. O trânsito pela universidade suíça, por uma cultura diferente e por uma atividade com uma equipe de trabalhadoras sociais da animação sociocultural da cidade de Lausanne foram extremamente relevantes no propulsão de questões e descentramentos fundamentais para o desenvolvimento da tese e na minha própria formação como pesquisadora.

⁷ A noção de ética que guia este estudo encontra-se no capítulo *Caminhando com o CREAS*, subtítulo *A arquitetura de um método de pesquisa* na página 31.

⁸ A análise dos lugares ocupados pela pesquisadora é uma das ferramentas da Análise Institucional e da pesquisa-intervenção e se chama análise de implicação. Essa noção é abordada no capítulo *Caminhando com o CREAS*, subtítulo *A arquitetura de um método de pesquisa* na página 38.

⁹ A realização de meus estudos na cidade de Lausanne, Suíça, ocorreu no período de fevereiro a dezembro de 2015 através do recebimento de uma bolsa de doutorado sanduíche no exterior concedida pela CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação do Brasil.

Um pouco desse percurso e do que foi possível escrever de algumas dessas experiências, entre tantas, ao longo de quatro anos, é o que passo a contar nesta tese.

Em *Caminhando com o CREAS*, no subtítulo *O CREAS*, apresento algumas informações importantes para que o leitor compreenda como se iniciou meu contato com as trabalhadoras desse equipamento, onde ele está estabelecido, como foi constituído, quais os serviços que oferece e com que equipe de trabalho conta. Já em *A arquitetura de um método de pesquisa*, o leitor encontrará o delineamento do método, que, amparado nos princípios da pesquisa-intervenção, foi se constituindo na caminhada, com as trabalhadoras do CREAS.

O capítulo seguinte, *Errâncias e novos trajetos: atravessamentos suíços em mim*, conta algumas experiências na cidade de Lausanne, na Suíça, e o quanto estar em contato com uma cultura diferente provocou momentos de deriva e de errância (CARERI, 2013), que redundaram em um novo olhar sobre situações já vividas, vistas, ouvidas e faladas, tendo uma incidência fundamental sobre minhas análises das vivências brasileiras com a AS e o CREAS.

Em *A trama pobreza-assistencialismo-tutelamento-culpa e os braços do judiciário*, descrevo a relação entre pobreza, assistencialismo, tutelamento e culpa, tão presentes na AS de nosso país, como esses sentidos circulam e se articulam no CREAS e como a equipe de trabalhadoras desse local nesta trama se debate e se embate, procurando tecer contracondutas.

No capítulo *Estado Social, assistência social e trabalhadoras: entre individualização, biopolítica e judicialização*, o leitor encontrará a análise do Estado Social e da assistência social como instrumentos de biopolítica que exercem uma governamentalidade sobre as trabalhadoras que ficam entre as exigências legais do sistema de assistência social, do Judiciário e das complexas necessidades daqueles que utilizam seus serviços. Percebendo-se instrumentos de tal processo de individualização, biopolítica e judicialização, as trabalhadoras envolvem essas temáticas em suas reflexões, debates e estratégias de contraconduta, o que descrevo nesse capítulo.

O capítulo *As práticas jurídicas e a judicialização no trabalho da assistência social* encontra-se subdividido em duas partes. No subtítulo *Quando rostos e corpos se crispam perante o medo do trabalho como prova e de advir criminosa*, relato minhas reflexões a partir da negativa, por parte da equipe de trabalhadoras como um todo, de serem audiogravadas e da afirmativa ocorrida em outras situações. Tal situação foi utilizada como analisador da relação das trabalhadoras com o sistema

de justiça à luz da noção de prova em Foucault (2009b, 2011, 2013). Em *Entre exame, prova e testemunho: a trabalhadora como marionete da judicialização?*, agrego a análise da presença dos mecanismos do exame e do testemunho nas práticas jurídicas e judicializantes no CREAS.

Em *A precarização nos jogos de individualização e judicialização*, abordo a precarização como força insidiosa, mas não menos potente, que pressiona as trabalhadoras do CREAS na direção da individualização assim como da judicialização.

História e memória como contrafluxo à individualização-culpabilização-judicialização: (re)construções na oficina de fotografia é o capítulo em que narro os efeitos da oficina de fotografia, realizada com as trabalhadoras do CREAS, que tiveram na reconstrução de sua história e memória uma ferramenta para contrafluxo ao processo de individualização, culpabilização e judicialização.

Em um *Para concluir: um percurso chegando ao fim*, abordo minhas conclusões finais e as aberturas para novos possíveis caminhos de estudo.

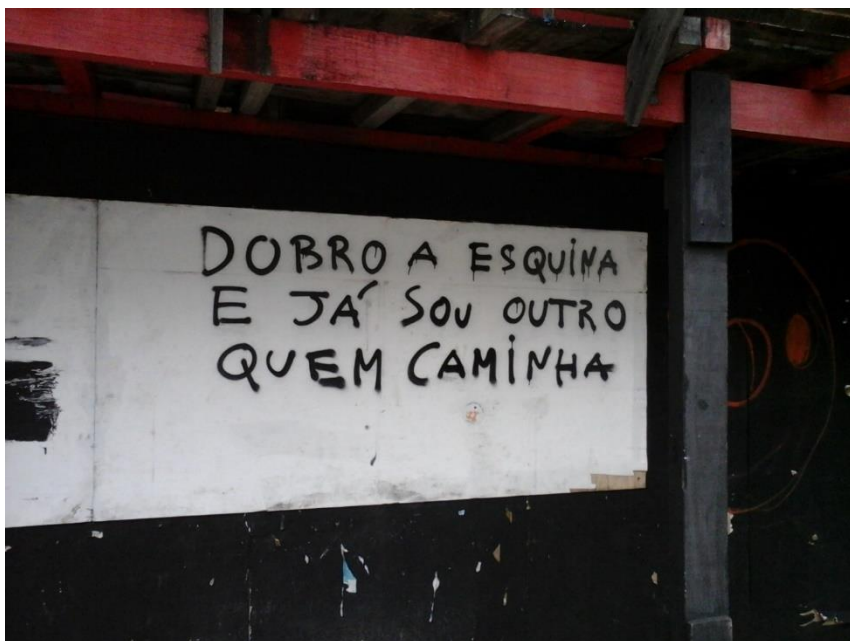


Figura 1: Fotografia de um tapume, em uma rua da cidade de Porto Alegre, produzida em outubro de 2014 (Fonte: Arquivo pessoal).

2 CAMINHANDO COM O CREAS

2.1 O CREAS

O contato com o CREAS partiu de um encontro casual com uma amiga que eu não via há muito tempo e que, naquele momento, relatou estar trabalhando como psicóloga em um CREAS, justamente na época em que eu pretendia me aproximar de um. Após eu demonstrar interesse em conhecer o CREAS onde trabalhava, ela falou de meu interesse para a coordenadora do local, que abriu a possibilidade de uma visita na reunião de equipe no dia 22 de janeiro de 2014.

Um prédio de alvenaria, localizado em um bairro de classe média, a uma quadra de distância de uma das principais avenidas da cidade de Porto Alegre, foi o que encontrei. O fato me causou certa estranheza, já que esperava que o CREAS estivesse localizado no coração de alguma comunidade sabidamente aviltada em seus direitos. Adentrando no prédio, encontrei uma sala de espera com uma mesa à direita, onde permanecia o porteiro para recepcionar as pessoas; um sofá em frente e uma televisão suspensa na parede à esquerda, para distrair aquelas que ali aguardavam. Logo após à televisão, encontrava-se o corredor que daria acesso às demais dependências do CREAS. O corredor dava acesso, à sua direita, a uma sala grande de reuniões, com várias cadeiras, para onde fui dirigida e onde se passou a reunião de equipe. Naquele momento foi que conheci tanto a coordenação como as trabalhadoras do local, que se mostraram receptivas à presença de uma pesquisadora em suas atividades. Após a reunião, foi feito um contato individual com a coordenadora do CREAS, momento em que ela me apresentou o restante do prédio. Ao sairmos da sala de reuniões de equipe, que também era utilizada para oficinas e grupos, vi que havia outra menor, com uma mesa e cadeiras, para reuniões menores. A seguir, um banheiro para utilização das usuárias. No final do corredor, uma escada à direita dava acesso ao segundo piso e, à esquerda, uma sala para atendimentos às usuárias. No segundo piso, à direita, uma cozinha onde algumas trabalhadoras faziam suas refeições, duas salas de atendimentos e a sala da equipe do Programa Ação Rua. A equipe desse programa estava trabalhando havia alguns meses dentro do CREAS, pois começara como um programa independente, antes da reordenação da AS em Porto Alegre. À esquerda, dois banheiros, um masculino e outro feminino, a sala do serviço administrativo, outra sala de atendimentos e a sala da coordenadora do CREAS, que, segundo ela, durante muito tempo trabalhou no mesmo espaço da equipe para estar integrada às coisas que ocorriam. Com o

tempo, entretanto, a demanda de seu trabalho tornou impossível tal disposição espacial, tendo em vista ter que se concentrar em telefonemas, receber pessoas e realizar outras atividades específicas da coordenação (Fala da coordenadora durante a apresentação do local – Memórias da pesquisadora)¹⁰. Continuando o percurso, no final do corredor, encontrava-se uma grande sala com várias mesas de escritório, umas voltadas para as outras, no centro da sala. Havia ainda alguns armários, duas mesas com computadores contra a parede no lado esquerdo da sala e outra pequena sala separada apenas por uma parede parcial em madeira e vidro, com ampla visibilidade e audibilidade entre uma e outra. Na sala grande, as mesas estavam disponíveis para as técnicas e para as referências dos serviços, e a sala menor, para as educadoras sociais caso houvesse necessidade de se concentrarem em alguma tarefa específica de suas atribuições (Informação dada pela coordenadora do CREAS – Memórias da pesquisadora)¹¹. Mesmo com essa separação ficava notório que a divisão oferecida pela parede parcial não ocasionava uma divisão na equipe, pois as educadoras sociais circulavam mais pela sala grande do que pela sala a elas reservada. Essa disposição também me surpreendeu, pois imaginava que os serviços tivessem salas separadas mostrando com mais clareza as hierarquias e separações entre eles. Entretanto, a separação espacial e a apresentação do espaço, a mim feita pela coordenadora, demonstrava uma preocupação em não dividir a equipe, o que já dizia algo da forma de funcionamento daquelas trabalhadoras e de suas reflexões.

Após a rápida apresentação do restante do prédio, fomos para a sala da coordenadora, onde lhe expliquei rapidamente a proposta da pesquisa, sua temática central e seus pressupostos metodológicos. A coordenadora foi receptiva à proposta e combinamos iniciar um processo de aproximação e de acompanhamento em futuro próximo, marcando uma entrevista já para o dia seguinte, em que ela poderia me contar um pouco da história do CREAS.

A reunião do dia 22 de janeiro já me fizera ver que a equipe do CREAS possuía a diversidade de profissionais condizente com a política

¹⁰ Devido à profusão de acontecimentos e informações e tendo em vista a impossibilidade de relatar posteriormente ou anotar *in loco* tudo o que ocorria em meus contatos com as trabalhadoras do CREAS é que utilizo minha própria memória como instrumento de pesquisa.

¹¹ Descrevo o ambiente da forma como estava disposto no período em que conheci e acompanhei o CREAS, pois, em 2016, quando lá retornei, já havia ocorrido modificações e o ambiente estava disposto de outra forma.

de AS preconizada pela NOB-RH/SUAS (BRASIL, 2006). Psicólogos, assistentes sociais e uma advogada atuavam enquanto profissionais de nível superior, os chamados técnicos. Já no quadro de nível médio, de educadoras sociais, também era possível encontrar trabalhadoras com formação de nível superior. Além disso, a reunião mostrara uma profusão de direitos violados entre a população, e a relação intensa e, por vezes, tensa, com o sistema de justiça (SJ).

Dia 23 de janeiro de 2014 foi o dia da entrevista com a coordenadora do CREAS: um dia insuportável de calor, em que a sensação térmica ultrapassava os 50 graus Celsius¹² e fazia jus ao apelido dado à cidade de Porto Alegre, por seus habitantes, de “forno alegre”. Uma conversa de uma hora e quarenta minutos em sua sala no CREAS, onde, à certa altura, o suor “jorrava” por todos os poros, pois o aparelho de ar condicionado se cansara de funcionar. O cansaço do ar condicionado anunciava uma temática que se tornaria importante mais adiante: a precariedade no trabalho e a sobreimplicação das trabalhadoras. Temas estes sobre os quais discorrerei ao longo desta tese¹³, pois meu foco agora é falar desse encontro que me introduziu na história do CREAS.

Tal encontro com a coordenadora do local me levou a outras buscas, em sites e documentos, sendo que esse conjunto de informações me proporcionou conhecer um pouco da história do CREAS e me situar na estrutura e no funcionamento da AS em Porto Alegre.

Assim como os demais CREAS do país, o CREAS acompanhado encontra-se inserido em uma rede de equipamentos socioassistenciais dividida em dois níveis de proteção: a proteção social básica e a proteção social especial. A proteção social básica encarrega-se dos atendimentos de baixa complexidade, em que os direitos, embora possam ser considerados ameaçados, não se encontram violados e os vínculos familiares encontram-se mantidos. Esse tipo de atendimento é realizado nos Centros de Referência em Assistência Social – CRAS, que são unidades públicas estatais, de base territorial, localizadas em áreas de vulnerabilidade social. Já a proteção social especial encontra-se dividida em média e alta complexidade. Tanto na média quanto na alta complexidade tem-se a violação de direitos. Entretanto, na média complexidade os vínculos familiares e comunitários estão mantidos

¹² Informação obtida em: <<http://gaucha.clicrbs.com.br/rs/noticia-aberta/sensacao-de-calor-ultrapassa-os50cempuerto-alegre-confira-projecoes-74786.html>>.

¹³ Ver o capítulo *A Precarização nos jogos de Individualização e Judicialização*, na página 127.

enquanto na alta complexidade já ocorreu o rompimento desses vínculos. Os atendimentos de média complexidade ocorrem nos Centros de Referência Especializada em Assistência Social – CREAS e requerem maior estruturação técnico-operacional, bem como atenção especializada e mais individualizada e acompanhamento sistemático e monitorado através de várias abordagens, como: serviço de orientação e apoio sociofamiliar, plantão social, abordagem de rua, cuidado no domicílio, serviço de habilitação e reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência, medidas socioeducativas – MSE em meio-aberto (Prestação de Serviços à Comunidade – PSC e Liberdade Assistida – LA). Os atendimentos de alta complexidade fornecem a proteção integral por meio da garantia de moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram em situação de ameaça ou sem vínculos familiares de suporte ou, ainda, que necessitam ser retirados de seu núcleo familiar ou comunitário. Estes são atendidos em casa lar, república, casa de passagem, albergue, família substituta, família acolhedora, medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade (semiliberdade, internação provisória e sentenciada) ou trabalho protegido (BRASIL, 2004).

O trabalho do CREAS acompanhado, assim como toda a atuação da AS da cidade de Porto Alegre, encontra-se ligado à Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC, um órgão da prefeitura municipal, constituído como uma fundação de direito público. A FASC é responsável pela formulação, gerenciamento e execução da Política Municipal de Assistência Social – PMAS, bem como pela coordenação e execução de programas e serviços que promovam a inclusão dos cidadãos que estão em situação de risco e vulnerabilidade social. A fundação tem por premissa as linhas de pensamento e trabalho expressas nos documentos que regulamentam a AS no país.¹⁴

A FASC possui uma rede própria de atendimento na atenção básica, de baixa complexidade bem como na atenção especializada de média e alta complexidade.

A atenção básica conta com 22 CRAS, que têm como oferta principal o Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias, através do Programa de Proteção Integral às Famílias – PAIF, que desenvolve ações de acompanhamento grupal e familiar, bem como atividades comunitárias e preventivas no território. Entre esses 22 CRAS, sete deles oferecem serviços de convivência e fortalecimento de vínculos

¹⁴ Informações coletadas do site da FASC: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?reg=1&p_secao=56>.

e, por esse motivo, são denominados de CRAS ampliados. No ano de 2012, a rede de atenção básica atendeu 127.836 famílias e/ou indivíduos (PORTO ALEGRE, 2013).

A rede de atenção especializada, no que diz respeito à média complexidade, conta com nove CREAS, que oferecem o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI; o Serviço Especializado em Abordagem Social; o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida – LA e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC. No segundo semestre de 2012, os CREAS de Porto Alegre realizaram 22.287 atendimentos a indivíduos ou famílias. A média complexidade dispõe ainda de dois Centros do Idoso e dois Centros para População de Rua – Centro Pop (PORTO ALEGRE, 2013).

Ainda na atenção especializada, porém de alta complexidade, responsável pelo acolhimento institucional provisório ou de longa duração, a rede própria conta com 12 serviços de acolhimento institucional. Para os adultos, a rede compõe-se do Albergue Municipal, do Abrigo Municipal Bom Jesus – AMBJ, do Abrigo Marlene e do Abrigo de Famílias (PORTO ALEGRE, 2013).

A FASC conta também com uma rede conveniada que possui 135 entidades socioassistenciais que atuam na proteção social básica através de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos (850 metas); 88 Coletivos do Projovem Adolescente (2.200 vagas para adolescentes de 15 a 18 anos incompletos); entidades executoras do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos/Trabalho Educativo (1.800 metas para adolescentes de 15 a 17 anos); Serviço de Convivência/SASE (8.800 metas) e 36 entidades executoras do Serviço de Acompanhamento Familiar (18.000 famílias). Na proteção de média complexidade, a rede conveniada conta com 2.231 metas de atendimento para pessoas com deficiência, em clínicas de habilitação e reabilitação; uma casa de convivência para adolescentes em situação de rua; uma casa de convivência para adultos em situação de rua (150 metas) e 13 núcleos de Serviço de Abordagem Social para Crianças e Adolescentes – Ação Rua (AR). Na alta complexidade, para o Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes, a rede conveniada possui 46 casas lares e 10 abrigos. Para a população adulta, a rede possui com um abrigo para mulheres com filhos até 12 anos; dois albergues; cinco serviços de longa permanência para idosos; três serviços de acolhimento institucional para neurolesionados e um serviço de acolhimento institucional para idosos com deficiência visual (PORTO ALEGRE, 2013).

A constituição da rede mostra o quanto a AS da cidade de Porto Alegre conta com número elevado de serviços conveniados, mesmo que a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (BRASIL, 2004) preveja que deve haver uma primazia do Estado na condução da política.

A região em que se encontra o CREAS pesquisado é considerada uma das regiões mais vulneráveis da cidade de Porto Alegre, ficando abaixo somente de outras duas nos índices de vulnerabilidade, entre as 17 regiões da AS da cidade. No ano de 2010, a população total da região era de 118.923 pessoas. O dado de 2013 sobre a população vulnerável aponta a cifra de quase 60 mil mulheres e aproximadamente 120 mil homens em situação de vulnerabilidade social. A média mensal de casos (famílias ou indivíduos) acompanhados pelo PAEFI, no CREAS pesquisado, no ano de 2012 foi de 221. Já a média mensal de atendimentos individualizados realizados em 2012 foi de 438. No mesmo ano foram atendidos 66 casos de LA e 11 casos de PSC. Em um total de 1.176 casos de MSE na cidade, a região na qual o CREAS pesquisado encontra-se inserido atendeu 164 casos em 2012 (PORTO ALEGRE, 2013).

O CREAS pesquisado foi constituído no segundo semestre de 2010, após o reordenamento da AS na cidade de Porto Alegre, bem como após discussões das trabalhadoras da AS com a FASC. Nessa oportunidade as trabalhadoras defenderam a necessidade de um CREAS que atendesse especificamente a população da região, em separado da população de uma outra, já que a ideia inicial da FASC era a criação de um CREAS que atendesse ambas as regiões. As justificativas elencadas pelas trabalhadoras para a criação de um CREAS específico para a região foram: a dimensão da região; a quantidade de indivíduos e famílias que necessitavam dos serviços da AS; o número de meninos e meninas que cumpriam as medidas socioeducativas bem como a acessibilidade para a população adulta (Informações obtidas em entrevista com a coordenadora do CREAS em 23/01/14 – Arquivo digital, p. 1).

O trabalho do CREAS iniciou com duas psicólogas e duas assistentes sociais concursadas que, contando apenas com o espaço térreo de um prédio próprio da FASC, decidiram começar o trabalho pelo atendimento dos adolescentes em MSE para, no mês seguinte, iniciarem o trabalho com 40 famílias do NASF – Núcleo de Apoio Sociofamiliar e PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, advindas do Módulo¹⁵ e que ainda se encontravam em situação de risco. O trabalho de Abordagem Social de Adultos começou a ser feito com a equipe do

¹⁵ Equipamento existente na AS da cidade antes do reordenamento e adequação à nova conjuntura da AS no país.

SESRUA (serviço que, na época, fazia a abordagem social de crianças e adolescentes) por esta já ter uma trajetória de trabalho na abordagem social. Nos anos de 2012 e 2013, a equipe dedicou-se à abordagem social de população adulta (Informações obtidas em entrevista com a coordenadora do CREAS em 23/01/14 – Arquivo digital, p. 1-2).

O CREAS contava, na época da pesquisa de campo, em 2014, com um quadro de 25 trabalhadoras ao todo e uma equipe de 20 trabalhadoras sociais para desempenhar as atividades previstas para um equipamento de média complexidade, de forma direta, com as usuárias.

O quadro abaixo mostra o cargo de cada trabalhadora, sua formação e o tipo de vínculo existente com a AS, bem como a entidade de origem nos casos das trabalhadoras que tinham seu contrato ligado a uma entidade conveniada.

Tabela 1: Distribuição das trabalhadoras do CREAS de acordo com o cargo, formação e tipo de vínculo.

CARGO	FORMAÇÃO	TIPO DE VÍNCULO
Técnico Nível VI – Coord.	Socióloga	Efetivo
Técnico Social – Psicóloga	Psicóloga	Efetivo
Técnico Social – Assist. Social	Assistente social	Efetivo
Apontador	Assistente social	Efetivo
Técnico Social – Psicóloga	Psicóloga	Efetivo
Técnico Social – Psicóloga	Psicóloga	Efetivo
Agente Educador Social	Educação Física	Conveniada 1 ¹⁶
Agente Educador Social	Cursando Serviço Social	Conveniada 1
Agente Educador Social	Cursando Serviço Social	Conveniada 1
Advogada	Advogada	Conveniada 1
Agente Educador Social	Assistente social	Conveniada 1
Assistente social	Assistente social	Conveniada 2
Auxiliar Serviços Gerais	Primeiro grau incompleto	Terceirizada 3
Porteiro Noite	Segundo Grau Incompleto	Terceirizada 4
Porteiro Noite	Segundo Grau Incompleto	Terceirizada 4
Porteiro Dia	Segundo Grau Incompleto	Terceirizada 4

¹⁶ Os nomes das conveniadas foram substituídos por números, resguardando o anonimato, mas garantindo que se possa identificar que trabalhadoras proveem de uma mesma conveniada.

Estagiária Serviço Social	Cursando Serviço Social	Estagiária /N SUP
Estagiária Serviço Social	Cursando Serviço Social	Estagiária /N SUP
Assistente social	Assistente social	Estagiária /N SUP
Agente Educador Social	Biólogo	Conveniada 5
Agente Educador Social	Ensino Médio	Conveniada 5
Psicóloga	Psicóloga	Conveniada 5
Psicóloga	Psicóloga	Conveniada 5
Agente Educador Social	Ensino Médio	Conveniada 5
Agente Educador Social	Ensino Médio	Conveniada 5

O quadro evidencia que, entre as 20 trabalhadoras, apenas seis eram efetivas, tendo suas vagas garantidas via concurso público. Todas as demais tinham seus contratos vinculados a entidades conveniadas. Essa diferença de vínculo traz disparidades relativas a contratos de trabalho que implicam questões salariais e cargas horárias diferenciadas.

Também é possível observar que das oito educadoras sociais, cinco possuíam formação superior ou estavam em curso, e apenas três possuíam ensino médio.

2.2 A ARQUITETURA DE UM MÉTODO DE PESQUISA

Desde o princípio do desenvolvimento da pesquisa, minha preocupação foi a de caminhar junto com a equipe do CREAS. Caminhar junto para, estando com elas, conhecer seu trabalho, seu dia a dia, e também construir em conjunto um processo de pesquisa. Eu sabia que seria trabalhoso, pois, assim como na pesquisa de mestrado, entrar em um campo desconhecido exige muito mais do que fazê-lo em um terreno com o qual já se tenha alguma proximidade. O risco de se perder na errância é muito maior. Mas qual é a finalidade da pesquisa se não procurar conhecer aquilo que nos é desconhecido e responder a perguntas para as quais ainda não temos as respostas?

Como diz Bakhtin (1997), para compreender uma obra, da forma como é vista por seu próprio autor, precisamos estar no interior de seus próprios limites de compreensão. Bakhtin (1997) se referia a uma obra literária, mas podemos, no caso desta tese, pensar a obra como o trabalho

no CREAS e as trabalhadoras como suas autoras. Obra coletiva, portanto, em processo de contínua criação.

Sendo assim, para entender como a assistência social funciona, quais suas práticas, que forças se apresentavam nesse campo, eu precisava saber como a equipe do CREAS trabalhava, quais suas atribuições, seus prazeres e desprazeres e também que forças se atravessavam no cotidiano de suas práticas. Para tudo isso, precisaria estar muito com elas.

Para tal tarefa estava presente a disposição de constituir uma arquitetura da tese. Arquitetura como arte de construir espaços, como um meio de articular tempo e espaço para modelar a realidade (CARERI, 2013). Neste caso, a realidade da tese. E isso ao longo do próprio caminho, pois o caminhar produz arquitetura e paisagem, faz “ver aquilo que não há, para fazer brotar daí *algo*” (TIBERGHIEEN, 2013, p. 18, grifo do autor). Caminhar é estar em transformação. E estar em transformação, como diz Jacques (2013), não é estar no meio, é ser o próprio meio. E eu também me dispunha a estar neste difícil lugar de, entre movimentos o tempo todo, ser o próprio meio e me afastar dele para poder ver de outra forma o que a familiaridade poderia turvar. Para, então, escrever. Estava posto, para mim, o desafio de estar dentro do CREAS, mas também estar fora e, com movimentos exotópicos (BAKHTIN, 1997; AMORIM, 2014), compreender o ponto de vista das trabalhadoras e voltar ao meu lugar (de pesquisadora e não de trabalhadora) para, estando fora do lugar onde vivem (O CREAS), visibilizar, através da escrita da própria tese e do diálogo com elas, o que vejo de seus olhares.

A partir dos vários movimentos de idas e vindas, das caminhadas com as trabalhadoras, busquei produzir uma escrita processada no próprio ato de escrever, sem “emudecer” o texto das pesquisadas e dando vazão a meu próprio texto (AMORIM, 2014). Movimentos no campo e movimentos entre um estado e outro (Santa Catarina e Rio Grande do Sul), movimentos entre países (Brasil e Suíça), entremeados com momentos de parada, de distanciamento para a escrita, a leitura e a reescrita, o rearranjo das frases, dos parágrafos e capítulos. Escrita em movimento também, por certo, pois aquilo que escrevo é uma fotografia, um “instante contínuo” (DYER, 2008) que, embora fugaz, aqui ficará. Ou, quem sabe, escrever é “como que roubar um vento e sair correndo com ele para mostrar aos irmãos”, como diz Manoel de Barros em seu poema (BARROS, M., 2013)¹⁷, pois aquilo que foi escrito já não é mais.

¹⁷ O poema está na página 87 desta tese.

A proposição era de uma pesquisa-criação, em que não há o compromisso em descrever a realidade da assistência social, pois a realidade é dialógica, possui uma heterogeneidade de vozes sociais que se embatem com variadas intensidades, que se coadunam parcial, total ou precariamente (AMORIM, 2014; BAKHTIN, 1992, 1997, 1981; FARACO, 2009). Sendo assim, não estabeleci um compromisso com uma suposta verdade do CREAS e sim com uma pesquisa na qual há a possibilidade de uma (re)criação da realidade, (re)criação do campo e (re)criação de si; um resgate da ciência enquanto arte e vida e da pesquisa enquanto criação. E por que não (re)criação de quem lê o que está escrito? Se o leitor observa, seleciona, compara, interpreta e relaciona o que vê com muitas outras coisas, ele faz, do texto que lê, seu próprio texto. Sendo assim, o texto possibilita também a (re)criação da pessoa que com ele dialoga (ZANELLA, 2013). Concordando com Rancière (2012), todo espectador é emancipado, e olhar (ou ler) é uma ação criadora de sentidos e não uma mera incorporação passiva do que afirma o autor.

Para expressar a dinamicidade do caminhar e esse caráter criativo da pesquisa, a escrita não poderia ser uma escrita dura, mas uma escrita que questiona as fronteiras entre arte, ciência, conhecimento, imaginação, subjetividade e racionalidade; que porta uma certa impureza e liberdade; que se problematiza e se coloca como experiência ao longo dela mesma. Uma escrita que parte das paixões, que não apaga nem o riso nem os enfados e, portanto, não apaga o autor. E, sendo assim, se permite falar em primeira pessoa (LARROSA, 2003).

Esse estilo de escrita é a do ensaio (LARROSA, 2003, 2004).

Por isso a presença de pedaços de histórias, de falas das trabalhadoras¹⁸, da palavra e da imagem, assim como de intensidades

¹⁸ As falas das trabalhadoras, retiradas do diário de pesquisa, aparecerão dentro de um frame de fotografia, enquanto recurso estético/visual, como uma espécie de imagem, de recorte do diário, dando forte visibilidade à voz das pesquisadas. As falas que, dentro dos frames, se transformam em imagens, não se constituem em representações do que na tese está escrito, mas conversam com o texto sem nele esgotarem seus sentidos. Estes podem ser inúmeros, dependendo de quem lê. Nessas citações não me preocupo em situar quem são as trabalhadoras, quais suas formações ou funções, portanto, não utilizo pseudônimos para que possam ser identificadas ao longo do texto, nas várias falas. Os diálogos virão sempre identificados pela palavra trabalhadora e um número a seguir, permitindo apenas que a leitora identifique a fluência do diálogo e se uma mesma trabalhadora fala mais de uma vez ou não. A identificação pelo número não quer dizer que haja uma correspondência entre o número e uma determinada trabalhadora nos inúmeros frames; apenas indica a fluência naquele diálogo especificamente.

vidas pela própria pesquisadora. Presença de uma experiência viva, que não tem por objetivo focar um “si mesmo”, mas tirar algo de si escrevendo e arcar com a responsabilidade do que é dito. Esta pesquisadora põe em jogo a si mesma, não para veicular a expressão deste si mesma, mas para evidenciar-se enquanto sujeito, expressando o que é possível expressar do agora, deste momento da história, problematizando este momento (LARROSA, 2004).

A meu ver, a estratégia da pesquisa-intervenção, por mim já utilizada durante o mestrado, se adequava ao objetivo de acompanhar a equipe do CREAS, de submergir em seu trabalho, suas práticas e suas relações e, ainda, ao pesquisar *com*. Mas a pesquisa-intervenção também sustentaria a potência criativa da pesquisa e viabilizaria partir das experiências vividas para dar corpo a uma escrita reflexiva, que viesse a mostrar as intensidades do campo, do pesquisar e do escrever.

Tratava-se de amparar-se nos pressupostos éticos, estéticos e políticos do pesquisar e da pesquisa-intervenção (AGUIAR; ROCHA, 2007; LOURAU, 1993; MARASCHIN, 2004; PAULON, 2005, 2009; PAULON; ROMAGNOLI, 2010; ROCHA; AGUIAR, 2003; ZANELLA; SAIS, 2008; ZANELLA, 2013) para propiciar momentos de análise social coletiva (LOURAU, 1993) do próprio trabalho, das relações e das forças que tensionam o trabalho na AS.

Tendo em vista o pressuposto político da pesquisa-intervenção, busquei a compreensão de algumas dessas forças, a partir da compreensão de poder enquanto relação. Longe da noção de poder estratificado, o poder que se apresenta como foco para a pesquisa-intervenção evidencia a dimensão micropolítica de uma teia de enfrentamentos constantes entre pessoas ou grupos, numa relação agonística (FOUCAULT, 1995a). Esses enfrentamentos, de diferentes dimensões e intensidades, produzem efeitos que interessam à pesquisa-intervenção problematizar, pois, da análise realizada pelas pessoas envolvidas no processo, podem emergir possibilidades de relações outras.

A opção por uma postura política agonística não tem a intenção, então, de apaziguar ou neutralizar o antagonismo que acompanha a construção de coletivos de trabalho, mas, ao contrário, de mobilizar as paixões e colocá-las em cena, sabendo que, na construção de um *nós*, é preciso fomentar a ideia de que o outro, diferente de mim, não é um inimigo que deve ser exterminado, mas um adversário que tem uma existência legítima e com o qual é necessário dialogar (MOUFFE, 1999).

A pesquisa-intervenção portou também uma preocupação ética com o momento da equipe, seus desejos e suas necessidades, constituindo-se como uma pesquisa que não se encontra pautada pelo

desejo da pesquisadora somente, mas por uma negociação constante entre pesquisadora e sujeitos de pesquisa.

Sendo assim, não se tratou de uma pesquisa estável que se apresenta como um projeto a ser executado, mas de um projeto que se movimenta e se modifica ao longo de sua execução, compondo interesses e olhares com as tensões, dispersões, regularidades e criações do campo de trabalho.

A pesquisadora que opta pela pesquisa-intervenção sabe que é uma pesquisadora implicada (LOURAU, 1993), que não fala de qualquer lugar, mas como sujeito situado num momento histórico-social que parte de certas condições de possibilidade. É sujeito de um determinado tempo/espaço marcado por tensões étnicas, de gênero e classe social constituintes das características de cada pessoa e das relações que estabelecem.

Dentro do aspecto ético ainda cabe frisar que a imersão no campo foi precedida da assinatura do Termo de Consentimento Institucional – TCI, por parte da coordenadora do CREAS, e da assinatura dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, por parte das trabalhadoras, sendo que estes últimos foram discutidos em equipe, para que dúvidas e curiosidades fossem sanadas.

Além das dimensões política e ética, a pesquisa-intervenção se caracteriza por uma dimensão estética, pautada na análise daquilo que serve e daquilo que se quer mudar, em um processo de criação de alternativas. Trata-se, aqui, de estética, como “um modo de articulação entre maneiras de fazer, formas de visibilidade dessas maneiras de fazer e modos de pensabilidade de suas relações, implicando uma determinada ideia da efetividade do pensamento” (RANCIÈRE, 2009, p. 13). Um sensível onde não existe apenas um objeto dado a ser visto, ouvido e dito, nem um sujeito *a priori* a ver, ouvir, dizer e pensar. Existem modos de visibilidade, audibilidade, dizibilidade e pensabilidade compartilhados, porém marcados por uma partilha desigual do sensível a instituir fronteiras e limites sobre o que pode e deve ser visto, ouvido, dito e pensado e sobre quem tem o direito de fazê-lo (RANCIÈRE, 2012).

Mas aquilo que se vê, ouve, diz e pensa pode ser reconfigurado, assim como o lugar daquele que vê, ouve, diz e pensa. Também as fronteiras entre aqueles que podem ou não ver, dizer, ouvir e pensar determinadas coisas podem ser embaralhadas, tensionando a partilha do sensível instituída (RANCIÈRE, 2009).

A pesquisa-intervenção é, então, a construção de um campo, dos próprios sujeitos de pesquisa e da pesquisadora, de um tema, de um conhecimento, de um saber. Como tal, mostra-se potente para a

constituição de uma prática de si tanto da pesquisadora como dos sujeitos de pesquisa, de “um exercício de si sobre si mesmo” (FOUCAULT, 2006a, p. 265) que visa à produção de relações outras, de modos outros de com-viver. Transformação dos outros com os quais se pesquisa e da própria pesquisadora que se torna outra na interação com o campo. Trata-se de uma transformação micropolítica que transforma o que é possível ser transformado dentro dos fluxos de permanência e impermanência.

O acompanhamento do grupo, das situações de trabalho das profissionais do CREAS, ou seja, as caminhadas com as trabalhadoras, como nomeei, foi procedimento fundamental para o desenvolvimento da pesquisa. Esse acompanhamento foi realizado sistematicamente, por oito meses, tendo sido iniciado depois de alguns primeiros contatos tanto com a equipe quanto com a coordenadora do CREAS, em meados do mês de janeiro de 2014 e princípio do mês de fevereiro do mesmo ano. Nesse período, além da negociação de como a pesquisa ocorreria, foram realizadas uma entrevista com a coordenadora do CREAS, outra com a trabalhadora referência¹⁹ do Ação Rua (serviço de abordagem e acompanhamento de crianças e adolescentes em situação de rua) e outra, ainda, com a trabalhadora referência das MSE (serviço de acompanhamento de adolescentes que cometeram ato infracional), presentes no CREAS à época.

Após esse período de contatos iniciais, foi realizada uma pausa na pesquisa de campo, entre meados do mês de fevereiro até meados de março do mesmo ano, época em que tanto a coordenadora quanto algumas trabalhadoras estavam em férias. Após a retomada do contato com a coordenadora, em meados do mês de março de 2014, foi iniciado o acompanhamento sistemático da equipe até o mês de novembro do mesmo ano, perfazendo oito meses ininterruptos de contato.

Assim é que percorri os caminhos que elas trilharam nos vários serviços em que atuaram: Abordagem Social de Rua de Crianças e Adolescente (realizada pelo Programa Ação Rua), Abordagem Social de Rua de Adultos, PAEFI e MSE. Também percorri várias reuniões com a equipe, como: reuniões de equipe do CREAS, reuniões das equipes dos serviços (Ação Rua, PAEFI e MSE), reuniões de discussão de casos, reuniões de técnicos, reuniões com a saúde, reuniões CRAS-CREAS (reuniões de referência e contrarreferência²⁰), reuniões com a Vara da Infância e da Adolescência, reuniões de rede e reuniões com o Conselho

¹⁹ Assim são chamadas as pessoas que coordenam um serviço.

²⁰ Como é chamado o mecanismo de encaminhamento mútuo de usuárias entre os diferentes níveis de complexidade dos serviços.

Tutelar. Não foi possível participar das reuniões de regionalização e de microrrede, em função da incompatibilidade de agendas. Além da participação das diversas reuniões em que a equipe do CREAS esteve envolvida, também foram acompanhadas atividades como: visitas a alguns equipamentos da alta complexidade (dois Centros de Referência Especializados para Pessoas em Situação de Rua e dois albergues, também para pessoas em situação de rua); uma visita a uma Unidade Básica de Saúde; uma manhã de audiências sobre adolescentes em MSE; duas manhãs de reconhecimento de território; participação em abordagens de rua tanto da equipe de PAEFI quanto do Ação Rua; participação no Seminário sobre MSE; duas sessões de votação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre sobre o reordenamento da AS na cidade; almoços e cafés da manhã de confraternização (aniversários, chá de fralda e despedidas), bem como festa de final de ano para as usuárias. Além dessas atividades acompanhadas, ainda participei de inúmeras conversas informais antes, durante ou depois de uma atividade agendada, durante as confraternizações ou durante um deslocamento para algum lugar de reunião e que tinha como foco o trabalho. Também realizei uma oficina de fotografia que detalharei quando abordar as ferramentas utilizadas na pesquisa.

Durante os oito meses de acompanhamento sistemático, minha presença foi garantida quinzenalmente nas reuniões de equipe. A participação nas outras atividades garantiu uma presença praticamente semanal no CREAS, com frequência de uma vez na semana e, por vezes, de até três vezes em uma mesma semana. Houve o não comparecimento em algumas poucas semanas ao longo do tempo de acompanhamento, por não estar prevista minha presença quinzenal na reunião de equipe e não haver a ocorrência de outra atividade de interesse.

Em 2016, após o ano de meu doutorado sanduíche no exterior, refiz o contato com a coordenadora com a qual trabalhara em 2014. Esta já não fazia parte da coordenação do CREAS, pois fora convidada para compor a equipe da FASC. Com ela obtive informações de quais casos poderiam me fornecer alguns documentos importantes que me mostrariam a relação do CREAS com o sistema de justiça. Após contato por rede social com a nova coordenadora do CREAS, em fevereiro de 2016, lá retornei por duas vezes para ler as fichas de acompanhamento de alguns indivíduos e famílias. Em maio de 2016, realizei mais uma entrevista, com uma assistente social que havia passado por uma séria situação de precarização no trabalho, com vistas a esclarecer alguns pontos de sua trajetória.

Além do acompanhamento sistemático da equipe, outro procedimento importante utilizado na pesquisa foi a análise de

implicação. Tal procedimento, característico da pesquisa-intervenção, diz respeito à pesquisadora e consiste na análise dos lugares ocupados por ela, daqueles que busca ocupar ou, ainda, daqueles que lhes são designados pelo coletivo, assim como dos riscos decorrentes de assumir ou não esses lugares (ROCHA; AGUIAR, 2003). A análise de implicação, para Lourau (1993), é o cerne do trabalho socioanalítico e consiste em analisar a si mesma, enquanto analista e pesquisadora, a todo o momento, inclusive no momento da própria intervenção. Tal conceito parte da ideia de que a pesquisadora é sempre parte do campo pesquisado (mesmo que pela sua presença) ao mostrar que “somos objetivados por aquilo que pretendemos objetivar” (PAULON, 2009, p. 210).

Paulon (2009, p. 210) afirma que a analista deve analisar, antes de tudo, sua implicação com as redes de poder existentes, o próprio lugar da pesquisadora na divisão social do trabalho, nas relações de classe e, ainda, sua relação com as instituições que a perpassam e com o local de pesquisa. Dessa forma, para a autora, o papel de cientista e de *expert* é desmistificado. A análise de implicação seria, então, a análise do impacto das cenas vividas e observadas sobre a história da pesquisadora e sobre o sistema de poder que legitima o instituído, incluindo o lugar de saber e o estatuto de poder da própria pesquisadora (PAULON, 2005).

A análise de implicação esteve presente ao longo de todo o processo do pesquisar, em vários momentos, auxiliando na escolha dos caminhos a percorrer e da forma de fazê-lo. Isso ocorreu através de minha reflexão sobre a forma como fui acolhida no campo e as expectativas tanto da coordenadora quanto da equipe sobre meu papel e de um receio, por parte desta última, em função de experiências frustrantes com outros visitantes que acompanharam o trabalho do CREAS. Mediante essa situação, procurei evidenciar minha postura ética como pesquisadora, de construção conjunta, e clarear, em alguns momentos, de que lugar falava, como enxergava determinadas situações e quais as possibilidades de minha participação em alguns espaços. Essa mesma reflexão ocorreu em relação a alguns pedidos explícitos, por parte da coordenadora, de participação em algumas atividades, sendo que coloquei, para ela, meus questionamentos sobre tal participação configurar uma ação de pesquisadora ou de trabalhadora, e qual seu limite. Alguns pedidos explícitos e outros implícitos foram feitos também por algumas trabalhadoras, sendo que, nesses momentos, a análise de implicação foi fundamental para que eu não adentrasse espaços que não me diziam respeito enquanto pesquisadora, evitando alianças ou “transmitir recados” de questões que algumas trabalhadoras não conseguiam verbalizar ou visibilizar em reuniões.

A análise de implicação foi extremamente importante para clarear possibilidades de intervenção. Isso ocorreu, entre outros momentos, com muita clareza, na situação da recusa da equipe em ser audiogravada e na condução da discussão sobre este tema. O momento foi aproveitado para o questionamento sobre o que estava implicado com o “Não se sentir bem ou à vontade ao ser gravada”, disparando uma intensa e até mesmo desconfortável discussão sobre algumas relações entre CREAS e algumas práticas jurídicas. Da mesma forma, a análise de implicação e a atenção dada ao lugar de uma pesquisadora pautada pela pesquisa-intervenção propiciou a escuta quanto à presença das visibilidades no CREAS e o momento de realização de uma oficina de fotografia, com a intenção de contribuir na (re)criação da história da equipe.

As participações nos diferentes contextos de trabalho, descritos há pouco, se constituíram em ferramentas fundamentais, pois foram elas que permitiram a intervenção e viabilizaram conhecer não apenas as atividades presentes no local, mas também que relações se estabeleciam e que forças estavam presentes.

Ao contrário de muitas pesquisas que desprezam os momentos de conversas informais por acreditarem que não se encaixam em um formato dito científico, no contexto do presente estudo elas são tomadas como importante ferramenta de conhecimento do campo e de suas instituições (LOURAU, 1993). O estatuto de ferramenta de pesquisa dado às conversas informais, sem data e hora para acontecer, mas que ocorrem no próprio andar do trabalho, assim como em momentos de pausa e confraternização, só é possível porque não se trata da criação de um espaço para se obter informações a respeito de uma suposta realidade acabada de trabalho, mas de momentos para se “[...] chegar mais perto, conhecer o outro e trocar figurinhas para ter uma visão mais objetiva um do outro, conhecer seus pontos de vista e de onde falam [...]” (SPINK, 2008, p. 72).

Peter Spink (2008) defende uma postura de “pesquisador conversador no cotidiano”, dizendo que:

Ao contrário dos métodos planejados em que se delinea *a priori* um roteiro de perguntas sobre um tema previamente acordado e operacionalmente definido, ser um pesquisador no cotidiano se caracteriza frequentemente por conversas espontâneas em encontros situados (SPINK, 2008, p. 72).

Encontros situados porque não se trata de qualquer assunto, mas de situações e dizeres que façam relação com o trabalho, com as trabalhadoras e com as temáticas de atenção da pesquisadora.

As conversas não procuram provocar um relato de uma realidade pré-existente, pois operam como produtoras de realidades, produzindo-se enquanto diálogo que se processa no próprio encontro. Essa postura implica perceber que o caminho da conversa vai sendo traçado por pesquisadora e pesquisadas, juntas.

As conversas têm por princípios, então, buscar a abertura de uma questão e não seu fechamento; desestabilizar sentidos que venham na direção de um “consenso fácil” ou de “polarizações extremas”, bem como ativar o plano do comum e do impessoal que atravessa a todas. Os momentos de conversas também são potentes para promover a potência de criação (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013).

Vistas dessa forma, as conversas são excelentes espaços de intervenção.

Como já foi dito anteriormente, a pesquisa-intervenção preocupa-se com um princípio estético, atentando-se para as sensibilidades. Logo, não apenas as dizibilidades e as pensabilidades são importantes, mas também as visibilidades, assim como as invisibilidades; aquilo que fica na luz ou na sombra. Sendo assim, a oficina de fotografia foi uma ferramenta importante para essa emergência.

Aqui não me alongarei sobre tudo o que envolveu a oficina, pois isso fará parte de um capítulo específico²¹. Neste momento me dedicarei a descrever mais estritamente os aspectos metodológicos da oficina e seu embasamento, reafirmando que uma oficina é um lugar onde se fabrica algo (HOUAISS; VILLAR, 2008). Pois é justamente esse caráter produtivo que a oficina de fotografia pretendia propiciar às trabalhadoras do CREAS.

Para Spink, Menegon e Medrado (2014), oficinas são espaços de negociação que portam um potencial de produção coletiva de sentidos. E como espaços de negociação, as oficinas são espaços de deslocamentos, tensões e contrastes, onde o que emerge nem sempre é consensual, mas “versões sobre o mundo e sobre nós mesmos” (SPINK; MENEGON; MEDRADO, 2014, p. 41). Elas possuem, por conseguinte, um caráter criativo e político, sendo “espaços privilegiados para estudar as relações de poder [...] que produzem regimes de verdade e formas de resistência” (SPINK; MENEGON; MEDRADO, 2014, p. 34). As oficinas são, então,

²¹ *História e memória como contrafluxo à individualização-culpabilização-judicialização: (re)construções na oficina de fotografia*, p. 151.

espaços de produção de novos sentidos, de saberes, de relações, do mundo e de si.

Para Silva e Barros (2013, p. 1331), que também utilizam oficinas de fotografias em estudos com trabalhadoras, mais do que analisar as formas de dominação e sofrimento existentes, tais oficinas provocam “as possibilidades que os trabalhadores têm de criar e recriar recursos para sua atividade profissional”.

Produção de encontros, de sentidos, de conhecimentos, de visibilidades e, marcadamente, no caso do CREAS, de memórias. Uma produção conjunta entre pesquisadora e sujeitos da pesquisa.

Para a utilização de uma oficina de fotografia como ferramenta, é importante que a equipe pesquisada apresente uma sensibilização em relação às visibilidades e ao trabalho com os visíveis e invisíveis. No caso do CREAS foi uma fala da coordenadora que demarcou claramente a possibilidade da realização da oficina.

A equipe já sabia, desde a apresentação do projeto de pesquisa e por conversas sobre minhas outras experiências enquanto pesquisadora, da realização de oficinas de fotografia em outros locais. Em alguns momentos a equipe já havia feito referência a esse trabalho. Falas como: “Lembrei de ti quando vi que lá tinha fotografias” (Fala de uma trabalhadora – Memórias da pesquisadora), por exemplo, já tinham ocorrido. A curiosidade sobre como uma oficina poderia ocorrer e o porquê também já havia circulado tanto em reuniões de equipe como fora dela.

Mas a fala/convite da coordenadora do CREAS mostrou não somente a maturidade do momento para a ocorrência de uma oficina como também a temática que poderia estar presente, configurando uma importante intervenção e contribuição para a equipe.

O momento pelo qual a equipe passava era delicado e tenso devido à saída de várias trabalhadoras do serviço em um mesmo momento. Ao final de uma reunião de equipe e em meio a uma conversa informal com algumas trabalhadoras que ainda não haviam dispersado, emergiu o assunto de como o CREAS se constituiu, quais os trabalhos que desempenhavam na época e como eles foram se ampliando, e, ainda, da importância das trabalhadoras nesse processo de construção.

A descontraída conversa se dava com a presença significativa de uma ex-trabalhadora que viera fazer uma visita, evidenciando que muitos laços não se rompem mesmo com a saída de alguém do serviço. Em meio a esse contexto é que emergiram muitas recordações das dificuldades que envolveram a implantação do CREAS, o fato de terem praticamente *invadido e ocupado* um espaço ocioso de outro serviço, no mesmo prédio,

que se encontrava isolado por grades, pressionando a ampliação do CREAS. As palavras *invadido* e *ocupado* foram por mim repetidas em forma de brincadeira na tentativa de provocar a reflexão de que não é somente morador de rua que *ocupa* espaços e adolescentes em medida socioeducativa que os *invadem*, numa alusão às quebras de estereótipos da população com a qual trabalham. Mas minha brincadeira caiu no vazio diante da empolgação da conversa sobre as peripécias das trabalhadoras para efetivarem um trabalho no CREAS. Naquele momento percebo que, ouvindo todo aquele relato, eram muitas as imagens que vinham à minha cabeça. Imagens de uma história, de uma bela construção coletiva.

Fui retirada de meu devaneio sobre imagens pela fala da coordenadora do CREAS: “Tu precisa ver as fotos que temos dessa época, quando ainda trabalhávamos apertados só no segundo andar deste prédio [...]” (Reunião de equipe – Diário de pesquisa, caderno 2, p. 342). No exato momento em que eu pensava na potência das imagens, recebia um convite para ver as que já existiam. As visualidades já circulavam. As fotografias, mesmo que não no papel, também.

O convite foi aceito e mergulhei em uma imensa coleção de fotografias, de vários anos de trabalho, desde a inauguração do CREAS, guardadas em mais de 40 arquivos de computador, além de 148 fotografias impressas.

Após esse momento, foi pedida a ajuda da coordenadora para, em um trabalho conjunto, olhar as imagens, separar as que ela pensava serem mais importantes, categorizá-las em temas e escolher quais outras imprimir, para serem utilizadas em uma oficina. Sendo assim, foram impressas mais algumas dezenas de fotografias que a coordenadora achou importante ter disponível em papel para uso do CREAS e que também poderiam ser utilizadas na oficina.

De todo o universo de fotografias impressas, disponíveis para a oficina, originaram-se 55 pequenos grupos de fotos que reorganizei nos seguintes temas: inauguração do CREAS; diversos momentos e trabalhos com as várias usuárias (adolescentes das MSE, adultas do PAEFI, adultas abordadas na rua, casas de beneficiárias do benefício eventual – BE etc.); fotos das próprias usuárias e de suas casas; festas diversas com usuárias; atividades diversas (oficinas, grupos, passeios, abordagens de rua); festas de confraternização da equipe (de final de ano, almoços, chá de fralda, aniversários, despedidas); fotos de outras entidades que fazem parte da rede de atendimento; atividades com outras entidades; outros equipamentos da AS; reuniões de equipe em diversas épocas.

Destas, selecionei 100 fotos para a utilização na oficina, resguardando a representatividade da categorização realizada com a coordenadora.

A oficina se desenvolveu em dois momentos: o primeiro no princípio de setembro de 2014 e o segundo em meados de novembro do mesmo ano.

No primeiro momento, uma centena de fotografias espalhadas ao chão sobre colchonetes foi o que as trabalhadoras encontraram ao entrar na sala. O pedido feito a elas foi que olhassem apenas. Depois de olhar, foi pedido que escrevessem ou desenhassem o que viesse à cabeça sobre o que tinham visto, em enormes pedaços de papel pardo que dispus pelo chão ao redor da coleção de fotografias. Após, foi realizada uma discussão sobre o que emergiu em todo o processo anterior.

Em virtude da premência do horário, foi agendado o segundo momento para a continuidade da discussão. Nesse segundo momento da oficina, foram dispostos, no chão, os cartazes confeccionados pelas trabalhadoras do CREAS, bem como recortes de imagens, letras e frases de jornal que eu havia coletado ao longo da pesquisa e que mostravam um pouco das visibilidades que me chamaram atenção e também do olhar que

eu fora construindo sobre a assistência social no contato com a equipe.

A presença desse material objetivava ao mesmo tempo ser um disparador para a retomada da discussão, mas também poder dar visibilidade ao que tinha sido possível ver da assistência, aos meus olhos, em

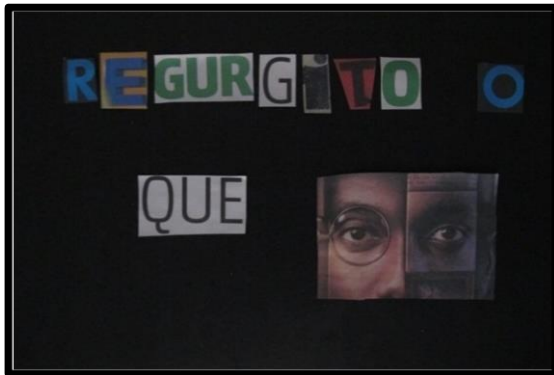


Figura 2: Fotografia de um detalhe do cartaz produzido pela pesquisadora (Fonte: Arquivo pessoal).

um processo de restituição (LOURAU, 1993; PADIGLIONE; FATIGANTE, 2011) à equipe.

Quer dizer, poder fazer ver à equipe algumas de minhas reflexões sobre o trabalho de uma forma diferente dos habituais processos de devolução de pesquisa, que são realizados sob a forma de entrega de uma cópia da tese para os sujeitos com os quais se pesquisou.



Figura 3: Fotografia de um detalhe do cartaz produzido pela pesquisadora (Fonte: Arquivo pessoal).



Figura 4: Fotografia do cartaz produzido pela pesquisadora (Fonte: Arquivo pessoal).

A restituição não tem um caráter informativo ao final do processo, mas de mais uma oportunidade de produção de análises coletivas sobre uma situação presente da equipe com a qual se trabalha. A restituição é realizada, então, durante todo o processo de acompanhamento de uma equipe pesquisada (LOURAU, 1993). Esse momento específico se constituiu como uma restituição de algumas das visibilidades que chamaram minha atenção nos vários meses de acompanhamento.

Dessa forma as trabalhadoras não apenas conheceriam as visibilidades que chamaram minha atenção sobre a AS e sobre o trabalho realizado no CREAS, como poderiam operar sobre elas, em uma construção conjunta da pesquisa. Nesse encontro, além da continuidade da discussão, foi realizada a avaliação de todo o processo da oficina e a combinação sobre o que fazer com o material produzido.

Como forma de registro das participações nos contextos de trabalho, das conversas e das oficinas de fotografia, inicialmente elenquei como possibilidades as audiogravações e videogravações, além do diário de pesquisa. A utilização do recurso de áudio e videogravação foi pensada

com o objetivo de deixar a atenção mais livre para a intervenção enquanto pesquisadora-interventora. No entanto, as audiografações não foram possíveis, pois as trabalhadoras não se sentiram à vontade com essa forma de registro. Sendo assim, o registro em videografação não foi aventado como uma possibilidade, pois é evidente que este também lhes seria desconfortável²².

As anotações em diário de pesquisa foram, então, fundamentais como forma de registro das vivências com o CREAS, gerando 32 páginas em formato digital e dois cadernos universitários, tamanho grande, com um total de 410 páginas referentes ao ano de 2014. Mais 15 páginas foram produzidas no ano de 2016, época em que retornei para ter contato com alguns documentos, digitalizar novamente as fotografias usadas na oficina e, ainda, realizar uma entrevista com uma trabalhadora. O formato digital foi abandonado tendo em vista a profusão de informações anotadas durante as reuniões, sendo que não seria viável manter as duas formas de registro. Tampouco seria viável manter um registro digital de impressões, devido à demanda de trabalho que já estava posta em função da intensidade do próprio acompanhamento e dos registros nos momentos das atividades. Além disso, em função da intensidade de minha imersão no campo, das intensidades do próprio trabalho e das relações, bem como da necessidade de uma anotação rápida e detalhada do que ocorria, foi fundamental, para mim, um tempo de distanciamento, entre os encontros, de todo esse material, o que não permitiu a manutenção dos dois registros. Além do material produzido no Brasil, ainda dispus de 16 páginas de diário de pesquisa, em caderno grande, referentes às oficinas de fotografia realizadas com as trabalhadoras suíças, e 20 páginas digitais referentes aos contatos com as trabalhadoras suíças e algumas impressões e reflexões que a imersão em uma realidade estrangeira me suscitaram. Assim como no trabalho com o CREAS, a intensidade dessa imersão, em muitos momentos, me exigiu um distanciamento que me impediu de fazer mais anotações sobre as impressões do que eu vivia.

Por ser impossível anotar todas as sensações, impressões e intensidades vividas no campo, faço uso do recurso que tenho chamado, desde a escrita de minha dissertação de mestrado, de memórias da pesquisadora. Se a memória, por vezes, não é considerada um recurso de conhecimento dito fidedigno da realidade, já que é maleável, também o

²² Analiso esta situação no capítulo *As práticas jurídicas e a judicialização no trabalho da assistência social*, no subtítulo *Quando rostos e corpos se crispam perante o medo do trabalho como prova e de advir criminosa*, na página 109.

registro em áudio ou vídeo estão permeados de subjetividade, pois o que gravar, como e onde são escolhas de uma pesquisadora.

Minha visão coaduna, então, com a ideia de que a *interferência* da pesquisadora não é uma dificuldade, mas uma condição da produção de conhecimento no ato de pesquisar (LOURAU, 1993). E o diário de pesquisa é uma ferramenta dessa construção e da produção de conhecimento e não de um desvelamento da realidade.

Além disso, a noção de realidade unívoca não faz parte de meu conjunto de pressupostos epistemológicos e metodológicos, tampouco de minha visão de mundo, já que penso a realidade como realidades, no plural, marcada por intensa dialogia (AMORIM, 2014; BAKHTIN, 1992, 1997, 1981; FARACO, 2009) e como produção discursiva (FOUCAULT, 2007).

Sendo assim, concordo com Lourau (1993), quando diz que o diário de pesquisa permite

[...] o conhecimento da vivência cotidiana de campo (não o ‘como fazer’ das **normas**, mas o ‘como foi feito’ da prática). Tal conhecimento possibilita compreender melhor as condições de produção da vida intelectual e evita a construção daquilo que chama ‘lado mágico’ ou ‘ilusório’ da pesquisa (fantasias, em torno da CIENTIFICIDADE, geradas pela ‘asséptica’ leitura dos ‘resultados’ finais) (LOURAU, 1993, p. 77, grifo do autor).

O diário de pesquisa propicia a reconstituição da história subjetiva da pesquisadora; mostra a contradição entre a temporalidade da produção pessoal e a institucional ou burocrática e propicia, também, a produção de um tipo de reflexão própria do escrever, pois “o exercício cotidiano de escrever sobre o cotidiano constrói e se apropria de realidades, num movimento especular” (LOURAU, 1993, p. 79). O diário propicia, portanto, um movimento reflexivo, ao possibilitar o surgimento de novas análises, no momento de sua escrita, sobre acontecimentos que em geral seriam desprezados. E isso ocorre justamente por estar vinculado à questão da subjetividade (LOURAU, 1993).

Dentro dessa lógica, a revelação ou não dos atos de pesquisa é uma ação política. O autor assegura que “tentar fazer dos acontecimentos cotidianos um caminho para o conhecimento (e transformação de si) pode ser uma forma de se distanciar dos diferentes grilhões institucionais [...]” e o diário de pesquisa contribui para a produção de uma pesquisadora

implicada, “cujo projeto político inclui transformar a si e a seu lugar social, a partir de estratégias de coletivização das experiências e análises” (LOURAU, 1993, p. 85).

No que diz respeito ao tratamento do material produzido ao longo de toda pesquisa, foi tomado tendo por referência a análise de discurso foucaultiana, de inspiração genealógica, sendo que minha atenção recaiu sobre as práticas (FOUCAULT, 2006a, 2006c, 2007, 2008, 2009a, 2011) das trabalhadoras e as forças exercidas sobre elas.

Para Foucault (2006c), são as práticas que constituem os objetos e, conseqüentemente, o mundo. Elas implicam, ao mesmo tempo, modos de agir e de pensar, sendo que o estudo a respeito delas se dá por meio da análise do

[...] conjunto das maneiras de fazer mais ou menos regradas, mais ou menos pensadas, mais ou menos acabadas através das quais se delineia simultaneamente o que se constituía o real para aqueles que procuram pensá-lo e dominá-lo, e a maneira como aqueles se constituíam como sujeitos capazes de conhecer, analisar e eventualmente modificar o real (FOUCAULT, 2006c, p. 238).

Tal forma de análise coloca atenção, então, no poder de constituir domínios de objetos a partir dos quais se afirma o que é verdadeiro ou falso (FOUCAULT, 2007), ou seja, essa análise toma por princípio que os discursos também são práticas e igualmente constituem sujeitos (FOUCAULT, 2007). Nessa abordagem, a análise das relações de poder implicadas na constituição desses discursos, bem como de suas tecnologias, se faz fundamental. Entretanto, na análise de um texto, não se trata de reconstituir seu funcionamento a partir das regras de formação dos conceitos, mas “[...] dos objetivos, das estratégias a que ele obedece e das programações de ação política que sugere” (FOUCAULT, 2008, p. 48). O foco incide nas estratégias e táticas, nos “movimentos” que constituem “um campo de verdade com objetos de saber” (FOUCAULT, 2008, p. 158), não havendo separação entre o nível do macropoder e o do micropoder, pois falar de um não exclui o outro. Estabelecer a genealogia das relações de poder é, então, analisar “[...] a maneira como elas se formam, se conectam, se desenvolvem, se multiplicam, se transformam [...]”.

Foucault (2006c) alerta que para que esse tipo de análise possa ser feita é preciso questionar a ideia de ser humano enquanto atemporal ou a tentativa de remontar a um sujeito constituinte. Para o autor, a análise genealógica precisa “[...] descer ao estudo das práticas concretas pelas quais o sujeito é constituído na imanência de um campo de conhecimento” bem como “[...] fazer aparecer os processos próprios a uma experiência em que o sujeito e o objeto ‘se formam e se transformam’ um em relação ao outro e em função do outro” (FOUCAULT, 2006c, p. 237).

Analisar as práticas das trabalhadoras do CREAS significa, então, analisar o que essas trabalhadoras falaram, escreveram, pensaram, viram e fizeram durante o tempo de acompanhamento nos oito meses de 2014 em que lá estive e os materiais que depois agreguei ao que já havia sido produzido. Análises preliminares já se delineavam em minha cabeça antes mesmo de me debruçar sobre o material coletado para uma análise mais meticulosa, quando tive a oportunidade de partir para Lausanne. O contato com uma cultura diferente, com espaços e tempos diferentes provocaram atravessamentos e experiências de errância que me fizeram olhar para minhas experiências brasileiras de outra forma e, conseqüentemente, incidiram em minhas análises.

Andarilho

Humano não é aquele que vê, interpreta e faz,
mas aquele que se vê, se interpreta e se refaz.
Não nascemos humanos, nos tornamos!
Quando o nó na garganta é mais que o nó da gravata,
um nó na vida desnorteada,
um nó no estômago empanturrado,
um nó na alma vazia,
um nó nas pernas, que imobiliza...
Surge, então, um andarilho e indaga,
jogando fora todas as velhas respostas;
surge, então, um andarilho e anda,
jogando fora todos os mapas já impressos.
Porque, para quem não sabe aonde vai, toda estrada
é caminho;
porque, para quem sabe aonde vai, todo caminho é
sagrado,
embora apenas um tenha seu coração!
Sou um buscador!
O que eu busco? A mim mesmo!
De onde eu vim? Não sei, eu estava perdido!
Para onde eu vou? Também não sei; ainda não sei
onde estou..
Tenho dormido ao relento.
Sei que gosto do fogo crepitante,
da água do rio, da chuva,
da brisa no ar, do mar,

da terra em ternuras de campos e florestas!
Já quero bem pouco:
beber, comer, dormir, respirar,
servir a mim mesmo!
Minha mochila já anda mais vazia,
meu coração mais cheio,
minha alma mais leve!
Busco acolher o que encontro
permanecendo aberto ao mistério, que cada encontro
encerra.
Busco na memória infantil
aquilo que fazia feliz,
os lugares de guarnição,
os caminhos de casa,
os braços ternos,
os abraços eternos!
Busco estar onde estou,
ser ciência do movimento perpétuo,
certeza da energia vital que em tudo habita.
Busco ser a fé do grão de mostarda, que em nada crê;
e sem crer, também eu,
realizar o gérmen,
que dentro de mim eu sou:
tornar-me humano!
(Poema de João Marino Vieira)²³

²³ O poema encontra-se no curta metragem *Andarilho*, disponível em: <http://www.oikos.org.br/tag/andarilho/>.



Figura 5: Curta metragem Andarilho (2014), dirigido por Jurandir Lisboa.
Disponível em: <<http://www.oikos.org.br/tag/andarilho/>>.
Acesso em: 04 ago. 2016.

3 ATRAVESSAMENTOS SUÍÇOS EM MIM: ERRÂNCIAS E NOVOS TRAJETOS NA ESCRITA DA PESQUISA

Percursos espaciais e temporais me deslocaram; me atravessaram; marcaram meu olhar, meu pensamento, minha escrita e me constituíram como pesquisadora no campo da assistência social.

Hoje é possível ver que a experiência na cidade de Lausanne, durante meu doutorado sanduíche, constituiu-se, em alguns momentos, como uma deriva (CARERI, 2013). Estar em um lugar onde não se conhece as pessoas, não se domina a língua, os códigos culturais, as máquinas, os trajetos, entre outras tantas coisas, me fez caminhar apenas com algumas direções de exploração, sem um plano rigidamente traçado. Meu caminhar apresentou, ainda, outras características de deriva como circular por lugares banais, deixar-se ir conforme as solicitações do terreno e deixar-se afetar pela confusão e pela desorientação por eles provocados. Estar no lugar do não conhecido me forçou a uma experiência com elementos de errância (CARERI, 2013) onde, em alguns momentos, o caminhar se tornou mais importante que o caminho, em uma “experiência sensível e afetiva do caminhar” (TIBERGHIEEN, 2013).

Mesmo que a busca pelos caminhos de Lausanne tivesse como objetivo um ponto de chegada, como a universidade, a casa onde morei, o serviço de controle dos habitantes ou tantos outros lugares por onde andei, os inúmeros estranhamentos provocaram novos caminhos em mim, enquanto pessoa e também enquanto pesquisadora. Os resultados emocionalmente desconcertantes do caminhar (CARERI, 2013) por Lausanne me permitiram construir uma arquitetura não de um prédio ou cidade, mas de uma tese, onde espaços e tempos se inter cruzam, operam uns sobre os outros, se amalgamam ou explodem projetando estilhaços de sentimentos e sensações. Destes, alguns, talvez, só venham a fazer sentido em outros tempos. Ou não.

Essa experiência no exterior propiciou, também, o dar-se conta de que outros deslocamentos espaciais já haviam operado em mim uma experiência de errância, ampliando meu mundo e minhas formas de ver. Errância esta inclusive pretendida em função de minha opção pela pesquisa-intervenção como estratégia metodológica, já que essa maneira de pesquisar privilegia a construção da pesquisa na própria caminhada no campo, sem se saber o ponto exato onde se chegará. Os deslocamentos entre Porto Alegre-Florianópolis, Florianópolis-Porto Alegre no início do doutorado; entre o bairro Jardim Ipiranga, onde moro em Porto Alegre, e o bairro onde se situa o CREAS, assim como as caminhadas com as trabalhadoras do CREAS já haviam produzido efeitos que somente a

experiência em um local com estranhamentos mais profundos me possibilitou compreender a amplitude.

Os deslocamentos entre espaços e tempos desconhecidos de Lausanne constituíram uma transurbância, onde, atravessando territórios desconhecidos, passei por uma experiência de habitar o meio, o entre, passei a *ser* o próprio meio, o lugar da transformação (JACQUES, 2013). Quantas e quantas vezes senti uma rachadura em meu peito, como se estivesse dividida ao meio. Como em *O visconde partido ao meio*²⁴, de Ítalo Calvino (1996), porém não sendo duas, não estando dividida entre um lado bom e outro mau, mas com todas as intensidades dentro de um mesmo corpo é como eu me encontrava. Esse meio-lugar, que propicia não um lugar preciso, mas sua apropriação e seu uso, me fez ver a intensidade de minha errância na caminhada com as trabalhadoras do CREAS ou em minha aproximação com o grupo de animadores socioculturais da cidade de Lausanne. Uma errância em que o caminhar se constituiu como uma prática estética (JACQUES, 2013), pois o caminho seguido não foi o da linha reta, mas afetado pelos encontros casuais, pela curiosidade, pela necessidade dos afetos e dos encontros e, portanto, pelos desvios, pelos atalhos ou, por vezes, pelos caminhos mais longos. Encontros com colegas, que portaram conhecimentos mais básicos que os dos livros, mas, por vezes, mais intensos e necessários (como utilizar a máquina copiadora e de digitalização da universidade, por exemplo, ou entender como acessar as filas da cafeteria central para poder almoçar); encontros com trabalhadores sociais, que poderiam significar o risco de um “novo campo”, uma demora na trajetória temporal marcada pelo tempo de uma tese e que não respondia à questão de minha orientadora: “mas como tu vais usar isto na tua tese?”. A intensidade e o prazer da vivência fizeram brotar a resposta: “não tenho a mínima ideia, talvez nem use na tese, mas sei que isto vai ser importante para mim e que, de alguma forma, irei usar o que vou aprender aqui, nem que seja no futuro”. Naquele momento o andarilho em mim já estava lá, e ainda aprendendo a “ser ciência do movimento perpétuo” joguei “fora todos os mapas já impressos”, como diz João Marino no poema *O Andarilho*, me permiti o prazer de trabalhar com a equipe de Lausanne.

O CREAS e a AS brasileira se fazem, então, como pontos de guarnição, de parada, como um hangar, um ponto de convergência que

²⁴ *O visconde partido ao meio* é uma fábula de Ítalo Calvino que conta a história de um visconde que, ao entrar em uma guerra, fica dividido em dois ao ser atingido por um tiro de canhão. Um deles era o bom, e o outro, o mau. No final, ao ser costurado, o visconde consegue integrar suas duas partes.

utilizo para dar *um* entre *tantos possíveis* sentidos para muitas andanças e deslocamentos espaciais, temporais e subjetivos que foram me constituindo como uma pesquisadora na AS.



Figura 6: Reprodução de *A persistência da memória* (1931), de Salvador Dalí.

Assim é que os espaços e os tempos deslizam e derretem, como no quadro *A persistência da memória*²⁵, de Salvador Dalí, e se misturam, perpassando-se, em mim, neste tempo e neste espaço de escrita.

Durante os primeiros meses de 2015, “Onde estão os necessitados?” era a pergunta que mais se fez presente em mim, desde a chegada à cidade de Lausanne, capital do Cantão²⁶ de Vaud, na Suíça, em, 22 de fevereiro.

Porto Alegre se constituía para mim como uma grande cidade movimentada com seus 1.481.019 habitantes em uma área territorial de 496,682 km² ²⁷ e, portanto, com uma enorme população a ser atendida pela AS. Já Lausanne, capital de um cantão, possuía 141.325 habitantes nos seus 41,4 km² ²⁸ e me parecia muito pequena. Se compararmos, então,

²⁵ *A persistência da memória* é um quadro (óleo sobre tela), de autoria do pintor espanhol surrealista Salvador Dalí, que se encontra exposta no Museu de Arte Moderna de Nova Iorque (MoMA), nos Estados Unidos da América.

²⁶ A Suíça é uma confederação dividida em 26 cantões que guardam uma grande autonomia entre si. Mais informações encontram-se disponíveis no site oficial do país: <<https://www.admin.ch/gov/fr/accueil/conseil-federal/systeme-politique-suisse/F%C3%A9d%C3%A9ralisme.html>>.

²⁷ Dados relativos ao ano de 2015 e disponíveis no site do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431490&search=rio-grande-do-sul|porto-alegre>.

²⁸ Dados relativos ao ano de 2015 e disponíveis no site oficial da cidade de Lausanne <<http://www.lausanne.ch/lausanne-officielle/administration/securite-et-economie/controle-des-habitants/statistiques/evolution-mensuelle-nombre->

as proporções entre Brasil e Suíça, as diferenças são gritantes. Enquanto o Brasil possui um território de 8.515.767,049 km² com uma população estimada de 204.450.649 habitantes em 2015²⁹, a Suíça possuía, em um território de 41.284 km², uma população de 8.327.100 habitantes, no mesmo ano³⁰. O IDH – Índice de Desenvolvimento Humano dos países, calculado a partir da expectativa de vida, educação e renda da população, também mostrava diferenças enormes. Enquanto o Brasil ocupava o 75º lugar no ranking mundial, em 2014, a Suíça ocupava o 3º lugar, tendo à sua frente somente a Noruega e a Austrália³¹.

Mas mesmo perante o estranhamento causado pelas enormes diferenças territoriais, de população e de condições de vida, uma semelhança era o que meu olhar buscava.

Movida pela premissa da Constituição Federal de 1988, que coloca como objeto da AS brasileira “os que dela necessitam”, e atravessada por minha experiência profissional e de pesquisadora com uma população extremamente carente de recursos básicos como alimentação e habitação, aviltada em vários de seus direitos, é que eu procurava a população empobrecida em Lausanne, pessoas em situação de vulnerabilidade e até de miserabilidade tal como comumente encontrada no Brasil.

Por vários dias não vi crianças pobres perambulando pelas ruas ou pessoas em situação de rua-sobrevivência ou rua-moradia, e essa invisibilidade (aos meus olhos da época) tornava o trabalho, nas políticas públicas de assistência da Suíça, um verdadeiro mistério.

As pesquisas na universidade, com a base de dados cantonal e universitária da biblioteca³² de *L'Université de Lausanne*, não ajudavam

habitants-en-2015.html> e <<http://www.lausanne.ch/lausanne-officielle/statistique/themes/espace-environnement.html>> respectivamente.

²⁹ Dados do IBGE, disponíveis em <http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#populacao>.

³⁰ Dados oficiais do site da Confederação Suíça. Disponíveis em: <https://www.are.admin.ch/are/fr/home/developpement-et-amenagement-du-territoire/bases-et-donnees/faits-et-chiffres/1_utilisation-des-surfaces.html> e <<https://www.bfs.admin.ch/bfs/fr/home/statistiques/population.html>>.

³¹ Informações obtidas em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-12/brasil-melhora-idh-em-2014-mas-cai-uma-posicao-no-ranking-mundial>>.

³² A biblioteca de *L'Université de Lausanne*, criada em 1537, é uma das maiores bibliotecas públicas da Suíça e desenvolve seus trabalhos através de cinco bibliotecas complementares. Ela faz parte de uma rede digital de bibliotecas desde 1985 e possui em torno de cem mil obras livres de direito digitalizadas dentro de um imenso catálogo de livros, artigos, jornais, vídeos, trabalhos

a desvendar esse mistério e muito menos minha curiosidade sobre o que faziam as trabalhadoras da AS naquele país. Dentro da categoria *assistance social* (assistência social), eu encontrei 1256 estudos que iam desde o trabalho dos bombeiros, passando por coisas como educação financeira, o trabalho do engenheiro ambiental até a molécula do carbono e a chapa voltaica. Aliviada por não ter que ler mais de 1200 resumos, mas ainda me sentindo perdida por não saber onde procurar, conversei com duas colegas da universidade que me sugeriram que eu procurasse por *aide sociale* (ajuda social). Pus-me a rastrear novamente as bases de dados (as 21 que fazem parte da rede de bases de língua francesa da Suíça), mas essa categoria pouco ajudou, junto com as outras de *travail social* (trabalho social) e *travailleur social* (trabalhador social) me mostravam uma imensidão de trabalhos (746 resultados para *aide social*, 3180 resultados para *travail social* e 200 resultados para *travailleur social*), com temáticas voltadas para a saúde ou tão variadas quanto as anteriores. Uma agulha em um enorme palheiro é o que a AS suíça me parecia. Tudo muito longe do que eu havia acompanhado como trabalho de uma equipe multiprofissional de um CREAS brasileiro, enquanto pesquisadora-doutoranda.

O primeiro contato com uma pessoa sentada à rua, pedindo dinheiro aos passantes, foi um misto de alívio e tristeza por encontrar uma referência conhecida, mas, ao mesmo tempo, encontrar ali um sinal de pessoas aviltadas em seus direitos. Mas, meio que “automaticamente”, meu olhar colocou essa pessoa na categoria “imigrante” e não na categoria “usuária da assistência”, acostumada que estava a focar em um determinado tipo de população. Essa situação acabava por me trazer mais uma questão sem resposta: Em uma cidade com uma população formada por 42% de pessoas de outras nacionalidades³³, a AS de Lausanne se dirigia mais intensamente à população de imigrantes ou também aos suíços nascidos no país? Qual o uso que os suíços fazem da AS? Como ela se estrutura?

O seguinte trecho de meu diário de campo do dia 26 de março de 2015, com imagens por mim produzidas, mostra um pouco dessa busca:

universitários, revistas científicas e partituras musicais. Mais informações podem encontradas no site: <<http://www.bcu-lausanne.ch/connaitre-la-bcul/>>.

³³ Informações sobre a população de Lausanne estão à disposição na página: <<http://www.lausanne.ch/lausanne-officielle/administration/sports-integration-et-protection-population/controle-des-habitants/statistiques/evolution-mensuelle-nombre-habitants-en-2015.html>>.

[...] Mais algumas perguntas sem achar algo que fizesse a mínima ressonância com o que vi no Brasil. Começo a achar que nunca vou encontrar a tal AS.

Na minha cabeça, começo a formular a hipótese de que talvez a AS no “sentido estrito”, como diz Tuto³⁴ em sua dissertação (dissertação sobre AS suíça que li no Brasil), seja destinada aos inúmeros imigrantes no país. Afinal, vejo gente pedindo nas ruas, no centro de Lausanne. Algo ruim de ver e experienciar, mas que me parece mais familiar com o que vi aqui.

O jornal 20 minutes, de distribuição gratuita nos pontos de ônibus, traz inúmeras notícias, mas nada que diga respeito à AS. Certo dia uma imagem chama minha atenção. É uma pequena matéria a respeito de um documentário sobre imigração, mas a imagem me soa familiar.

Será que encontrarei a AS relacionada à questão da imigração? [...]
(Diário de pesquisa digital, 26/03/15, p. 01)

³⁴ Refiro-me aqui a Beat Wehrle, que escreveu sua dissertação de mestrado em 2011 sobre a assistência social na Suíça. O nome Tuto foi o que utilizei em minha comunicação com o autor, pois é o que consta em seu endereço de e-mail e em uma rede social, diferindo do utilizado em sua dissertação, a qual se encontra nas referências bibliográficas ao final desta tese.



Figura 7: Imagens do jornal *20 minutes*, de 17 de março de 2015, com uma pequena matéria a respeito de um documentário sobre imigração (Fonte: Arquivo pessoal).

A reportagem que encontrei no jornal *20 minutes* do dia 17 de março de 2015 caminhava na direção de minhas suspeitas de que a população mais vulnerável, ao menos a mais visível, poderia ser a de imigrantes, pois tratava do documentário *L'oasis des mendicants*, de Janine Waeber e Carole Pirker, e a temática era “os mendigos”, ou seja, os imigrantes do leste europeu.³⁵

Tratando de conversar com todas as pessoas que encontrava pela frente é que busquei respostas para minhas questões: O que faz a AS na Suíça? Qual é a população alvo? Quais os equipamentos de atendimento da população? Qual o papel do Estado nesta política? Como se dá a política como um todo?

Algumas das respostas vieram aos poucos em meio a algumas pistas. Elas começaram pela compreensão do sistema dual de ensino na Suíça, que valoriza tanto o percurso acadêmico quanto o profissionalizante e que faz com que psicólogos, cientistas sociais, advogados e outros profissionais tenham seu percurso de formação dentro da universidade, enquanto assistentes sociais, animadores socioculturais, educadores sociais e ergoterapeutas tenham sua formação dentro das

³⁵ Reportagem e trailer de 37 segundos do documentário disponíveis no site do jornal *20 minutes* em <<http://www.20min.ch/ro/sortir/cinema/story/30151444>>. Acesso em: 21 mar. 2015. Documentário legendado disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5_FhOXThDdA>. Acesso em: 21 mar. 2015.

escolas de altos estudos³⁶, assim como os trabalhadores sociais. Talvez isso explicasse o resultado da inexistência de trabalhos sobre *aide social*, *protection social*, *travail social* e *travailleur social* dentro daquilo que eu esperava como AS na rede da biblioteca de *L'université de Lausanne*.

Alguns dias após me deparar com a reportagem do jornal *20 minutes*, vi um cartaz em um ônibus que me interessou muito.

No cartaz se lia, em preto: “Neste ônibus, 8 pessoas estão em situação precária e vivem com medo do amanhã”. Um pouco mais abaixo, em laranja, estava escrito: “Graças a seus donativos, vocês lhes permitem estar acompanhados e ser aconselhados pelas profissionais do CSP”. Ao pé do cartaz descubro que o CSP é um Centro Social Protestante, ou seja, uma entidade de cunho privado e religioso, provavelmente uma entre tantas as entidades que terceirizam alguns cuidados em AS, dentro de uma realidade onde cada cantão tem sua forma de trabalhar e o sistema de conveniamento de entidades é prática corriqueira, como Wehrle (2011) já havia me prevenido em sua dissertação.

Mais alguns dias e me deparei com o mesmo cartaz do ônibus, dentro do metrô para a universidade, só que, desta vez, com uma intervenção a caneta que, sobre o escrito “Neste ônibus...”, questionava: “Qual ônibus?”.

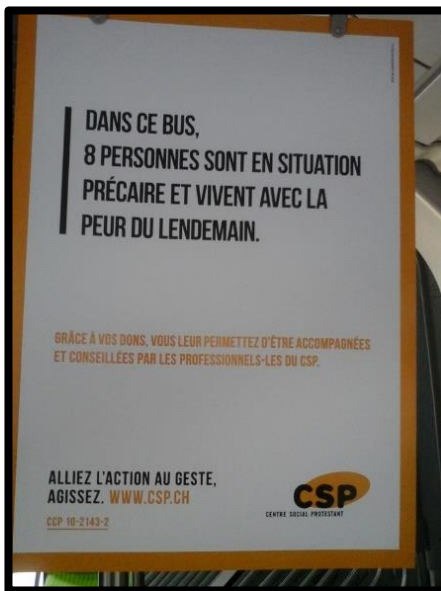


Figura 8: Cartaz no ônibus (Fonte: Arquivo pessoal).

³⁶ A HES-SO – *Haute École Spécialisée de Suisse Occidentale*, por exemplo, possui 28 escolas de altos estudos distribuídas em 7 cantões da Suíça ocidental e oferece 46 bacharelados e 20 mestrados em 6 diferentes domínios, sendo estes: Design e artes visuais, economia e serviços, engenharia e arquitetura, música e artes cênicas, saúde e trabalho social. Mais informações sobre a HES-SO encontram-se disponíveis em <<http://www.hes-so.ch/>>.

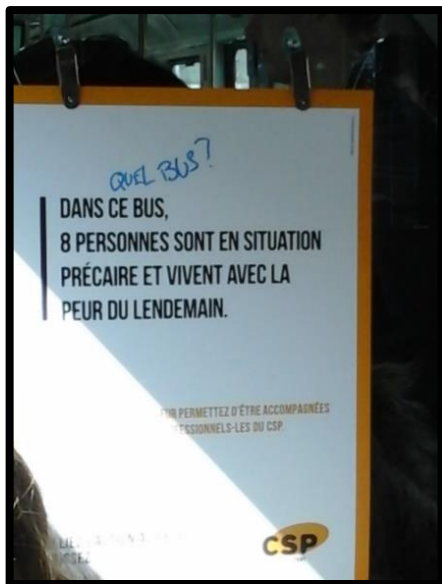


Figura 9: Cartaz no metrô, com uma intervenção (Fonte: Arquivo pessoal).

Em meu diário de pesquisa escrevi:

O que será que captou o olhar da pessoa? O que será que ela quis dizer ao acrescentar “Qual ônibus” ao cartaz? Será que a interrogação sobre o ônibus conota que pessoas em situação precária não andam de ônibus? Ou não andam no metrô para a universidade...? Queria tanto poder conversar com ela... (Diário de pesquisa digital, 23/03/15, p. 03).

Meu escrito mostra o quanto meu olhar estava pregado na imagem de uma população miserável que nem dinheiro para andar de ônibus teria.

Àquela altura, pensando justamente na importância das entidades privadas na AS suíça, na descentralização de cada cantão e na falta de uma unidade na política de AS do país, eu já estava imersa na tarefa de rastreá-la a partir dos sites das administrações da cidade de Lausanne, do cantão de Vaud e do Conselho Federal³⁷, buscando uma maior compreensão.

Entre minhas “catações” virtuais, conversas e percursos descobri que logo ali, bem no pátio do condomínio em que eu estava morando, havia uma equipe de trabalhadoras que se ocupava de atividades para a comunidade. Procurei me aproximar, pois tratava-se de uma equipe de animadoras socioculturais, portanto, trabalhadoras sociais (em um sentido amplo), que se encarregavam de um trabalho de tecer laços comunitários entre os moradores do bairro. Por meio de uma visita pessoal e uma

³⁷ O Conselho Federal é o órgão executivo máximo da Suíça, sendo composto por sete membros eleitos pela assembleia federal, sendo que cada um dirige um dos sete departamentos federais. O presidente do Conselho Federal é eleito por seus pares e tem um mandato de um ano. Informações obtidas no site oficial do país: <<https://www.admin.ch/gov/fr/accueil/conseil-federal/systeme-politique-suisse/gouvernement.html>>.

excelente recepção e acolhida por uma das trabalhadoras, descobri que o trabalho se realizava por um convênio entre a prefeitura de Lausanne e uma fundação de animação sociocultural, a FASL (*Fondation pour l'Animation socioculturelle Lausannoise*)³⁸. Dessa visita saí com vários materiais sobre o centro e as atividades desenvolvidas, convites para participar de algumas delas e uma reunião marcada com todas as trabalhadoras do centro para me explicarem melhor o trabalho, já que a gestão era colegiada.

Embora o sistema de convênios entre prefeituras e organizações da sociedade civil (OSC) seja muito familiar para quem circula pela AS brasileira, o trabalho voltado à prevenção e ampliação de laços comunitários me parecia muito distante do que eu conhecia. Na ânsia de conhecer um pouco melhor o dia a dia de qualquer trabalhadora social é que, ao encontrar as animadoras sociais da FASL, me aproximei, para depois propor um trabalho com fotografias³⁹.

Assim, eu buscava e buscava... E caía e recaía no estranhamento, na falta de referências e na sensação de que tudo era muito vago para mim. Esse estranhamento durou quase todo o primeiro semestre, período em que cursei disciplinas voltadas à imagem, temática relacionada à minha abordagem metodológica, entre outras atividades voltadas à língua francesa e à docência. No segundo semestre, o acesso às disciplinas voltadas às políticas sociais começou a desvendar o mistério da AS suíça, suas grandes diferenças e aproximações com a AS brasileira, e a deixar um pouco mais coerentes as informações que eu já havia levantado.

O fato é que todo esse enorme estranhamento, a busca pautada pela referência ao que estava acostumada e não achá-la, assim como me deparar com meus pré-conceitos, me fez ver a intensidade do atravessamento da pobreza e da miserabilidade em nossa política de AS. Nenhum artigo ou livro me fez ver com tanta intensidade e desacomodação o quanto nossa política de AS está voltada para a pobreza e o quanto essa questão atravessa todo o olhar e o exercício da profissão das trabalhadoras da AS em nosso país como minhas vivências por Lausanne. O seguinte trecho do Diário de pesquisa na Suíça mostra um pouco desses estranhamentos:

³⁸ O site da FASL é <<http://www.fasl.ch/>>.

³⁹ O resultado deste trabalho assim como com o grupo de trabalhadoras do CREAS e com uma equipe de assistência e assessoria jurídica em direitos de gênero, com a qual trabalhei durante meu mestrado, encontra-se no artigo intitulado *Oficinas de fotografia na pesquisa-intervenção: construção de coletivos de trabalho*, aceito para publicação pela revista NUPEM.

Patrícia (com quem moro) me conta que a AS social também se ocupa de pessoas de idade. Estas, por morarem geralmente sozinhas, têm o direito a serem buscadas por uma condução do cantão para passarem o dia em um local que é muito agradável e bonito, para se ocuparem, passarem o dia com outras pessoas de idade fazendo múltiplas atividades. Se não querem ir ao local, uma condução do cantão distribui a alimentação diretamente em suas casas para não terem que se ocupar com isso.

Tudo soa cada vez mais estranho para mim... Mais algumas perguntas e nada de moradores de rua ou adolescentes e crianças em situação vulnerável, pessoas de idade que não têm onde morar etc etc.

Toda essa estranheza me mostra, depois de tanto procurar a AS brasileira na Suíça, é que realmente não vou encontrá-la. Não posso olhar a AS social daqui a partir do olho brasileiro. O que, aliás, é praticamente impossível, pois diante da estranheza, buscamos algo familiar o tempo todo.

Esse primeiro choque me faz ver o quanto a AS brasileira está imersa na preocupação com a pobreza. Já sabia disso! Já tinha lido! Já tinha visto! Mas entrar em contato com uma cultura completamente diferente faz sentir na carne esta diferença! Sacode e tira do lugar (Diário de pesquisa digital, 23/03/15, p. 2).

Assim é que um olhar viciado na extrema vulnerabilidade pautou minha busca infrutífera pelo pobre da AS brasileira na cidade de Lausanne.

A busca infrutífera e o estranhamento com a realidade suíça, tão diferente da brasileira, me colocou em um choque, o do confronto, na carne (nos olhos e no corpo e não apenas no pensamento), da articulação da herança de nossa história na AS entre pobreza-miserabilidade-assistencialismo-tutela-culpa. Fluxos estes que eu já havia percebido durante o acompanhamento realizado com a equipe do CREAS, mas que, agora, gritavam em meus ouvidos.

Um choque porque trouxe uma intensidade de uma errância vivida no corpo, assim como tantas intensidades vividas no próprio CREAS e que relatarei adiante. Uma experiência num outro espaço que me permitiu uma torção no meu olhar sobre aspectos da AS do meu próprio país.

Segue o seco

A boiada seca
 Na enxurrada seca
 A trovoada seca
 Na enxada seca

Segue o seco sem saçar que o caminho é seco
 Sem saçar que o espinho é seco
 Sem saçar que seco é o Ser Sol
 Sem saçar que algum espinho seco secará
 E a água que saçar será um tiro seco
 E secará o seu destino seca
 Ô chuva vem me dizer
 Se posso ir lá em cima pra derramar você
 Ô chuva preste atenção
 Se o povo lá de cima vive na solidão
 Se acabar não acostumando
 Se acabar parado e calado
 Se acabar baixinho chorando
 E se acabar meio abandonado
 Pode ser lágrimas de São Pedro
 Ou talvez um grande amor chorando
 Pode ser o desabotoar do céu
 Pode ser um coco derramando

Compositor: Carlinhos Brown

Intérprete: Marisa Monte

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=l4WLDrN_5k0>

4 A TRAMA POBREZA-ASSISTENCIALISMO-TUTELAMENTO-CULPA E OS BRAÇOS DO JUDICIÁRIO

Se em Lausanne a pobreza não despontava perante meus olhos, no Brasil, a pobreza e a miserabilidade feriam meu olhar a todo instante: sob as marquises dos edifícios onde aqueles que habitam a rua procuram se refugiar das intempéries; nas sinaleiras onde alguns, adultos e crianças, muitas vezes, tentam tirar algum provento, vendendo em condições de subemprego ou pedindo; na arquitetura que mostra as diferenças entre um bairro mais abastado e uma favela ou, até mesmo, na feira que ocorre em frente à minha casa brasileira, todos os domingos, onde, ao final, grupos de famílias inteiras organizam os restos de frutas e legumes que ganharam ou foram recolhendo das caixas de restos. Vidas abandonadas, caladas, talvez um tanto secas, como na música *Segue o seco*.

Essas imagens ferem a tal ponto que precisamos integrá-las ao corriqueiro de nossas vidas, deixando de enxergá-las, um pouco ao menos, para que venham a ser suportáveis. Como diz Susan Sontag (2003, p. 97, grifo da autora) em seu livro de sugestivo nome, *Diante da dor dos outros*, “dar as costas para imagens que nos fazem simplesmente sentir-nos mal” e “não sofrer *o bastante* quando vemos essas imagens” é compreensível e não quer dizer que estejamos menos sensíveis ao sofrimento alheio.

Minha experiência na cidade suíça me fez ver o quanto a presença da pobreza é forte e o quanto ela atravessa o pensar, o falar, o ver, o sentir, o ser brasileira; também atravessava o meu pesquisar.

Pois é essa pobreza que, mesmo ferindo também o olhar das trabalhadoras da AS, não pode, por estas, deixar de ser vista a todo instante.

Se a Constituição Federal brasileira (BRASIL, 1988) traz a AS como um direito independente de contribuição à seguridade social, esse direito, entretanto, não é universal como na política nacional de saúde, que é “para todos” (BRASIL, 1988, art. 196). Trata-se de uma política com destinação específica, ou seja, “para quem dela necessitar” (BRASIL, 1988, art. 203), não sendo destinada a todos os cidadãos em todos os momentos de sua vida.

A PNAS (BRASIL, 2004) define as pessoas que têm direito a acessar a AS da seguinte forma:

Constitui o público usuário da política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e

riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004, p. 27).

Ou seja, “[...] precisa ser evidenciado algo sobre a situação de necessitado do sujeito para que ele seja atendido. Este sujeito deve apresentar alguma carência ou fragilidade verificável [...]” (TREIN; DIAS; TITTONI, 2016).

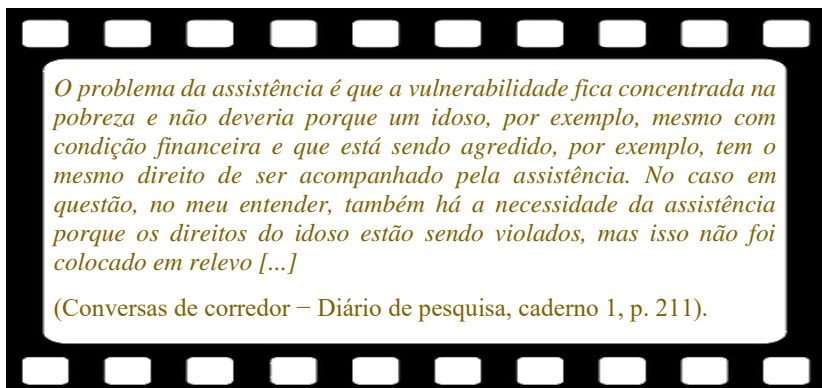
Ora, em um país como o Brasil, marcado pela desigualdade e com pessoas em situação de pobreza extrema, é impossível que as categorias de usuárias da AS não acabem por ficar sempre transversalizadas por essa questão.

Se de 2005 a 2012 houve uma queda significativa na taxa de extrema pobreza no país, de 7,5% da população para 3,63% da população; em 2013 houve um aumento para 4,03%, mostrando que a erradicação da pobreza ainda é uma preocupação atual e latente e continuará sendo um desafio para a AS (IPEA, 2015b).

Não sem motivos, no relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2015b), o tema da desigualdade e da erradicação da miséria encontra-se justamente no capítulo da AS. O próprio documento reconhece que o Programa Bolsa Família (PBF) concentrou seu foco nos mais miseráveis nos últimos anos. Esse programa, o principal da AS brasileira, é um programa de erradicação à pobreza e nele se materializa a expectativa de sua redução⁴⁰. Embora a LOAS (BRASIL, 1993) apregoe a defesa de direitos e a promoção da proteção social como objetivos da AS e o boletim do IPEA alerte “para a necessidade de condução da agenda da pobreza sem o estreitamento do escopo vigente da proteção social” (IPEA, 2015b, p. 54), é a pobreza que se impõe no dia a dia de trabalho.

⁴⁰ Mais informações sobre esse programa podem ser encontradas em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>>.

É sobre os ombros das trabalhadoras da AS que pesam as expectativas da redução da pobreza no país e é com ela que elas têm que lidar a todo instante.



Pois se a pobreza pesa, também a história de assistencialismo e benevolência, ligada a ela, pesa.

Dar aos pobres não é uma característica exclusiva de nosso país, estando presente em várias partes do mundo, porém, não perpassando a história sempre da mesma forma.

Chanial (2008) mostra como o paradigma do donativo marca a história da proteção social, de diferentes modos, dependendo do momento histórico em que ela se encontra, e nos faz pensar o que é a pobreza. O autor faz perceber que o “pobre” é definido pela própria AS na relação entre trabalhadoras-usuárias- gestoras-políticas públicas.

A categoria pobreza não é um estado quantitativo nela mesma, mas está na relação com a sociedade, com as formas de reação que ela suscita. Trata-se de uma categoria não só relativa, mas construída socialmente (PAUGAM; SCHULTHEIS, 2011).

Chanial (2008) nos faz ver que “pobre” é uma categoria datada, pois foi ignorada pelo paganismo, mas foi foco de atenção de juizes e cristãos. Em cada momento histórico, mudanças sociopolítico-econômicas desestabilizam a forma usual de ver e de se relacionar com a pobreza, fornecendo condições de possibilidade para que outra maneira de ver se forje em seu lugar. Mas compreendendo, a partir de Foucault (2012), que a história não é linear, tampouco fruto de uma evolução, é que podemos ver traços, marcas, de cada maneira de ver a pobreza tanto na história das diferentes formas de proteção social como também no presente.

Se do século VII ao VIII “dar aos pobres” tinha como finalidade diferenciar os poderosos que dão (a aristocracia guerreira) daqueles que recebem, em uma relação em que o dar descompromissado e o oferecimento de proteção tinha como retorno a fidelidade e o serviço; no século XII essa forma de donativo é desestabilizada pela entrada da igreja como importante figura de poder, possibilitando a constituição do dar caritativo.

No dar caritativo a função é de concórdia e a economia é da salvação, sendo que ela se constitui através de um laço espiritual em que a igreja se faz instância mediadora e rege o circuito do dar, sendo que, ao dar a Deus, se receberia a graça. Uma das faces desse dar é a economia da salvação, na qual, por um dever de justiça, aquele que doa o faz como gesto de amor incondicional. Essa dinâmica, entretanto, é bastante complexa e porta uma mistura, uma tensão, entre desinteresse e interesse, obrigação (exigência de dar) e liberdade (dar como gesto de amor). O espaço criado é um espaço de trocas onde cada um tem algo a dar, mas também a receber.

A entrada da figura do agiota, em um contexto de afirmação do espírito capitalista, através das novas virtudes burguesas e das novas práticas de acumulação é que desestabiliza o dar caritativo. Isso ocorre pois o agiota não só ganha muito mais do que tem a dar como se recusa a fazê-lo. Essa dinâmica propicia a criação do purgatório e da caridade, regulada pela igreja em meados do século XV e XVII, como forma de regular a avareza e reequilibrar a dinâmica das trocas. O dar caritativo perde, então, sua significação mística, vem a tornar-se interessado, desregulando a dinâmica do dar. Entretanto, ele se inscreve no imaginários burguês de forma que duas atitudes irão coexistir até metade do século XVIII: a atitude de inspiração cristã que reconhece o pobre como a imagem do Cristo sofredor, mas que o coloca como um preguiçoso, responsável por seu sofrimento ou como um enfermo que pode ter seu trabalho reduzido.

O dar fraternal, constituído a partir da revolução francesa, procura reconstituir a incondicionalidade através da humanidade e não mais da caridade, em que o amor não seria mais um efeito da graça divina, mas uma inclinação da natureza humana. Na modernidade se institui, então, uma tensão entre a virtude e a felicidade. Para alguns é o prazer que se torna recompensa por ajudar, enquanto para outros fazer o bem é realizar seu próprio bem. Uma tensão entre condicionalidade e incondicionalidade se instala, retornando a questão e a tensão da gratuidade do donativo, que procurará seu equilíbrio em dar ao outro para sentir prazer e felicidade porque o outro também poderá fazê-lo em troca. Essa dinâmica será

traduzida politicamente através da noção de fraternidade e de laços de cidadania entre indivíduos livres e iguais. Sendo o pobre um cidadão, o papel da sociedade passa a ser o de integrá-lo na comunidade e de inscrever seus direitos na lei. E “a fraternidade, não sendo caridade, exige, então, uma reciprocidade de direitos e de deveres” (CHANIAL, 2008, p. 292). O direito à assistência, momento de incondicionalidade e face do dar fraternal, demanda, entretanto, uma obrigação de retorno, para o bem de todos, por meio do trabalho. O assistido deve vir a ser um indivíduo útil e virtuoso, o que impõe a divisão entre o indigente válido e o inválido.

Pois a AS brasileira também tem uma larga história em que foi atribuída às instituições religiosas e às primeiras-damas e era tida como caridade aos mais necessitados (COUTO, 2006, 2013; CRUZ; GUARESCHI, 2012, 2013; MENDES; PRATES; AGUINSKY, 2009; SPOSATI, 2007).

Marcas históricas como a presença do regime de trabalho escravo, a exploração da mão de obra imigrante e do extrativismo e um regime econômico com uma ótica liberal, em que os interesses privados prevalecem sobre os públicos, sustentaram (e ainda, por vezes, sustentam) a AS como concessão (COUTO, 2006).

É assim que, desde a proposição do advogado Ataulpho Nápole de Paiva, na virada do século XIX para o XX, de que o Estado viesse a prover a proteção social para os cidadãos que se encontrassem na impossibilidade de fazê-lo (na época só se conseguiu que o Estado garantisse a previdência social para homens trabalhadores) até a promulgação da Constituição Federal de 1988, uma longa trajetória de deslocamentos da AS enquanto benesse para a AS enquanto direito foi travada (COUTO, 2006; SPOSATI, 2007)⁴¹.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 foi um marco nessa história, pois definiu a AS enquanto um direito, trazendo mudanças relevantes para o campo dessas políticas públicas. A AS passou a ser assegurada como proteção para os cidadãos brasileiros que necessitassem dela. Em 1993 foi aprovada a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (BRASIL, 1993) e, mais tarde, a Norma Operacional Básica do SUAS – NOB-SUAS (BRASIL, 2006), ocorrendo uma reorganização da assistência social para uma forma descentralizada, com uma nova racionalidade, com vistas a garantir a participação democrática das três esferas governamentais. Em 2004, foram criados o Ministério do

⁴¹ Um detalhamento dessa história pode ser encontrado nas obras citadas. Aqui, me deterei mais sobre a existência dessa história, do foco sobre a pobreza e suas consequências sobre as trabalhadoras da AS.

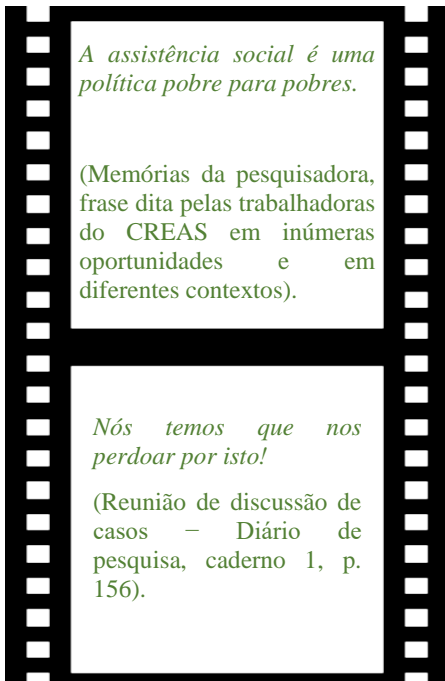
Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS bem como a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (BRASIL, 2004) enquanto diretrizes para a AS no Brasil, abrindo portas para o surgimento do SUAS em 2005. A PNAS é, portanto, anterior ao surgimento do SUAS, que organiza e operacionaliza a PNAS.

A AS no Brasil foi, então, paulatinamente se constituindo, para além de uma relação paternalista e assistencialista, como um direito do cidadão e um dever do Estado.

Entretanto, as marcas da história de benemerência e assistencialismo se mantêm, até hoje, na sociedade e também nas trabalhadoras da AS, sendo inclusive um obstáculo para um trabalho interdisciplinar e intersetorial, como pretende a política (MOTTA; SCARPARO, 2013), tensionando a AS enquanto um direito.

A presença da marca religiosa caritativa, bem como o peso de trabalhar para retirar tantas e tantas pessoas do lugar de pobreza é tão forte que, durante as reuniões e em outras circunstâncias de trabalho, expressões e palavras como *se perdoar, ser salvadora e culpa* emergiram nas falas das trabalhadoras, inúmeras vezes.

Uma das importantes discussões que se travou no CREAS, no sentido do questionamento da herança assistencialista, foi a questão dos desligamentos das usuárias que não desejavam os serviços da AS. A equipe percebeu que a lista de famílias atendidas estava imensa e que seria impossível dar conta de trabalhar com todas elas. Essa constatação trouxe à discussão também o fato de que muitas das usuárias já não compareciam há muito tempo nos atendimentos mesmo que a equipe tivesse feito inúmeros contatos e visitas domiciliares na tentativa de mantê-las vinculadas ao serviço. Isso disparou várias questões: De quem é o desejo do acompanhamento? Até quando mantê-lo? Por que insistir tantas e



A assistência social é uma política pobre para pobres.

(Memórias da pesquisadora, frase dita pelas trabalhadoras do CREAS em inúmeras oportunidades e em diferentes contextos).

Nós temos que nos perdoar por isto!

(Reunião de discussão de casos – Diário de pesquisa, caderno 1, p. 156).

tantas vezes que a usuária retome o acompanhamento, mesmo ela já tendo dito que não o deseja?

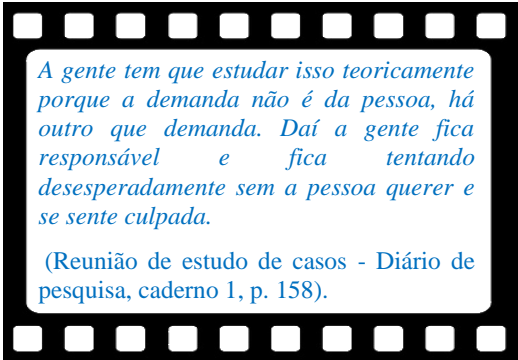
A equipe se defrontou, então, com o que nomeou como tutelamento. Velha palavra, mas presente nos dias em que a AS deveria ser um direito.

No dicionário, tutelar significa manter alguém mais frágil sob sua proteção, agir em defesa de, “dependência, subordinação, ou submissão a alguém ou algo mais poderoso” ou ainda “responsabilidade legal por alguém incapaz” (HOUAISS; VILLAR, 2008, p. 749). Porém, utilizada no contexto da AS brasileira a palavra diz mais, falando de um enorme embate entre a AS como bem-estar e a AS como direito. Sendo assim, há uma correlação de forças em que os elementos de subordinação e poder contam fortemente nessa relação e trazem ao palco a discussão sobre até onde a trabalhadora da AS deve intervir e em que momento respeitar o desejo da usuária. Quem sabe mais sobre a vida da usuária? A trabalhadora ou a própria usuária? Qual o limite do trabalho da equipe em circunstâncias que denotam risco para a própria usuária?

Uma longa e reiterada discussão sobre o tema levava a equipe a outras questões de funcionamento da própria política e seus reflexos sobre as trabalhadoras, bem como a uma revisão minuciosa da listagem de famílias atendidas e ao desligamento de inúmeras delas.

Em uma das reuniões emergiram dúvidas em relação a casos em que a pessoa não comparece, às vezes, por mais de seis meses, reaparecendo em função de outra circunstância que não a inicial.

A equipe questionou se o desligamento, nesses casos, aliviaria a sensação de não estar dando conta do serviço ao mesmo tempo em que ajudaria a ter mais elementos para respaldar a negligência de uma mãe em relação a seus filhos, por exemplo, ao visibilizarem as inúmeras tentativas de contato com vistas à adesão da usuária ao oferecido, todas infrutíferas.

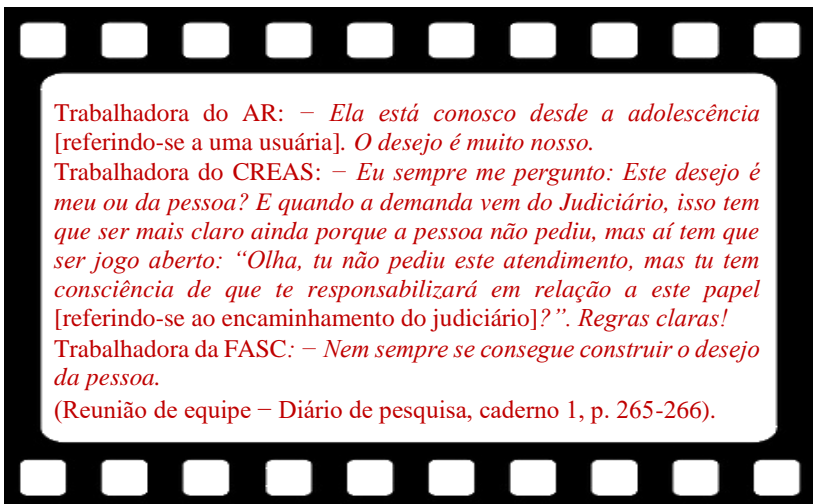


A gente tem que estudar isso teoricamente porque a demanda não é da pessoa, há outro que demanda. Daí a gente fica responsável e fica tentando desesperadamente sem a pessoa querer e se sente culpada.

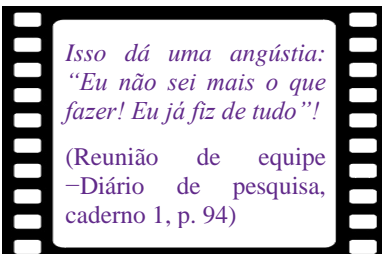
(Reunião de estudo de casos - Diário de pesquisa, caderno 1, p. 158).

Ocorre que nessa relação entre trabalhadoras e usuárias há um terceiro, que é o sistema de justiça – SJ. E a situação se complexifica, pois mesmo que a usuária não queira o atendimento e que a equipe já tenha

feito inúmeros movimentos de resgate do caso, não pode haver o desligamento, pois as trabalhadoras devem respostas ao SJ (audiências; reuniões sobre os filhos abrigados de uma mãe que já passou pelo CREAS, mas que não comparece mais etc.).



A expressão **sem culpa** aparece reiteradas vezes em diversos momentos, em várias reuniões, dita por diferentes trabalhadoras como que em uma espécie de convencimento mútuo de que podem se libertar desse sentimento tão arraigado. No trecho citado fica evidente a ligação entre o sentimento de culpa e a tendência a manter a usuária em acompanhamento, mesmo contra sua vontade. A insistência invisibiliza o desejo das usuárias assim como o próprio trabalho da equipe, pois dados como evasão ou mesmo o esforço para fazer com que as usuárias permaneçam (contatos telefônicos com as próprias usuárias, com outros profissionais da rede, com outras entidades; discussões de casos de pessoas que não comparecem; visitas domiciliares em que não são recebidas etc) não ficam visíveis ou contabilizadas nos relatórios da AS. Um tempo de trabalho que não aparece como trabalho.



Da mesma forma fica evidente o esforço da equipe para criar mecanismos que deem conta da

diferença entre os desejos das trabalhadoras e das usuárias, assim como fica evidente a preocupação com a demanda e com a pressão recebida do SJ.

A realidade da AS da cidade de Lausanne mais uma vez se contrasta com a realidade da AS de Porto Alegre e faz pensar. Em junho de 2016, tive a oportunidade de retornar à cidade suíça e entrar em contato com algumas trabalhadoras, de outros setores, ainda desconhecidos para mim. Nessa oportunidade, uma das coisas que me chamou atenção, pelo seu contraste, foi a tranquilidade de um trabalhador do *Service Social de Lausanne* – SSL (Serviço Social de Lausanne) ao me contar que não existem visitas domiciliares, que a própria usuária faz a busca pelo serviço, pois as visitas são consideradas uma invasão à privacidade das usuárias. Sem visitas domiciliares e sem a busca ativa, que é prevista na política de AS brasileira como esse movimento de procura, por parte das trabalhadoras, pelas pessoas que necessitam de assistência, a tranquilidade do trabalhador em deixar as usuárias onde elas estão, de não fazer nenhum movimento ao seu encontro, me causou desconforto e me mostrou formas diferentes de contato entre o Estado e a população que talvez denotem visões diferentes sobre as usuárias da AS. Estariam as trabalhadoras da AS de Lausanne menos pressionadas pelo peso do assistencialismo e da culpa? As condições sociais são consideradas menos problemáticas que no Brasil, justificando uma perspectiva diferente de intervenção? Há diferenças na forma de encarar o direito à AS por parte das trabalhadoras?

Deslizando entre o dar fraternal e o dar caritativo (CHANIAL, 2008), o fato é que a culpa, traço bem marcado das práticas caritativas, é uma força evidente nos jogos instalados dentro do CREAS e que pressiona as trabalhadoras no sentido de um tutelamento e da invisibilização da própria vontade e autonomia das usuárias bem como do próprio trabalho da equipe.

Da mesma forma, a culpa leva as trabalhadoras a assumirem para si, de forma individual, um peso que deveria estar sobre toda a política e não sobre umas ou outras. As falas deixam claro que as reflexões das trabalhadoras sobre estarem ou não sendo efetivas em seus trabalhos recaem sobre elas mesmas: – *Eu não sei mais o que fazer! Eu já fiz de tudo!* (Reunião de equipe – Diário de pesquisa, caderno 1, p. 94). Essa fala ilustra que em uma sociedade capitalista que incrementa a noção de indivíduo e constitui subjetividades privatizadas (SILVA, 2005), o peso recai sobre o *eu*. Pois a individualização é uma tecnologia do poder moderno que facilita o controle das populações (SILVA, 2005). Imersas, então, em uma sociedade que pressiona constantemente na direção de um

processo de **individualização**, a culpa, a angústia e a sensação de impotência só podem ser os resultados.

Nesse jogo de tensões, o SJ entra como outra força que puxa as trabalhadoras no sentido do fluxo do tutelamento e da não autonomia. Não autonomia da pessoa acompanhada, não autonomia da própria trabalhadora que deve *responder* ao SJ em vez de, em um movimento conjunto SJ-AS-usuárias, compor uma solução.

O diálogo transcrito na página seguinte evidencia a malha pobreza-assistencialismo-tutelamento-culpa, reforçada por mecanismos familiares ao SJ, pois em uma sociedade cindida por práticas divisórias (FOUCAULT, 2009b), os sujeitos devem se submeter a mecanismos que facilitem sua classificação e separação. Desta forma, enquanto população, ou seja, enquanto um conjunto de pessoas sobre as quais se pode notar certas regularidades e sobre as quais se exerce uma determinada forma de poder, o biopoder, também as trabalhadoras da AS devem ser corrigidas, consertadas e vigiadas pelo controle administrativo e jurídico (FOUCAULT, 2007, 2008, 2011)⁴². As trabalhadoras são tomadas como *braços do judiciário* (Diário de pesquisa, caderno 2, oficina de fotografia, momento 1, p. 360), pois se veem nesse entremeio entre justiça e usuárias, tendo que prestar contas, em audiências e documentos, dos atos de pessoas que não querem o acompanhamento da AS e nem comparecem mais ao CREAS.

Por outro lado, se a pressão exercida pela herança de pobreza-assistencialismo-tutelamento-culpa sobre a AS brasileira é forte, os novos rumos e discussões da política, desde sua instituição como um direito, também exercem sua pressão contra as regularidades deste eixo de forças e faz com que as trabalhadoras façam movimentos de ruptura contra, em movimentos de contraconduta (FOUCAULT, 2011; GRABOIS, 2011). Quer dizer, as trabalhadoras fazem um contrafluxo a determinadas forças que fazem com que elas se vejam de uma determinada maneira, cristalizando suas identidades. Esse movimento fica evidente, por exemplo, na reflexão: – *Eu sempre me pergunto: Este desejo é meu ou da pessoa?* Da mesma forma ele aparece no trabalho de revisão das famílias e pessoas acompanhadas e, principalmente, na reflexão exaustiva dos porquês do acompanhamento ou não e de seu significado tanto para as usuárias quanto para a equipe.

⁴² Retorno ao tema do biopoder tema no capítulo *Estado social, assistência social e trabalhadoras: entre individualização, biopolítica e judicialização*, na página 89.

*Trabalhadora da FASC: – **Sem culpa** né? Na assistência social a gente tem uma culpa...*

Trabalhadora do CREAS 1: – A gente fica lá insistindo e a pessoa não quer...

Trabalhadora AR: – É bacana porque dá visibilidade às pessoas que estão em acompanhamento.

Trabalhadora do CREAS 2: – E também à evasão, que é extremamente importante que apareça. Por que não aparece, né? E este é um dado importante.

Trabalhadora do CREAS 1: – Acho importante que tenha um termo que a pessoa assine e se comprometa com seu não querer porque se é feita uma visita domiciliar, se vê mais quinhentas coisas e se acaba retomando o caso. O combinado foi: Se faz a visita domiciliar, se conversa e marca o atendimento. Se a pessoa não vem, assina o termo.

Trabalhadora do CREAS 3: – Acho que precisamos de uma abrangência mais institucional, não só uma região ou outra fazendo isto.

Trabalhadora 2: – São duas vias: uma do comprometimento do usuário, mas também da documentação por parte da equipe.

*Trabalhadora da FASC: – **Sem culpa**, né?*

*Trabalhadora do CREAS 1: – **Sem culpa.***

*Trabalhadora do AR: – **Sem culpa.***

Trabalhadora do CREAS 4: – Da mesma forma que a pessoa não queria vir, irá sair!

Trabalhadora do CREAS 2: – Tudo isso em função do MP que daqui a pouco está aqui dizendo que as pessoas não foram atendidas! Assim temos o que dizer: Olha só.... Atendemos e a pessoa não veio!

(Reunião de equipe, discussão sobre o desligamento de usuárias – Diário de pesquisa, caderno 1, p. 172-173).

Paul Ricoeur (1998) nos diz que o sentimento de culpa, diante da miséria e de uma sociedade de mercado, que gera pessoas “inferiores”, gera indignação e impotência, mas que esse sentimento pode ser usado não para fazer uma lista de faltas, mas para perguntar-se: Do que sou culpado? Ao olhar de quem? O que posso fazer? Nesse movimento, a culpa se transforma em responsabilidade. E essa seria a solução para não tratar como individual uma luta que é coletiva.

Pois esses questionamentos feitos pelas trabalhadoras em muitos momentos, e em tantos outros incentivados por intervenções durante a pesquisa, mostram que toda essa problemática tanto da busca das necessitadas quanto do acesso à AS e da insistência em acompanhá-las está inserida em um contexto mais amplo que é a própria construção da política de AS, seu contexto, o porquê de seu nascimento e qual sua função dentro de nossa sociedade. Olhar para essa construção pode auxiliar no deslocando da culpa individual ao remeter a uma responsabilização coletiva.

O Menino Que Carregava Água na Peneira

Tenho um livro sobre águas e meninos.
 Gostei mais de um menino que carregava água na peneira.
 A mãe disse que carregar água na peneira era o mesmo que
 roubar um vento
 e sair correndo com ele para mostrar aos irmãos.
 A mãe disse que era o mesmo que catar espinhos na água
 O mesmo que criar peixes no bolso.
 O menino era ligado em despropósitos.
 Quis montar os alicerces de uma casa sobre orvalhos.
 A mãe reparou que o menino gostava mais do vazio do que
 do cheio.
 Falava que os vazios são maiores e até infinitos.
 Com o tempo aquele menino que era cismado e esquisito
 porque gostava de carregar água na peneira
 Com o tempo descobriu que escrever seria o mesmo
 que carregar água na peneira.
 No escrever o menino viu que era capaz de ser
 noviça, monge ou mendigo ao mesmo tempo.
 O menino aprendeu a usar as palavras.
 Viu que podia fazer peraltagens com as palavras.
 E começou a fazer peraltagens.
 Foi capaz de interromper o vôo de um pássaro botando
 ponto final na frase.
 Foi capaz de modificar a tarde botando uma chuva nela.
 O menino fazia prodígios.
 Até fez uma pedra dar flor!
 A mãe reparava o menino com ternura.
 A mãe falou: Meu filho você vai ser poeta.
 Você vai carregar água na peneira a vida toda.
 Você vai encher os vazios com as suas peraltagens
 e algumas pessoas vão te amar por seus despropósitos
 (Manoel de Barros)

5 ESTADO SOCIAL, ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHADORAS: ENTRE INDIVIDUALIZAÇÃO, BIOPOLÍTICA E JUDICIALIZAÇÃO

A noção de proteção social a cargo de um Estado, que venha a dar conta das necessidades de uma população, é uma categoria datada.

A PNAS (BRASIL, 2004) conceitua a proteção social como o conjunto das formas institucionalizadas de proteção de uma sociedade perante uma parte ou o conjunto de seus membros, em função das vicissitudes naturais ou sociais que os atingem. Tal amparo visa tanto à sobrevivência como à integração na vida social, incluindo as formas de distribuição e redistribuição de bens materiais e de bens culturais. O SUAS é o sistema que tem a seu cargo essa tarefa.

Mas um longo processo histórico transcorreu até se chegar às formas de proteção social que se conhece atualmente, tanto do ponto de vista internacional como nacional.

Minha intenção aqui não é a de descrever todo esse panorama histórico, mas de trazer algumas rápidas informações que possam facilitar a compreensão em torno da constituição da noção de proteção social e, conseqüentemente, do trabalho na AS e em um CREAS brasileiro.

O fato é que, do ponto de vista internacional, o que havia, antes do advento do capitalismo, era uma estrutura de trabalho baseada em oficinas em que a passagem de um ofício se dava através de aprendizes, em pequenas comunidades. Essa forma de organização garantia a proteção social dentro de seus próprios limites. O processo de industrialização e a noção de liberdade para vender a própria força de trabalho trouxe, juntamente com a urbanização e o desmantelamento dessas pequenas comunidades, a passagem de uma estrutura de família patriarcal (de linhagem) para a família conjugal. Essas mudanças tiveram como consequência uma grande transformação nas relações de trabalho, assim como uma quebra nas redes de solidariedade primárias e nos suportes oferecidos às pessoas. A pauperização de uma parcela da população, em função do excedente de mão de obra em relação ao número de postos de trabalho, também foi uma das consequências desse processo histórico. Logicamente que tal processo não se deu de uma hora para outra, mas a partir de transformações sociais ao longo de muitos anos, culminado, no final do século XIX e princípios do século XX, em uma estrutura em que o Estado foi se colocando como responsável pela proteção daqueles que necessitavam, constituindo o Estado social (CASTEL, 1995).

Do ponto de vista internacional, tal Estado social se assentou durante os chamados “trinta gloriosos”, período entre os anos 1945 e 1975

que portou uma conjuntura de crescimento econômico em que a indústria manufatureira absorvia a força de trabalho excedente gerando um longo período de pleno emprego, baixa taxa de desemprego, bem como o crescimento real e contínuo dos salários das trabalhadoras. Crescimento econômico que foi interrompido pela primeira crise do petróleo em 1970.

Além do crescimento econômico, esse período portou uma estrutura demográfica favorável, de forte estabilidade das famílias nucleares e baixa taxa de divórcios, o que fez com que as pessoas demandantes da ajuda de outros pudessem contar com cuidados familiares através das mulheres. Em termos gerais, essa circunstância histórica favorável possibilitou o surgimento de sistemas de proteção social com grande cobertura de beneficiárias e prestações generosas (BERTOZZI; BONOLI; GAY-DES-COMBES, 2005).

Afora esse período de pujança, o Estado social passou por inúmeras fases em sua constituição. Primeiramente ocorreu um período de edificação, no final do século XIX e início do século XX, época de emergência de novos paradigmas de políticas sociais, mas também de numerosa e forte oposição, em que muitos de seus projetos foram profundamente criticados e modificados. Depois veio um período de início e de experimentação de seu funcionamento, após a segunda guerra mundial. Nesse período formou-se um consenso sobre as medidas sociais como um elemento essencial da civilização, mesmo havendo muitas divergências sobre seus limites, coberturas e modo de gestão. Dentro desse período é que encontramos os trinta gloriosos. Houve, ainda, um terceiro período, na década de 80, em que o consenso sobre a importância da edificação do Estado social se esfacelou, a partir do questionamento neoliberal.

Embora uma tipologia não deva servir para limitar as análises, tampouco fechar um Estado social dentro de determinadas características (MERRIEN, 2000), é possível identificar três modelos em função de algumas semelhanças entre si: o modelo liberal dos países anglo-saxões, no qual a rede de proteção se concentra sobre os mais desfavorecidos e incita os outros a se dirigirem ao setor privado para cobertura de suas necessidades; o modelo conservador dos países europeus, como Alemanha e França, em que a principal preocupação se dá na proteção do emprego, com regimes generosos de aposentadoria e boa cobertura dos riscos de desemprego e invalidez; e, ainda, o modelo socialdemocrata dos países nórdicos, orientado sobre a universalidade e a oferta de serviços sociais estendidos (BERTOZZI; BONOLI; GAY-DES-COMBES, 2005).

Entretanto, ainda que seja possível reconhecer algumas fases em sua constituição ou ainda uma tipologia, o Estado social foi sendo

construído no constante embate entre donos dos meios de produção, trabalhadoras, experts, instituições e Estado, deixando coloridos diferentes em cada país (MERRIEN, 2000)⁴³.

Guardadas as enormes diferenças entre Brasil e Suíça, como território, tipo de população, governo, economia, cultura e condições sócio-históricas, os dois países, contudo, se assemelham por serem de difícil classificação, pois ambos implantaram seus sistemas de proteção social tardiamente, do ponto de vista internacional, com uma mistura de características dos vários modelos. Enquanto a Suíça teve que aguardar os anos 80 para conquistar um “sistema de proteção social completo” (BERTOZZI; BONOLI; GAY-DES-COMBES, 2005, p. 31), ancorado na proteção à saúde, à velhice, à invalidez, ao emprego e às famílias, o Brasil também teve que esperar os anos 80 e 90 para que o direito à proteção social fosse reconhecido por sua Constituição Federal (BRASIL, 1988), para que a AS tivesse seu reconhecimento legal e começasse sua organização enquanto uma política pública estruturada (BRASIL, 1988, 1993), vindo a reunir-se à saúde e à previdência, formando o tripé da seguridade social.

O fato é que na Suíça, no Brasil, nos países nórdicos, europeus ou de língua anglo-saxã, de maneira geral, a constituição do Estado Social foi bem marcada pelo questionamento liberal e seus conceitos de autonomia e de liberdade, pautados pelas ideias de que cada um é responsável por seu próprio percurso e que as mudanças nas condições de vida dependem dos méritos de cada indivíduo (COUTO, 2006; VIEIRA, 2004).

Essa matriz foi questionada após a revolução russa através da organização da classe operária em busca de uma nova proposta econômico-social, o socialismo. Tal movimento histórico provocou um reposicionamento dos liberais em relação à participação do Estado na vida dos cidadãos, tornando-o mais ativo. Aliada à ideia de igualdade é que nasceu a noção de direitos sociais (direito à educação, à saúde, ao trabalho, à assistência e à previdência), com caráter redistributivo (COUTO, 2006). Entretanto, as ideias liberais marcaram, profundamente, até hoje, a noção de direitos sociais e, conseqüentemente, a de assistência social.

Mesmo havendo diferenças significativas entre cada projeto de Estado social, sua função acaba por ser a de estabelecer um compromisso

⁴³ Para mais informações sobre as fases de constituição do Estado social bem como sobre suas diferenças em cada país, ver o livro *L'État-Providence*, de François Xavier Merrien (2000).

entre mercado e trabalho no sentido de promover a paz social que se vê ameaçada pela tensão entre trabalhadoras e patrões. Trata-se, então, de um compromisso entre os interesses do mercado e as reivindicações de trabalho, um apaziguamento, uma regulação do Estado sobre as relações entre trabalhadoras e mercado, que, antes de procurar modificar essas relações sociais, acaba tendo por efeito sua manutenção (CASTEL, 1995; COUTO, 2006; VIEIRA, 2004). Quer dizer, a intervenção do Estado acaba por manter as relações capitalistas em que se faz necessário um excedente de mão de obra e tem por consequência um contingente de desfiliaados disponíveis para o trabalho (CASTEL, 1995).

Em função disso, em geral, os Estados não tensionam as causas fundantes das desigualdades, quais sejam a expropriação e a exploração nas quais a política liberal se baseia, focando suas ações na pobreza e excluindo o debate e a intervenção nas desigualdades sociais. Nessa dinâmica, os direitos sociais têm um caráter redistributivo, mas dentro de limites bem estreitos (SILVA, 2013), o que se percebe claramente em nosso país.

Esse compromisso entre mercado e trabalho é regulado também por um aparato jurídico, que, ancorado em contratos sociais, leis e constituições, procura garantir o acesso aos direitos. Ocorre que esse aparato jurídico traz também uma herança do pensamento liberal e da defesa de direitos individuais, portando a ideia de que cabe ao jurista apenas cumprir a lei, pois esta iria, ao longo do tempo, ganhando força e legitimidade.

Mas os direitos sociais trazem conceitos intraduzíveis nas regras do direito liberal, como o direito à propriedade social e a limitação da liberdade individual em prol dos direitos coletivos. A efetividade dos direitos sociais dependeria, então, mais da arena política do que de sua identificação formal, sendo que, aprisionados pelo sistema jurídico formal, os direitos estariam submetidos às regras econômicas, reforçando o controle do Estado e resguardando a hegemonia do capital. Só seria possível, então, pensar em direitos sociais a partir de um campo jurídico como campo contraditório de disputas de uma sociedade (COUTO, 2006).

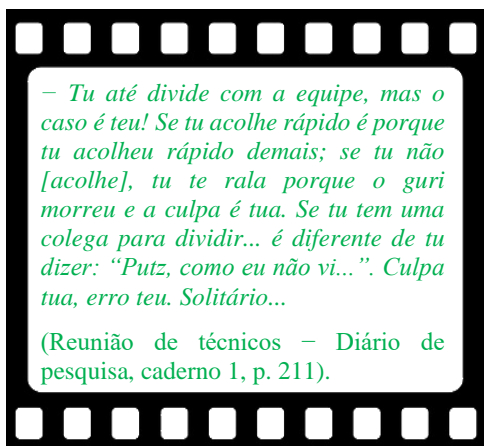
Assim é que esse aparato jurídico encontra-se tingido por diversas cores: ora transpassado por uma visão liberal meritocrática, em que cada um deve buscar a melhoria de sua vida a partir de suas próprias qualidades e empenho, ora transpassado pela visão de que é papel do Estado garantir igualdade de condições aos cidadãos.

Pois o eixo norteador do trabalho na AS é a defesa de direitos. A PNAS (BRASIL, 2004) traz com clareza a diretriz de que as trabalhadoras

da AS devem operar na ótica dos direitos, no sentido da “autonomia e protagonismo” das usuárias, bem como da “reconstrução de seus projetos de vida” (BRASIL, 2004, p. 54). De acordo com esse documento, “A concepção da assistência social como direito impõe aos trabalhadores da política que estes superem a atuação na vertente de viabilizadores de programas para a de viabilizadores de direitos. Isso muda substancialmente seu processo de trabalho” (BRASIL, 2004, p. 54).

Nesse entremeio, entre o lugar de garantidoras dos direitos das usuárias e a visão meritocrática que permeia toda sociedade, imersas em um contexto de miserabilidade e extremo aviltamento de direitos das usuárias, rodeadas pelo Estado e pelo SJ, é que as trabalhadoras da assistência se veem dadas a despropósitos. Como no poema de Manoel de Barros (2013), elas procuram preencher o vazio com suas peraltagens, buscando dar conta da pobreza e das inúmeras vulnerabilidades das usuárias, por vezes com o lirismo dos avanços de fazer de uma pedra uma flor e conseguir transformar a vida de uma delas; mas por vezes sentindo na pele a impotência de um trabalho que, como água, escorre através da peneira, pois a enorme demanda de pessoas, que têm vários de seus direitos aviltados, está sempre a crescer na esteira da crise econômica que agrava suas condições de vida.

Nos jogos entre Estado social, proteção social, defesa de direitos, SJ e suas próprias práticas é que as trabalhadoras se veem e se sentem, muitas vezes, solitárias. Nesses jogos o processo de individualização, característico das sociedades capitalistas, tem grande força.



Ver-se através de uma subjetividade individualizante, de um “ser em si”, que tensiona na direção do privado e do afastamento do coletivo, do público e do comum (COIMBRA, 2009), é a direção à qual as trabalhadoras são impulsionadas e que se visibiliza na fala registrada em meu diário de pesquisa.

Imersas, então, nessa força privatizante, herança da visão liberal, sobre elas recai o peso de ver-se através de uma cultura também individualizante que culpabiliza cada trabalhadora por não

atingir sua meta de trabalho, qual seja, na assistência, garantir os direitos das usuárias. Mesmo que esta seja uma tarefa impossível de se fazer só, é sobre elas que recai o peso de utilizarem seus instrumentos, técnicas de trabalho e seu saber fazer, nem sempre da forma que gostariam, tendo o destino que gostariam ou com os resultados que gostariam.

Romanini e Detoni (2014) sustentam que o projeto neoliberal, por meio da ideia de Estado mínimo, gera a privatização de alguns serviços básicos à população, bem como precariza as políticas públicas, o que, por sua vez, produz uma sensação de fracasso individual nas trabalhadoras e consequente culpabilização. Esse processo joga para o nível individual o peso daquilo que é produzido em um contexto sociopolítico mais amplo. Esse movimento produz, então, o fracasso como tecnologia de subjetivação das trabalhadoras.

No caso das trabalhadoras do CREAS, elas percebem o impacto de seu trabalho sobre a vida de pessoas e isso as angustia, pois cabe a elas operar com a normatização das PPAS para detectar quais os sujeitos que podem ser reconhecidos como usuárias, quem são as necessitadas que merecem a proteção social, ou seja, quem são esses sujeitos que irão conformar a população das PPAS e que terão garantidos seus direitos.

Embora não seja uma exclusividade estar nesse lugar, já que gestoras e as próprias usuárias também estão, são as trabalhadoras que operam as normas e a legalidade do sistema no contato direto com as usuárias, diferenciando quem deve ser usuária e quem não deve e como. Da mesma forma existe uma legislação, como a PNAS (BRASIL, 2004) ou a NOB-RH/SUAS (BRASIL, 2006), que diz o que as trabalhadoras devem ser e em que lugar devem estar. Ou seja, a regulamentação recai também sobre as trabalhadoras e não somente sobre usuárias.

Se nas PPAS existem sujeitos que são reconhecidos e devem se reconhecer como usuárias, colocando-se como necessitadas⁴⁴ ou em um lugar de vulnerabilidade e/ou risco, assim como existem sujeitos que exercem o lugar de operacionalizadores da normatização das PPAS sobre um conjunto de pessoas, então, podemos pensar as PPAS como uma biopolítica sobre uma população.

Para Foucault (2007, 2008, 2011), a biopolítica é uma forma de reger a conduta das pessoas, uma forma de controle dos corpos, uma forma de governo que conta com um conjunto de mecanismos que coloca as características de um conjunto de pessoas em uma estratégia política,

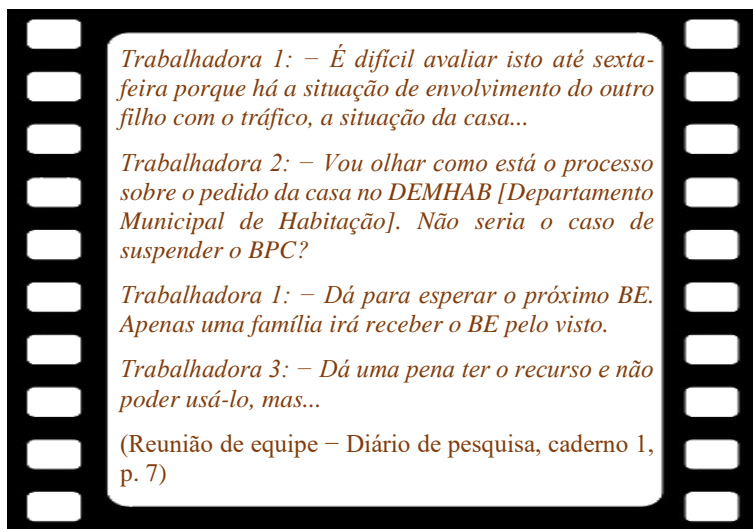
⁴⁴ A Constituição de 1988 prevê, no art. 203, que a AS se dirige “para quem dela necessitar” (BRASIL, 1988, art. 203), diferentemente da saúde, que se dirige a todos.

em uma estratégia geral de poder, que é o biopoder. A população é, por sua vez, um conjunto de elementos sobre os quais se pode notar certas regularidades e sobre o qual se exerce o biopoder. A população se coloca, perante a biopolítica, tanto na condição de objeto, pois é aquilo sobre o qual são dirigidos os mecanismos para se obter sobre ela certo efeito, como na condição de sujeito, pois responde às formas como é incitada a se comportar.

Essa “administração dos corpos”, essa “gestão calculista da vida” (FOUCAULT, 2007, p. 152) necessita de um saber de governo, de uma forma de racionalização, de uma forma de exercer o poder sobre a população, quer dizer, uma governamentalidade (FOUCAULT, 2008, 2011).

Nas PPAS, o sujeito trabalhador está nesse lugar de legitimar e de objetivar a situação em que o sujeito usuário se encontra, possibilitando que ele seja objeto de conhecimento e intervenção (TREIN; DIAS; TITTONI, 2016; TREIN; TITTONI; PRUDENTE, 2013). As trabalhadoras estão imersas, então, na racionalidade de governo da população, na governamentalidade, e contribuem para sua produção através de seus conhecimentos e de suas práticas, pois, como nos diz Coimbra (2009, p. 165), “A grande fonte de riqueza do capitalismo hoje é a inteligência dos homens”.

As trabalhadoras sentem o peso de terem que decidir, entre as usuárias, quem vai ter direito ao Benefício de Prestação Continuada – BPC ou ao Benefício Eventual – BE, quem entra para o grupo de mulheres ou, ainda, de cobrar as condicionalidades em meio a uma realidade de políticas públicas falhas e precárias que nem sempre garantem os direitos de quem necessita. Essa realidade faz com que as trabalhadoras estejam sempre imersas em escolhas que deixam alguém de fora, sem os seus direitos básicos cobertos. Sendo assim, elas se percebem executoras de uma biopolítica que conta e controla sem dar em troca o que é de direito das usuárias. E são elas que a operacionalizam.



No CREAS pesquisado ficou evidente que quanto mais premidas pela demanda exacerbada, pelas demandas do SJ, pela regulamentação das leis e das normas (prazos, classificações, prescrições etc), mais as trabalhadoras ficam rígidas quanto ao cumprimento de tais regulamentações e mais se afastam da garantia de direitos, pois as usuárias se transformam em metas a cumprir e suas histórias em satisfações a dar e em reflexos de leis, e não em vidas com as quais se relacionar. Quanto mais esses fluxos incidem sobre as trabalhadoras, mais elas têm vontade de *se livrar* dos casos, ou seja, de arranjar soluções rápidas e não tão condizentes com as necessidades.

Imersas nesses jogos, por mais que queiram, nem sempre as trabalhadoras conseguem montar uma casa sobre orvalhos, pois dependem da possibilidade de um fazer conjunto interno às PPAS, ou seja, de um fazer conjunto entre os níveis de complexidade⁴⁵ da AS, assim como entre as várias entidades que trabalham ligadas à AS, bem como de outras políticas públicas.

Do ponto de vista da relação da equipe com o exterior, com as outras políticas, se faz fundamental a intersectorialidade, prevista na PNAS (BRASIL, 2004), para que seja possível reduzir a fragmentação das práticas de proteção social e consequentemente atingi-la como objetivo.

⁴⁵ A explicação sobre os níveis de complexidade consta no capítulo *Caminhando com o CREAS*, no subtítulo *O CREAS*, na página 31.

Como porta de entrada para as pessoas que se encontram em qualquer situação de vulnerabilidade, a AS acolhe pessoas e famílias que necessitam de proteção social e que, portanto, necessitam de alguma outra política pública, seja de saúde, educação, habitação, cultura ou esporte. Dessa forma, o trabalho da AS, a defesa de direitos e a proteção social, não é um trabalho que pode ser feito sozinho e necessita de pontes com as outras políticas públicas.

Nas práticas das trabalhadoras do CREAS, a tendência à fragmentação e ao descompasso entre as várias políticas emerge a todo instante.

No caso da relação com a educação, por exemplo, certa recusa em acolher os⁴⁶ adolescentes em programa de medidas socioeducativas, no espaço escolar, tensiona a relação AS-Educação e os próprios objetivos de defesa de direitos da AS. As trabalhadoras relatam inúmeras situações de resistência, por parte das escolas, em acolher esses adolescentes, que emergem de forma um tanto velada ou até mesmo sub-reptícia, por meio de tentativas de achar uma justificativa que ampare a transferência do adolescente para outra unidade escolar.

Na relação com a política de habitação, a falta de uma maior estrutura e de programas que deem conta da grande quantidade de pessoas em situação precária de habitação, morando em barracos, até mesmo de chão batido, muitas vezes em situação de risco iminente, chega para a AS como mais uma vulnerabilidade a ser resolvida. Inúmeras vezes o Benefício Eventual, criado como uma provisão temporária e dirigida para vulnerabilidades temporárias e calamidades públicas (BRASIL, 2007), é utilizado pela política de AS como forma de garantir a melhoria das condições de habitação das usuárias, assim como de seus filhos e filhas. Tal fato ocorre porque a AS se vê premiada em preencher as lacunas deixadas pela política de habitação. Inúmeros são os casos discutidos em reuniões de equipe, em que uma das necessidades prementes das usuárias é a moradia digna. Moradias com chão batido, sem saneamento básico, sem banheiros, casebres prestes a tombarem são realidade corriqueira.

No que tange à saúde, as dificuldades são da ordem de não ter para onde encaminhar pessoas que têm desde necessidades médicas gerais até premências psiquiátricas e psicológicas. A fila para atendimento ou a falta de locais suficientes para tal é sempre algo que impacta na relação entre AS e saúde. Discussões sobre como lidar com a demora para conseguir

⁴⁶ Ao me referir aos adolescentes em programa de MSE, mantenho propositalmente a flexão de gênero no masculino, evidenciando que a grande maioria desses adolescentes são meninos.

consultas e exames clínicos para as usuárias bem como consultas especializadas, estas mais difíceis ainda, ou até mesmo com a falta desses recursos se fazem presentes cotidianamente.

Evidentemente não se trata aqui de fazer uma culpabilização das trabalhadoras de outras políticas, já que o problema é mais complexo. Observa-se que, se a equipe de trabalhadoras da AS se sente sobrecarregada, também as trabalhadoras da saúde, da educação e da habitação sentem o mesmo, pois o desequilíbrio se dá pela organização político-econômica do país, pela precária estruturação dos serviços públicos, e não por uma falta de força de vontade das trabalhadoras em cumprirem suas tarefas no sentido da garantia de direitos da população atendida. Se as trabalhadoras da educação procuram evitar a presença de adolescentes em cumprimento de MSE é porque, muitas vezes, não tem as condições necessárias de lidar com eles dentro do precário ambiente escolar. As trabalhadoras da saúde, por sua vez, também contam com poucos recursos humanos e materiais para darem conta da demanda. Assim, as lacunas de uma política recaem sobre todas as outras.

Em uma situação trazida em reunião de equipe para discussão, uma das educadoras do CREAS relatou que recebeu um encaminhamento por parte de uma residente de uma unidade básica de saúde, de um homem de 28 anos, recém-saído do presídio e que não saia de casa. De sua residência emanava um cheiro forte e ruim, de animal morto. Vários vizinhos procuraram intervir, assim como trabalhadoras da saúde, que, na última tentativa, foram alvejadas por um balde cheio de urina por ele jogado. Os vizinhos colocavam comida por baixo da porta e ele se mantinha dessa forma. A brigada militar⁴⁷ também havia experimentado uma intervenção sem resultados positivos. Os familiares eram alvejados por pedaços de madeira e outros objetos quando tentavam contato. Depois de todas essas intervenções, o caso foi encaminhado para a AS pela educadora social, que disse à equipe que fez o encaminhamento que levaria seu caso para discussão em uma reunião, pois não conseguia ver como poderiam lá entrar. Durante a discussão do caso, a equipe definiu que ele dizia respeito à saúde e que uma internação compulsória poderia ser pedida pela família. As trabalhadoras comentaram, ainda, que casos como esse são comuns de serem encaminhados da saúde para o CREAS e que, neste especificamente, tratava-se de uma residente nova, que talvez não tivesse se apropriado do fluxo de encaminhamento. Nessa reunião ficou acertado ela deveria ser informada sobre a necessidade de se remeter à equipe de

⁴⁷ No estado do Rio Grande do Sul a polícia militar é chamada de brigada militar.

matriciamento⁴⁸. O fato é que essa discussão colocou em questão que, em muitos casos como esse, em que todos, com as precárias condições de trabalho, falham em seus objetivos, o encaminhamento é feito à AS como último recurso, como se ela pudesse dar conta de tudo o que as outras políticas não conseguiram efetivar.

Outra discussão sobre pessoas em situação de rua, na conjuntura da preparação da Copa do Mundo de Futebol, no país e na cidade de Porto Alegre, mostrou a dificuldade de articulação entre as diversas políticas públicas. A equipe discutiu o fato de que a cidade e a mídia voltam seus holofotes para a AS atribuindo a ela a responsabilidade de dar conta das pessoas em situação de rua. A equipe trouxe a discussão da importância de um plano de intervenção sobre essa problemática para que a AS não tenha que responder sozinha, já que não se trata de uma tarefa da qual a AS esteja se isentando, mas do fato de que as outras políticas não se colocam e não se veem como corresponsáveis, sendo que, na verdade, as políticas de habitação e saúde deveriam estar completamente envolvidas.

Inúmeras são as situações em que a equipe procura fazer um movimento de contraconduta (FOUCAULT, 2008; GRABOIS, 2011) ao processo de individualização na relação assistência/outras políticas.

Tomo a ideia de contraconduta em Foucault (2008) pelo fato de estar contextualizada nos estudos sobre biopolítica e, portanto, estreitamente ligada à noção de governamentalidade como o modo pelo qual um conjunto complexo de instituições administra e regula a vida e os interesses de uma população (FOUCAULT, 2011). Ou seja, não diz respeito à coerção, mas a como o sujeito adere a determinadas maneiras e práticas que o levam a se ver como é, estando ligada a uma maneira de ver a si mesmo. Sendo assim, a noção de contraconduta não se opõe ou se desvincula da noção de poder disciplinar (FOUCAULT, 2009b; 2011), que toma os corpos como máquinas otimizáveis, mas tem neste um dos polos de controle, sendo o outro o poder sobre a população, a biopolítica (FOUCAULT, 2007, 2011).

A contraconduta se opõe à obediência integral e incondicional bem como aos procedimentos postos em prática para conduzir os sujeitos, apontando a crise de uma governamentalidade. A contraconduta procura se opor, então, ao poder individualizante, ao estatuto do indivíduo, que esfaca o comum (GRABOIS, 2011).

⁴⁸ Matriciamento é um processo de construção compartilhada de uma proposta de intervenção pedagógico-terapêutica, em saúde, por uma ou mais equipes, que tem por objetivo a integração e horizontalização entre os profissionais bem como a construção interdisciplinar do plano de acompanhamento (CHIAVERINI, 2011).

E é através desse olhar, enxergando também as trabalhadoras da AS enquanto uma população, regulada pelas PPAS, que visibilizo em suas discussões e práticas algumas formas de contraconduta aos poderes que circulam na direção da homogeneização.

No que diz respeito, por exemplo, às situações de embate com outras políticas públicas, a equipe de trabalhadoras do CREAS estabelece algumas estratégias que operam no sentido da não individualização, como ao procurar estarem mais próximas das trabalhadoras da saúde e da educação, realizando o descentramento de tentar entender o lugar de onde essas trabalhadoras falam e as precariedades que perpassam seus trabalhos. Outras estratégias também são pensadas por tais trabalhadoras e, posteriormente, propostas para a equipe da saúde, como a realização de um grupo, coordenado por trabalhadoras da saúde e da AS, para as usuárias de ambas as políticas. Na discussão realizada em reunião de equipe, as trabalhadoras do CREAS aventaram a importância de problematizar uma possível segmentação entre grupos realizados pelas trabalhadoras da saúde e grupos realizados pelas trabalhadoras da AS com as mesmas usuárias. As estratégias de colocar-se no lugar do outro para pensar a situação e a proposta de realização de um grupo em conjunto AS/saúde são criações que denotam soluções locais na relação com as complexidades daquele momento.

Do ponto de vista interno da equipe e da própria assistência, as trabalhadoras fazem vários movimentos para não ficarem sós e incluírem umas às outras e até mesmo outros equipamentos em suas discussões e trabalho. A relação com os outros níveis de complexidade, por exemplo, nem sempre é fácil. A territorialidade⁴⁹, questão colocada pela própria política e que divide a população em regiões, muitas vezes endurece o olhar das trabalhadoras, que devem dividir as usuárias até mesmo por pedaços de ruas, de um lado ou de outro da rua, uma esquina sim e outra não. *Quem é de quem* é uma questão que está sempre à espreita. *Quem faz o quê* é outra, evidenciando que a clareza em relação aos papéis entre trabalhadoras e a constituição destes é uma negociação constante e não pura determinação legal.

Nesse jogo entre espaços e tempos de cada nível de complexidade, o CREAS coloca em discussão, frequentemente, sua relação com os

⁴⁹ Tendo em vista a alta densidade populacional do País, seu alto grau de heterogeneidade e desigualdade socioterritorial bem como a necessidade de que a política de proteção social esteja articulada com outras políticas é que a PNAS (BRASIL, 2004) prevê que as ações da AS sejam estruturadas a partir de recortes territoriais que identifiquem conjuntos populacionais em situações similares.

outros níveis, ora procurando delimitar, ora procurando fazer em conjunto, questionando constantemente suas práticas.

Muitas são as situações de procurar fazer frente a um esfacelamento entre os níveis de proteção e potencializar o sistema como um todo na busca de seus objetivos, mas uma delas me pareceu emblemática.

Em uma reunião de equipe, a coordenadora dá um retorno sobre uma discussão ocorrida em reunião de comitê gestor e isso gera uma discussão dentro da própria equipe. A coordenação traz a necessidade de uma movimentação mais colegiada entre o CREAS e as outras políticas, mas também entre os níveis de proteção.

No entremeio, entre proteção básica e especializada, a imensa demanda da qual a AS deve dar conta se coloca como um complicador das relações. Uma das trabalhadoras conta que, no início da implantação das PPAS, *quando leu os primeiros caderninhos* (Fala de uma trabalhadora – Memórias da pesquisadora), já havia se dado conta de que haveria um efeito de funil, em que a proteção básica teria uma demanda constante, e talvez até crescente, que teria que passar para a proteção especializada e que esta, não conseguindo dar conta da demanda devido à complexidade dos casos, ao invés de conseguir operar uma emancipação dos sujeitos, com eles permaneceria trabalhando um longo tempo, muitas vezes por anos a fio, perpassando gerações. Nesse movimento, os CREAS acabam por absorver uma grande demanda que não têm condições de acompanhar, assim como tarefas que seriam da proteção básica (como a articulação com as escolas, por exemplo) e, mesmo assim, os CRAS continuam com uma demanda enorme, *absorvidos em dar conta das filas que se formam em suas portas* (Fala de uma trabalhadora – Memórias da pesquisadora), do preenchimento do CadÚnico⁵⁰ e em acolher aquelas que lá chegam. Vendo-se absorvidos pela sobrecarga, os CREAS procurariam fazer o movimento inverso, devolvendo um pouco da demanda aos CRAS. Movimento este que tensiona as relações, individualiza, acirra as questões *quem é de quem e quem faz o quê*, endurecendo os espaços de entremeio.

Nesse endurecimento, a tendência é a de se aferrar às prescrições dadas pela política, em um movimento de judicialização da vida.

⁵⁰ O Cadastro Único para Programas Sociais ou CadÚnico é o instrumento de coleta de dados e informações sobre as famílias que buscam a inclusão em programas de assistência social. Informações obtidas em <<http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

Cabe esclarecer que o termo judicialização é tomado aqui de forma diferente do qual é comumente tomado pelo Direito. No Direito, judicialização diz respeito à ampliação do poder do sistema judiciário na resolução das questões sociais (BARROSO, 2012).

Já no contexto do presente estudo tomo a judicialização como processo mais amplo que, além de implicar a positivação em lei de direitos requisitados por uma sociedade e a questão do acesso ao Judiciário, irá implicar inúmeros outros aspectos. Mas só a questão da ampliação do acesso ao Judiciário já nos coloca uma reflexão sobre um duplo movimento em que o reforço de sua centralidade pode levar à desvalorização de outras formas de resolução de conflitos e, conseqüentemente, de outras formas de vida, restringindo os sujeitos e estreitando as possibilidades de criação em suas relações (RIFIOTIS, 2008).

Mas para além da questão da ampliação do papel do Judiciário na resolução de conflitos presentes na sociedade, o processo de judicialização implica um alastramento de controles que passam a abranger o próprio viver, ou seja, a judicialização da vida diz respeito às regulações normativas do viver, aos processos de controle, julgamento e punição que são atravessados pelo Judiciário, mas também um processo mais amplo em que não apenas se recorre ao Judiciário, mas se incorpora seus modos de operação. A judicialização da vida está relacionada, então, às relações que cada um estabelece com as práticas de julgamento, é o tribunal em nós e na vida cotidiana, que julga e estabelece sentenças que produzem vítimas, culpados e algozes em uma mobilidade de lugares (AUGUSTO, 2012; OLIVEIRA; BRITO, 2013).

Cecília Coimbra (2011) aborda o processo de judicialização como um braço do biopoder, sendo necessária, para a autora, a desnaturalização dos direitos humanos, o estranhamento da crença em conceitos abstratos como “direitos” e “humanos”. Para a autora, os direitos humanos devem ser forjados a partir das experiências de cada um na coletividade e na imanência das práticas enquanto afirmação da vida.

A partir desses autores é que penso que a constituição da própria política no sentido de amenizar diferenças, mas não questionar suas bases torna a tarefa das trabalhadoras uma quimera em que a demanda constante impõe a judicialização às trabalhadoras, que alastram os controles e endurecem as relações na tentativa de dar conta de uma coisa que está sempre a se produzir, ou seja, sujeitos com seus direitos aviltados.

Ao se perceberem nesse entremeio entre direitos, individualização e judicialização é que a equipe do CREAS traz como fundamental a discussão da política em todos os níveis de complexidade, marcando

como importantes algumas estratégias. Algumas falas, já citadas, das trabalhadoras do CREAS trazem claramente que uma das estratégias passa por não responsabilizar as colegas de outros níveis de complexidade por questões que são da ordem da própria política de AS. Nesse sentido a busca de alternativas se faz fundamental e outra estratégia se constitui, como *falar às colegas sobre o poder de mudança* que o conjunto das trabalhadoras pode ter. Esse diálogo implicará, na visão das trabalhadoras do CREAS, outras estratégias ainda, como *escutar o que a gente não quer ouvir*, ou seja, poder ouvir as críticas sobre o próprio trabalho, em um movimento de acolher a visão das trabalhadoras de outros níveis de proteção, assim como *desacelerar o ritmo da discussão* quando em contato com colegas que ainda não se apropriaram profundamente dos preceitos da política e de seu funcionamento. E outras estratégias vão sendo construídas, como falar mesmo quando *se sentem más* ou quando as colegas lhes dão a sensação de que *estão se metendo*, bem como quando percebem um movimento de individualização de cada nível de complexidade, que invisibiliza a necessidade de a política ser pensada em conjunto.

Trabalhadora 1: – Quando falamos algo diferente, todo mundo olha com uma cara que não dá vontade de repetir. A gente se sente uma pessoa má quando se sugere uma coisa diferente.

Trabalhadora 2: – Devemos conversar mais. A básica, a média e alta estão cada uma pensando em si e não vendo o sistema, a forma que atuam. Quando falamos parece que estamos querendo nos meter no que não é nosso, mas se discutirmos coletivamente vamos poder falar de tudo isto.

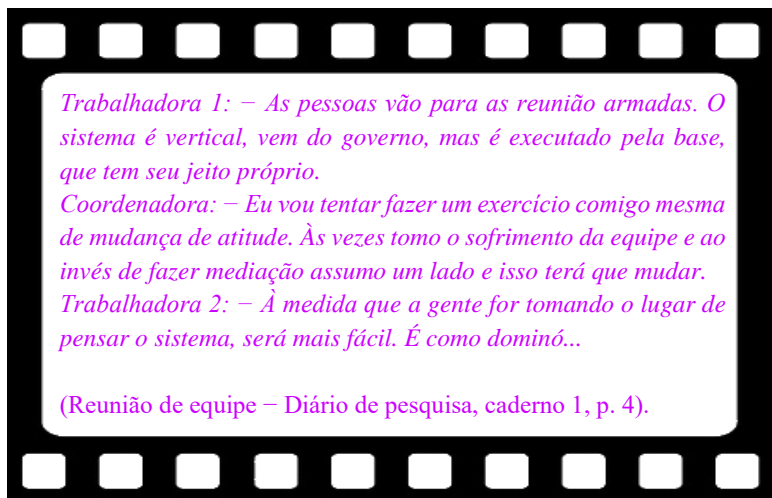
(Reunião de equipe – Diário de pesquisa, caderno 1, p. 2).

Acho que devemos propor um momento de não se defender, mas de se expor, refletir também sobre seus limites. Tem uma dificuldade de pensar coletivamente entre os três níveis, com ajuda mútua. Nos momentos que ocorreram, foi cada complexidade lutando pelo seu, um acusando o outro de estar estrangulado porque o outro não quer receber [a demanda]. [...]. Se todos estão estrangulados, vamos ver juntos!

(Reunião de equipe – Diário de pesquisa, caderno 1, p. 3-4).

A sugestão de convidar a alta complexidade para estar presente nas reuniões de referência e contrarreferência para poderem discutir o sistema surgiu, então, como outra estratégia para fazer frente às autoacusações e ao processo de individualização que ocorre com as trabalhadoras do CREAS.

Um outro diálogo me parece candente, espelhando outras nuances:



Esse diálogo além de evidenciar que há uma tensão entre a verticalidade do sistema e o trabalho na ponta, no dia a dia de um CREAS, também mostra um *cuidado de si* nessa equipe, enquanto uma forma de relação com o mundo e com os outros, que compreende uma atenção e um olhar em relação a si mesma na direção de uma prática transformadora dessas relações (FOUCAULT, 2007). A reflexão da coordenadora sobre seu papel, nesse jogo entre equipe do CREAS e outras equipes, mostra a necessidade de um deslocamento de seu olhar, de não colocar foco apenas nos sofrimentos da equipe a qual coordena, mas sim, justamente, no entremeio de uma equipe com outras, o que possibilitaria olhar a política como um todo.

Todos esses jogos mostram que a proteção social e a defesa de direitos são impossíveis de se fazer só. Mas o modo de vida capitalista pressiona o tempo todo, produzindo pessoas com desiguais condições de acesso aos bens sociais. Eles mostram também que quanto mais sós as trabalhadoras se sentem em seu trabalho, mais rígidas se tornam em relação às prescrições da política e menos atuam no âmbito das relações

e das singularidades das usuárias. Quanto mais intenso o processo de individualização que sobre elas pesa e que assumem, mais rigidez também ali se opera.

Nas reuniões da equipe, em suas discussões e diante dos desafios cotidianos, evidenciou-se a necessidade de que o contrafluxo a esse processo de individualização e contra esse endurecimento das normas deve ser um esforço constante, principalmente porque a tarefa da proteção social é tarefa infundável, que não cessa perante a produção da pobreza e da produção de aviltamento de direitos.

Ao mesmo tempo torna-se importante uma constante reflexão sobre seus lugares na biopolítica, tanto como instrumentos quanto

como população por ela regulada, pois sobre elas também se impõem regras de conduta a respeito de seu trabalho, de como devem ser ou se comportar para atingir os fins da proteção social delineada pela PPAS. Pois é o deslocamento da regra pela regra o que irá propiciar que a equipe tenha uma prática ética em seu trabalho, enquanto prática que porte uma problematização a respeito dessas regras e uma intenção em sua assunção (FOUCAULT, 1995b, 2006a).

Dentro desse esforço constante é possível observar um movimento da equipe, também sempre presente, na direção de um vir a ser coletivo (BARROS, R., 1997, 2013; ESCÓSSIA, 2009, ESCÓSSIA; KASTRUP, 2005), no sentido de uma abertura para entrar em ressonância com o outro, na sua diferença. Ao se disporem a operar em conjunto com as outras políticas, com outros níveis de complexidade ou entre si mesmas,

Trabalhadora 1: – O que seria o CREAS na minha concepção? Receber a família e fazer os encaminhamentos e monitorar. Mas não há uma rede que dê conta e daí está no teu colo. Está em negrito no caderno do CREAS que ele não deve substituir a delegacia, a saúde... se leva oito semanas para conseguir um atendimento em saúde e enquanto isso se está escutando a pessoa e ela se decepcionando.

Trabalhadora 2: – A AS fica suprindo as carências das outras políticas. Se tivesse política de esporte e cultura não precisava de PRONATEC ou Projovem.

(Reunião de técnicos – Diário de pesquisa, caderno 1, p. 109).

dentro da equipe, é com as diferenças que as trabalhadoras estão se dispondo a operar, pois intuem que desse encontro algo diferente pode emergir, algo que não é possível de ser criado pela simples junção de pessoas, mas que advém como plano relacional e não como relação entre termos já constituídos.

Quer dizer, as trabalhadoras sabem que, nesse encontro com as diferenças, algo diferente pode emergir e que elas próprias se deslocarão daquilo que são. Nesse movimento, elas sabem que terão que estar abertas para serem algo diferente do que são, sem saber em qual direção esse deslocamento as colocará. As trabalhadoras sabem também que esse movimento, por vezes, pode ser desconfortável, pois *escutar o que a gente não quer ouvir* é algo que pode ser desagradável. *Escutar o que a gente não quer ouvir* pode deslocar as trabalhadoras de si mesmas em uma direção desconhecida.

É na função de interseção (ESCÓSSIA, 2009) que a equipe se coloca, ao se fazerem, as trabalhadoras, disparadoras da ação coletiva, seja dentro do próprio CREAS, entre as complexidades ou entre as diversas políticas públicas. Já a função transversalização emerge quando a equipe consegue superar as lógicas individualizantes e ampliar a comunicação entre os diferentes serviços, desacelerando seu ritmo para que a comunicação tenha fluência. E a função transdução é possível quando a equipe coloca em questão suas relações, entre si e com os outros, fazendo a análise de seus processos de trabalho, os jogos afetivos e as relações de poder e saber implicadas. A transversalização emerge, por exemplo, quando as trabalhadoras analisam seu lugar na biopolítica, suas ações, os movimentos de poder implicados e quais as consequências sobre as usuárias, sobre si mesmas e sobre a política que, a partir desse jogo, vai se constituindo. A transversalização não é a análise em si, mas os deslocamentos propiciados por colocar em questão, não os sujeitos individualmente, mas os próprios coletivos, gerando transformações.

Imersas nos jogos de forças, as trabalhadoras da AS ora abraçam uma imensa demanda de proteção social que não é possível dar conta e ora refletem e procuram clarear seu papel e seus limites, colocando em questão a própria política e se colocando em questão dentro dela. Ora abraçam uma demanda que não é sua e ora procuram esclarecer os outros serviços e políticas sobre seu papel, ainda nebuloso para muitos profissionais de outras políticas e, por vezes, para muitas profissionais da própria AS. Elas, ainda, ora procuram se deslocar de um lugar marcado, que não permite a flexibilização e a tomada das situações de forma situada, colocando foco na complexidade e nas nuances de cada caso acompanhado e ora submergem nas forças biopolíticas, das regras, dos

controles e das classificações. Da mesma forma, submergem nas práticas judicializantes, procurando delas escapar e então emergir novamente em um movimento incessante dentro desse mar de forças. Entre culpas e alívios é que as trabalhadoras vão procurando preencher vazios, vão construindo alicerces de casas sobre orvalhos e vão carregando água na peneira.

6 AS PRÁTICAS JURÍDICAS E A JUDICIALIZAÇÃO NO TRABALHO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

6.1 QUANDO ROSTOS E CORPOS SE CRISPAM PERANTE O MEDO DO TRABALHO COMO PROVA E DE ADVIR CRIMINOSA

O acompanhamento do trabalho transcorria já há algum tempo, entre reuniões de equipe, reuniões com os técnicos e com os serviços, conversas de corredor, visitas a outros equipamentos da AS, reuniões CRAS/CREAS, desde o início de minha presença regular nas reuniões de equipe em 26 de março de 2014. O primeiro contato já havia sido feito em 22 de janeiro de 2014, em reunião de equipe, mas fora interrompido pelo período de férias de um contingente considerável de trabalhadoras.

A combinação de que o TCLE seria discutido com a equipe como um todo já havia sido feita. Também havia sido combinado que, entre outras questões, conversaríamos sobre o projeto de pesquisa de uma forma mais atenta, com um pouco mais de tempo, assim como sobre a utilização de fotografias, vídeo e audiogravação.

Eu aguardava um melhor momento para essa discussão, com maior presença de trabalhadoras na reunião de equipe, já que algumas se ausentavam em função da própria contingência do trabalho. Então, sucedeu-se a greve dos funcionários públicos da cidade e depois a Copa do Mundo de Futebol.

Durante esse tempo fui negociando a audiogravação caso a caso. Nenhuma recusa se dera nas entrevistas iniciais com as referências⁵¹ dos serviços. Inclusive a ideia de gravar a entrevista realizada com a coordenadora do CREAS fora dela própria. Nessas entrevistas, ocorridas em março de 2014, o procedimento ocorreu com o auxílio de meu celular pessoal e com o aceite de todas as participantes, sem qualquer comentário ou indisposição em relação a isso. Também não havia emergido qualquer incômodo com o fato de eu fazer anotações durante a reunião. Esse procedimento foi adotado pois, em uma reunião que durava em torno de três horas ou três horas e meia, seria praticamente impossível me lembrar de tudo o que se passava para posterior relato, e eu não queria ser seletiva naquela fase da pesquisa. Sendo assim, tomei a decisão de anotar tudo o que se passava em ato, enquanto a reunião transcorria.

⁵¹ Chama-se referência a pessoa que faz a coordenação de um serviço dentro do CREAS, sendo eles as Medidas Socioeducativas, o PAEFI (Programa de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos) e o Ação Rua (programa de proteção e acompanhamento de pessoas em situação de rua).

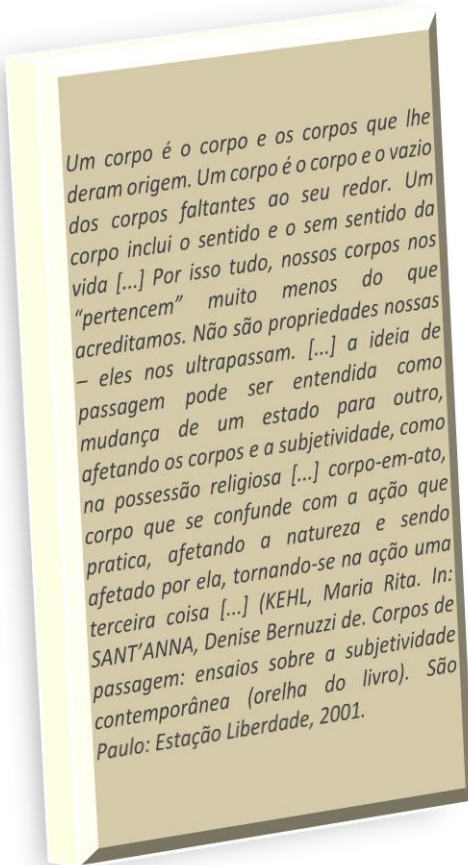
Entretanto, em meio à conjuntura de aceite dos modos de registro, duas recusas de audiogravação já haviam ocorrido. A primeira, na reunião de técnicas que já não ocorria há algum tempo e que, com minha entrada no CREAS, foi reavivada. Cabe frisar aqui que a realização das duas reuniões de técnicas se configuraram como importantes momentos de intervenção, pois foram consequência dos questionamentos da pesquisadora sobre o papel dos técnicos, seu alcance e suas limitações. Nessa primeira reunião, que ocorreu no dia 24 de abril de 2014, foi feito o pedido de que não fosse gravada, pois os técnicos *não se sentiam à vontade* (Fala de diversas trabalhadoras – Memórias da pesquisadora).

A segunda recusa veio por parte da equipe de trabalhadoras das MSE, em reunião realizada em 09 de maio do mesmo ano, com a técnica da terceira vara da infância e da juventude, responsável por aplicar o instrumento de avaliação do trabalho. Nessa reunião, a referência das MSE fez o pedido para que eu gravasse somente a segunda parte da reunião e não registrasse em áudio o momento de organização prévia das trabalhadoras.

Essas duas recusas, perante tantos aceites, já me aportavam algumas questões: O que podia ser gravado ou não? Em que circunstâncias? O que significava o registro de algumas conversas para a equipe e para seus subgrupos? O que a diferença de aceite ou não do registro em áudio, nos diferentes espaços, poderia significar e dizer dessa equipe de trabalhadoras e, conseqüentemente, do trabalho na AS?

O acontecimento mais marcante, entretanto, ocorreu na reunião de equipe do dia 25 de junho, após período da greve e Copa do Mundo, em que pautei a combinação do dia em que faríamos a discussão do projeto de pesquisa e do TCLE. Nesse mesmo dia propus a retomada do assunto das audiogravações das reuniões de equipe. A coordenadora disse não ver problema algum, mas que essa deveria ser uma decisão coletiva. Expliquei como tinha agido até o momento, sempre pedindo autorização antes de gravar, a cada momento. Nesse instante os rostos das trabalhadoras ficam sérios, alguns comentários sobre o descontentamento com a gravação e o *não se sentir à vontade* ou *retirar a espontaneidade* emergiram. Mostrando os diferentes momentos em que a gravação foi autorizada e outros em que não foi, questionei qual a diferença entre alguns momentos e outros. Uma das trabalhadoras, com ar de incredulidade, como a duvidar que os aceites houvessem ocorrido, perguntou em que momentos haviam ocorrido o aceite de gravação. Eu os nomeei. Mais tensão se colocou no ar. Meu próprio corpo foi atravessado por uma reviravolta de intensidades que o levou a tremer por dentro diante da tensão instalada.

Em meio a essa conversa surgiu um comentário de que em um desses espaços era possível a gravação porque a equipe se *comportava* perante a presença de uma trabalhadora da FASC. Surgiu também a ideia de *cuidar o que falar* porque às vezes colocavam as coisas de um jeito não tão adequado. Ao longo da conversa ficou evidente, para mim, que *comportar-se* ou *ter que cuidar o que falar* significava entrar em alguma discussão sem se deixar tomar pelas emoções. Mas na continuidade do debate outras falas emergiram no sentido de que *comportar-se* ou *cuidar o que falar* (Diário de pesquisa digital, p. 29) não seria possível porque *perderiam completamente a naturalidade da reunião*.



Os rostos se crisparam e se tensionaram mais ainda e meu corpo se mantinha como portador de sensações estranhas e intensas.

Meu corpo já não me pertencia mais, como nos diz Maria Rita Kehl (2001). Ele havia se tornado “uma terceira coisa” e se colocado como “corpo-em-ato” que, confundido com a ação que pratica (SANT’ANNA, 2001), afetava as pessoas e por elas era afetado. Meu corpo havia se tornado “corpo de passagem” (KEHL, 2001), veículo das angústias e intensidades ali presentes e não nomeadas.

Ao mesmo tempo que observei os movimentos do grupo, me observei e busquei dar sentido àquilo que ocorria, clareando para a equipe que o importante não era o gravar ou não e que, eticamente, faria aquilo que o grupo decidisse.

Amparada por meus conhecimentos e por uma

postura construída ao longo de minha experiência clínica e como

pesquisadora, não me deixei paralisar por toda a intensidade que me atravessava. Procurando colocar em ato o pesquisador-analista-da-pesquisa-intervenção, que se preocupa em pesquisar *com* e não *sobre*; que sabe que o conhecimento é construído *com* o campo e não pela pesquisadora apenas; e que tem ciência de seu compromisso ético e político com o estudo e com os sujeitos com os quais pesquisa (LOURAU, 1993; MARASCHIN, 2004; PAULON, 2005, 2009; ROCHA; AGUIAR, 2003), é que deixei claro que a decisão de gravar, ou não, seria de toda a equipe.

Percebendo que esse poderia ser um momento fecundo para se pensar a relação com o sistema de justiça (SJ) e a presença de práticas jurídicas dentro do próprio grupo, procurei utilizar o momento para uma intervenção, como um dispositivo de análise coletiva (LOURAU, 1993) sobre o que estava ocorrendo naquele instante. Nessa direção, propus que se pensasse por que algumas falas podiam ser gravadas e outras não e o que isso dizia sobre o próprio trabalho. Como uma pesquisadora-inventora-criadora (ZANELLA, 2013) procurei deslocar a equipe de um grupo *onde há alguns indivíduos que preferem não serem gravados porque sentem isso como um incômodo para quais as contingências do trabalho que fazem com que, no âmbito da AS, gravar seja um incômodo.*

Depois desse apontamento emergiu a fala de que a equipe já havia vivenciado situações de exposição, em outros tempos, quando muitas pessoas de fora do grupo circulavam nas reuniões, inclusive outras pesquisadoras. Outra trabalhadora disse: *É complicado até assinar uma coisa que não sabemos ao certo como vai ocorrer.* Essa fala se referia ao TCLE e ao fato de não saberem como se daria uma possível oficina de fotografia, que teria sido ventilada nesse dia como outra forma de restituição⁵².

A oficina, embora aventada como possibilidade, não havia sido planejada, pois isso ocorreria em conjunto com a equipe ou em função do momento e das necessidades desta. Também surgiu a fala de que a reunião era um espaço onde emergiam *muitas emoções, muitos desabafos.* A trabalhadora continuou: *Tu vê, quantos casos, quantas pessoas, quantas coisas circularam aqui hoje e a gente nem deu conta de tudo! São muitas*

⁵² Como já explicitado anteriormente, no capítulo 3, intitulado *Caminhando com o CREAS: a arquitetura de um método de pesquisa*, a restituição é um processo que ocorre ao longo de toda a pesquisa e não somente ao final dela, configurando-se como momento de análise das relações e do próprio processo de trabalho pela equipe, o que permite visibilizar as tensões, problematizar as ações e redefinir estratégias.

coisas! (Diário de pesquisa digital, p. 30). Nesse trecho a trabalhadora se refere à intensidade do próprio trabalho: ao grande volume de demanda e de casos discutidos, às decisões que tiveram que tomar sobre as vidas das usuárias e tudo o que isso envolve, como inúmeras reuniões e relações com outros níveis de complexidade da AS, outras políticas públicas, outras organizações e serviços, mas também às intensidades dos afetos que circulam.

As falas evidenciavam que ao mesmo tempo em que havia intensidades advindas do trabalho que, muitas vezes, a equipe não consegue dar conta, havia uma outra intensidade da ordem da relação entre AS e SJ.

A relação com o Judiciário (e sistema de justiça, de uma forma mais ampla⁵³) é bastante *complexa*, como diziam as trabalhadoras.

A palavra que ouvi frequentemente como caracterizando o SJ foi **DUREZA**. Trata-se de uma relação que confronta o dever, o conseguir e o querer, pois entre as determinações do SJ, as possibilidades de as trabalhadoras realizarem o que este determina e o querer das usuárias há uma enorme distância. E são as trabalhadoras da AS que permanecem nesse entremeio, em que consequências sérias e incisivas nas vidas das usuárias podem advir de suas ações (ou de suas não ações).

E um pouco dessa relação entre SJ e AS transbordava naquelas intensidades, ainda sem nome, naquela reunião, provocada pela aparente simples questão de autorizar ou não a audiogravação.

Naquele momento percebi que uma das intensidades, talvez entre outras que atravessavam os corpos, sem pedir licença, era o medo.

O medo já havia se feito presente em outros momentos, durante várias reuniões de equipe. Medo por parte das técnicas, principalmente, em relação ao dever assinar documentos que enviavam para o SJ e a responsabilizar-se **pessoalmente** pela condução dos acompanhamentos.

⁵³ Cabe esclarecer que o sistema judiciário tem por função garantir os direitos individuais, coletivos e sociais, bem como resolver conflitos entre cidadãos, entidades e Estado. Para isso, tem autonomia administrativa e financeira garantidas pela Constituição Federal. Os órgãos que o compõem são: o Supremo Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal de Justiça (STJ), além dos Tribunais Regionais Federais (TRF), Tribunais e Juízes do Trabalho, Tribunais e Juízes Eleitorais, Tribunais e Juízes Militares e os Tribunais e Juízes dos estados e do Distrito Federal e Territórios (ver: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2009/11/conheca-os-orgaos-que-formam-o-poder-judiciario>>. Já o sistema de justiça é mais amplo, abarcando órgãos como o Ministério Público.

Ou seja, o medo do descumprimento das **ORDENS** do Judiciário e de suas consequências, mas também a angústia pelo cumprimento de ordens que poderiam vir a interferir negativamente na condução dos casos acompanhados.

O medo advém de um lugar em que a trabalhadora deve estar, pois no momento em que uma referência ou *um técnico responsável*, como as chama o sistema de justiça, assina um documento referente a um caso determinado, é essa pessoa que se torna a responsável pela execução das demandas desse sistema e é sobre ela que recai as cobranças de suas execuções ou não. O lugar destinado às trabalhadoras da AS é o de assinar os documentos e se responsabilizar, **pessoalmente**, perante o SJ, pelo cumprimento de suas demandas. Elas devem se responsabilizar como pessoa por um trabalho que depende não apenas delas, mas de todo um sistema de AS, de inúmeras outras políticas, bem como do próprio desejo das usuárias.

Assim é que o trabalho de uma equipe fica invisibilizado e a responsabilização por tudo o que acontece (ou deixa de acontecer) recai apenas sobre uma pessoa. O peso de todo um trabalho, de um sistema de AS e de um sistema de garantia de direitos, que deveria funcionar em rede, se coloca sobre os ombros de uma só trabalhadora.

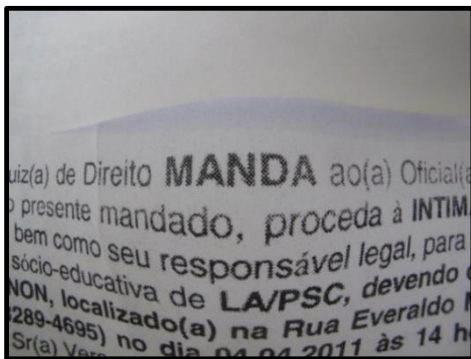


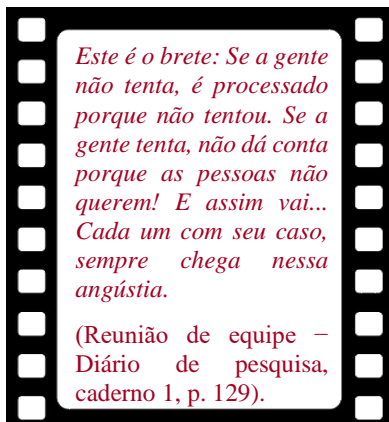
Figura 10: Fotografia, produzida pela pesquisadora em fevereiro de 2016, de uma parte de um documento emitido pelo Judiciário, que consta na pasta de um adolescente em MSE (Fonte: Arquivo pessoal).

Novamente a presença do processo de individualização é sentida. Porém, nesse momento, com o peso adicional da lei que recai sobre uma pessoa e todos os mecanismos jurídicos implicados.

CUMPRASE é uma palavra frequentemente utilizada por uma das trabalhadoras quando se refere à relação da AS com o SJ. Uma relação verticalizada em que um manda e o outro deve obedecer.

A pesquisa realizada pelo IPEA (2015a) em todo o país sobre a relação entre AS e SJ mostrou que, no cerne dos problemas dessa relação, na visão das trabalhadoras do SUAS, entre outras questões,

estão as requisições feitas de forma inadequada e/ou autoritária pelo SJ. As trabalhadoras apontaram que, inúmeras vezes, as demandas do SJ chegam a interferir em sua autonomia, bem como a ferir seus códigos de ética profissionais. Elas apontaram ainda, de forma intensa, a falta de respeito e conhecimento sobre o trabalho da AS por parte do SJ.



No CREAS, as expressões utilizadas pelas trabalhadoras para falar da relação SJ-AS expressam bem o medo que ronda o tempo todo: *estar na berlinda* (Diário de pesquisa, caderno 1, p. 29), *levar paulada* (Diário de Pesquisa, caderno 1, p. 316), *com a faca no pescoço, é no meu* (gesto de punho fechado sobre a palma da outra mão), *ter uma espada por trás* (Fala de uma trabalhadora – Memórias da pesquisadora).

Em uma sociedade em que o SJ concentra enorme poder é onde as trabalhadoras da AS se encontram. Não somente uma sociedade que concentra poderes no SJ, mas também uma sociedade em que as práticas jurídicas – entendidas como “a maneira pela qual, entre os homens, se arbitram os danos e as responsabilidades” (FOUCAULT, 2013, p. 21), como a maneira de fazer, no campo da lei objetivada; dos mecanismos de aplicação da lei; da defesa em juízo; da arbitragem de danos e responsabilidades; das penalidades; do trâmite processual; dos direitos e das regras – se evidenciam como uma das principais formas de subjetivação, através de seus inúmeros mecanismos (FOUCAULT, 2013)⁵⁴.

⁵⁴ Foucault não se preocupa em especificar alguma diferença entre os termos “jurídico” e judiciário” ao longo de sua obra. Em *Vigiar e Punir*, o autor utiliza indiscriminadamente os dois termos, “judiciário” e “jurídico”, relacionando-os ao campo da lei objetivada, ou seja, ao código, como também aos mecanismos de aplicação da lei, ao delito, à prática penal, às penalidades e aos direitos. Em *A verdade e as formas jurídicas* (2013), os dois termos também são utilizados, indiscriminadamente, embora o autor faça menção, com frequência, ao termo “judiciário” e ligue-o ao campo das regras, de arbitragem dos danos e responsabilidades, do julgamento por erros cometidos e da reparação ou punição por determinadas ações. Já em *Segurança, território e população* (2008), embora Foucault refira-se a *jurídico* tomando-o claramente como sinônimo de *judiciário* dentro de uma mesma frase, o termo *judiciário* aparece poucas vezes, enquanto o

Sendo assim, o não cumprimento de alguma ordem do sistema judiciário ou do SJ pode facilmente se transformar em processo, assombrando as trabalhadoras com o lugar do infrator e do criminoso.

Pois o infrator, figura que se constituiu a partir da Idade Média, substitui aquele que cometeu um dano sobre outro indivíduo e a este deve reparação. O infrator é aquele que deve à ordem, à lei, à sociedade e ao Estado. E não cumprir alguma determinação da justiça é crime passível de penalidade. Descumprir uma ordem legal de um funcionário público é crime de desobediência, expresso no artigo 330 de nosso Código Penal⁵⁵.

E assim como é fácil deslizar para o lugar de infrator, é fácil também deslizar para outro lugar, bem mais contundente e execrável aos olhos de nossa sociedade: o de criminoso. Como diz Foucault, “o criminoso é aquele que danifica, perturba a sociedade”, é “o inimigo interno, como indivíduo que no interior da sociedade rompeu o pacto que havia teoricamente estabelecido” (FOUCAULT, 2013, p. 83). E o pacto, presente na relação entre as trabalhadoras da AS e o SJ, é justamente o de cumprir o que este determina.

Ora, em nossa sociedade, a pena para o crime deve ser a privação de liberdade, ou seja, o afastamento do indivíduo nocivo por meio da prisão (FOUCAULT, 2013). E é esse o peso que se encontra, por vezes mudo, por trás dos medos das trabalhadoras.

A assinatura de uma trabalhadora em um documento que deve ser enviado ao SJ coaduna-se com um dos mecanismos do Poder Judiciário, ou seja, tem o lugar de verdade, de prova (FOUCAULT, 2013). Uma prova de que ela está ciente de que entrou na dinâmica das trocas judiciárias, de que sabe que algo deve ser cumprido.

Assim é que, na AS, o próprio trabalho opera como prova. Prova contra seu próprio trabalho e seu lugar de trabalhadora na AS. Prova de que algo falhou, perante o olhar do SJ.

Nessa relação não somente o que se escreve e se assina pode servir como prova. Aquilo que se fala também. Assim como na passagem já citada, no dia da discussão sobre gravar ou não, em que uma trabalhadora

termo *jurídico* aparece dezenas de vezes, sendo presente ao longo de todo texto. Também ocorre de o termo *jurídico* ser utilizado ligado ao termo *legal* (jurídico-legal), na maioria das vezes, como que a expressar que há uma diferença (daí a necessidade de marcar os dois termos), porém também uma estreita ligação entre eles.

⁵⁵ O Código Penal brasileiro, atualizado, encontra-se disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/Del2848.htm>.

se referiu a *comportar-se* e outra disse que deveriam *cuidar o que falar*, já se vê o lugar da fala como prova.

Durante a discussão, que a apresentação do projeto de pesquisa para toda a equipe de trabalhadoras possibilitou, no dia 09 de julho de 2014, em meio às falas sobre a relação com o SJ, uma delas disse: *Precisamos cuidar o que se diz, medir as palavras* (Diário de pesquisa, p. 142). Outra, mais adiante, acrescenta: *O Judiciário trabalha com o ego das pessoas. Pede o relatório para o técnico, que escreve um relatório que o Judiciário quer ler. Se escrevemos o que o juiz não quer, acabamos sofrendo com isto* (Reunião de equipe, apresentação do projeto de pesquisa – Diário de pesquisa, caderno 1, p. 143).

Essas falas mostram que a palavra, assim como a escrita, também tem um enorme peso, pois “Falar é exercer um poder, falar é arriscar seu poder, falar é arriscar conseguir ou perder tudo [...]” (FOUCAULT, 2013, p. 136).

E a fala pode ser utilizada como prova, principalmente quando registrada.

A prova é um dos importantes mecanismos das práticas jurídicas contemporâneas. Ela é tida como a portadora de conhecimentos objetivos a respeito dos fenômenos e da verdade do ocorrido, como se houvesse uma realidade pura e crua a ser vista, ouvida, dita e conhecida. É através da prova que o Poder Judiciário estabelece a relação entre o “dizer verdadeiro” e a “fonte”, em uma dinâmica em que as trabalhadoras da AS dão seu “testemunho”. Testemunho da ciência de que estão na dinâmica jurídica, testemunho de seu próprio trabalho e, ainda, testemunho do que ocorre na vida das usuárias. Um testemunho que se coloca como dizer verdadeiro daquele que “viu com os próprios olhos” (FOUCAULT, 2011).

No modelo judiciário, essa dinâmica do saber a verdade, da prova e do testemunho, não se completa a não ser que alguém possa dizer “eu”, ou seja, que a primeira pessoa entre como elemento. Deve haver um “eu” que possa dizer o que viu, o que fez, o que disse, o que lembra. Quer dizer, a memória também entra como elemento nessa dinâmica.

Para Foucault (2011, p. 69), mais do que permitir conhecer, saber a verdade, a dinâmica em questão permite o exercício de um tipo de poder ao qual o sujeito se submete voluntariamente. E o que um sujeito “pode dizer sobre, ou para, ou contra o poder que o assujeita?”.

As trabalhadoras da AS estão atadas ao SJ, sistema de proteção dos direitos dos cidadãos. O trabalho delas depende dos documentos que vêm e que vão, tanto do que produzem para o SJ, das assinaturas que emitem, como daquilo que vem e é ofertado por esse sistema. Como seria possível

a defesa de direitos, preconizada nos diversos documentos da AS (BRASIL, 2004, 2005, 2006), sem os principais órgãos que operam por ela em nossa sociedade? Como defender crianças e adolescentes, moradores de rua, idosos vulneráveis, entre outros, sem o trabalho do sistema judiciário e do Ministério Público?

Diante do ciclo verdade-prova-testemunho-medo, como não se preocupar ou desconfiar do que seria feito com a assinatura do TCLE? Esse medo e desconfiança é que entendi que a tensão presente no dia da discussão sobre o TCLE e a possibilidade de gravação fazia emergir em nossos corpos de rostos tensos e crispados, de tremores internos e respirações alteradas. Nessa discussão ficou acordado que, em qualquer das atividades que seriam realizadas dali em diante, o recurso utilizado seria a anotação em diário de pesquisa e que a audiogravação não seria realizada.

O desconforto que emergiu a partir da discussão da pesquisa, portanto, visibilizou uma questão maior, um medo concreto presente no cotidiano das trabalhadoras. Se o trabalho enquanto prova contra si própria se constitui como forte ponto de tensão na relação entre AS e SJ, muitos outros pontos ainda existem.

6.2 ENTRE EXAME, PROVA E TESTEMUNHO: A TRABALHADORA COMO “MARIONETE” DA JUDICIALIZAÇÃO?

Na reunião com o MP, uma pessoa propõe que o CREAS faça um relatório e ela assine! E ninguém fala nada! Eu sou considerada a mais chata e brigona, mas se consegui sustentar uma resolução desta equipe de que a gente não vai fazer relatórios para o Judiciário [Aqui há um equívoco entre Judiciário e sistema de justiça, que inclui o MP]. Outros CREAS fazem diligência! Como a gente vai sustentar isso? [Referindo-se a não realizar tarefas que não são atribuição da AS]. Mas como a gente vai fazer essa discussão se outros CREAS ficam de costas para isso? Se a gente compra isso, o custo pessoal é gigantesco, gi-gan-tes-co [Pausando as sílabas]! Se existissem outras pessoas para fazer, essa discussão não seria assim. São sempre as mesmas três coordenações que se levantam para falar. Precisamos disto [de uma discussão conjunta entre os CREAS], principalmente para contrafluxo com o Judiciário, senão viramos braço do Judiciário! Será cumprase! Eu fui chamada para um seminário pelo foco de resistência que temos feito. Eu fui intimada no caso [Nome de um usuário] porque não quis responder à forma como que ele queria! [Referindo-se ao Judiciário].

(Oficina de fotografia, encontro 1 – Diário de pesquisa, caderno 2, p. 359-360).

A fala da trabalhadora é candente por guardar várias nuances da relação trabalhadora da AS – SJ. Não é somente a questão da prova e do testemunho que entram na dinâmica dessa relação. Embora extremamente importante, esse é apenas um dos aspectos.

A trabalhadora ter sido intimada a falar sobre um caso porque não respondeu ao Judiciário na forma que ele demandava só reforça o que explicitamos no subtítulo anterior, que o trabalho na AS se transforma em prova contra a própria trabalhadora. Nessa passagem da fala da trabalhadora, seu trabalho e seu testemunho se constituíram como prova em relação a seu exercício da profissão, sob a forte pressão do

CUMPRASE. Mas a fala vai além. Ela evidencia que além de a trabalhadora da AS constituir prova contra si própria ao trabalhar, ela exerce funções que não lhe dizem respeito, sob a pressão do SJ. Esta advém uma *marionete*, como dizem as trabalhadoras.

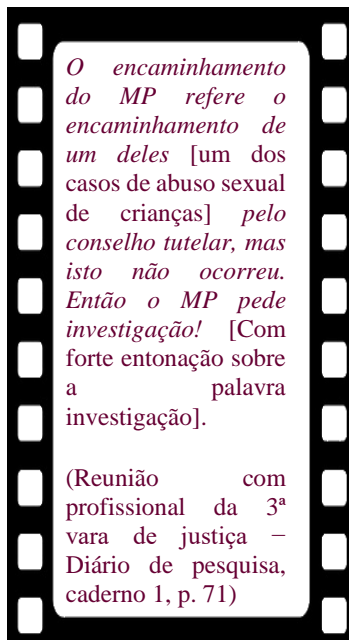
A forma de advir *marionete* é prestando serviços para o SJ, escrevendo laudos, relatórios, entre outros documentos, que deslocam as trabalhadoras do lugar de acompanhar a usuária e as lança ao lugar de avaliar. Nesses momentos as trabalhadoras da AS constituem provas não somente contra si mesmas, mas também contra as usuárias da assistência.

Inúmeras são as situações em que isso ocorre.

Em muitos momentos, o SJ determina que um adolescente das MSE, por exemplo, tem que retornar à escola ou deve fazer uma avaliação psicológica, neurológica, psiquiátrica, entre outras.

Ocorre que as trabalhadoras fazem ligações, estabelecem debates, conversas e encontros com as trabalhadoras das políticas de educação e saúde, em um processo desgastante de buscar recursos onde, muitas vezes, não há. Processo desgastante também, muitas vezes, de convencimento da importância e da urgência, na tentativa de estabelecer uma parceria, pois sabem que um aceite *de má vontade* reverte contra o próprio trabalho e, conseqüentemente, contra a usuária⁵⁶.

A trabalhadora da AS se vê, então, entre o SJ, as outras políticas e as usuárias, no lugar de prestar contas para o SJ do que foi realizado ou não. No caso de alguma demanda do SJ não ser **CUMPRIDA**, é a trabalhadora da AS que deve responder, em uma dinâmica em que, na



⁵⁶ Não se trata aqui de uma crítica às trabalhadoras das políticas de educação e de saúde no sentido de que não desempenham bem suas atividades, mas de ter-se presente que, assim como as trabalhadoras da AS, aquelas outras também se encontram imersas nas mesmas pressões do trabalho contemporâneo e nas precariedades das políticas públicas brasileiras.

maioria das vezes, a justificativa de que a usuária **não deseja** algum tipo de serviço, não é aceita.

Na questão relativa, por exemplo, a avaliações e tratamentos psicológicos e psiquiátricos, a situação se mostra bem mais complexa, já que a adesão da pessoa é condição *sine qua non* para que o próprio tratamento venha a bom termo.

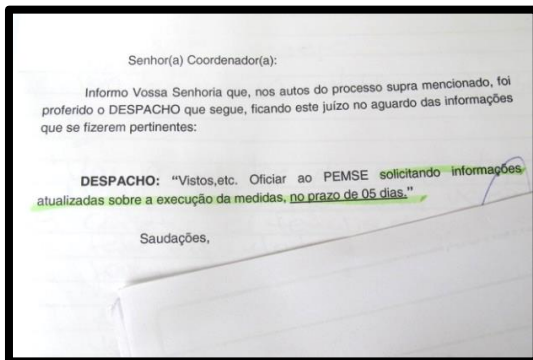


Figura 11: Fotografia produzida pela pesquisadora a partir de documentos do CREAMS (Fonte: Arquivo pessoal).

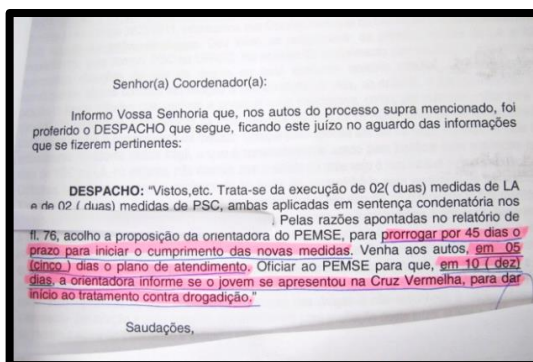


Figura 12: Fotografia produzida pela pesquisadora a partir de documentos do CREAMS (Fonte: Arquivo pessoal).

E, nessa relação, o tempo do SJ é diferente do tempo das trabalhadoras da AS e do tempo das usuárias. O tempo do SJ é o da imediatez da **ORDEM**, do **CUMPRASE**, é o tempo dos documentos e dos papéis. Como diz uma trabalhadora: [...] *hoje se vive uma pauta de tensionamento, cinco dias para responder uma coisa, três para responder outra* (Diário de pesquisa, caderno 2, oficina de fotografia, momento 1, p. 359).

Já o tempo da trabalhadora da AS é o tempo das pessoas. É o tempo do *convencimento*, o tempo de trabalhar, com a usuária, a percepção da

necessidade de determinada avaliação e/ou atendimento e/ou serviço.

O tempo da usuária, por sua vez, é o tempo de ser convencida, de abrir-se para perceber que sua condição poderia melhorar a partir de um determinado atendimento ou serviço, do usufruto de um direito seu. E,

muitas vezes, a usuária **não quer** o serviço a ela oferecido e requisitado pelo SJ.

Pois aí se encontra o deslizamento. O SJ ordena e a trabalhadora deve cumprir a demanda de que um adolescente, por exemplo, retorne à escola ou faça uma avaliação psicológica mesmo que ele não queira. Em que lugar a trabalhadora é instada a estar?

Como na torre panóptica de Benthan (FOUCAULT, 2009b, 2013), a trabalhadora da AS se vê imersa em um “jogo do olhar”, no lugar daquela que exerce a vigilância e pressiona a usuária a cumprir as determinações do SJ. São os olhos das trabalhadoras que veem o que é cumprido ou não. E é a trabalhadora que reporta para o SJ o que é cumprido ou não. Em um desmembramento do par ver-ser visto, a trabalhadora opera o poder do SJ sobre a usuária que não vê de onde ele vem. A luz é toda posta sobre a usuária.

Mas, nesse entremeio, a trabalhadora que vigia a usuária é também vigiada pelo SJ. Se a usuária se cega com a luz que é posta sobre si e não vê de onde ela vem, também a trabalhadora pode se cegar e perder o rumo de sua atuação dentro da AS. Talvez a isso estivesse remetida a fala da trabalhadora, quando disse que *o Judiciário trabalha com o ego das pessoas* (Diário de pesquisa, caderno 1, reunião de equipe, apresentação do projeto de pesquisa, p. 143), fazendo com que elas escrevam o que ele quer ler. Exercício de um poder que crê estar em si, mas não está: *a marionete*.

No anverso de seu papel de propiciar o desenvolvimento da autonomia das usuárias, propalado em inúmeros documentos da AS (BRASIL, 2004, 2005, 2006), a trabalhadora exerce a tutela e a obediência tanto nas usuárias como em si mesma, subjetivando a si mesma e aos outros. No poder jurídico o importante é instalar a obediência não como uma maneira de reagir a uma ordem, não como uma resposta ao outro, mas como um estado permanente (FOUCAULT, 2011). E é esse poder difuso e marcante que as trabalhadoras se veem imersas e convocadas a exercerem.

Sendo jogadas para longe de seu papel de acompanhar e trabalhar a autonomia da usuária, algumas trabalhadoras se veem tomadas de profunda angústia: *Se tem uma coisa que me incomoda profundamente são as audiências porque uma coisa é sentar com uma equipe de oito pessoas e outra são essas audiências que servem para a gente testemunhar* (Diário de pesquisa, caderno 1, reunião de equipe, p. 21). *A gente tem que reafirmar este lugar de que avaliar e acompanhar ao mesmo tempo não é possível!* (Diário de pesquisa, caderno 1, reunião de equipe, p. 20-21).

A fala da trabalhadora mostra o incômodo de estar imersa nessa malha fina em que as práticas jurídicas se colocam no cotidiano e que, ao mesmo tempo, visibiliza outro mecanismo do poder jurídico em que se vê enredada: a avaliação, o exame.

Foucault (2009b, p. 181) diz que “O exame faz também a individualidade entrar num campo documentário”, mostrando-nos que o exame coloca os indivíduos em um campo de vigilância ao inscrevê-lo nesse campo de anotações, documentos, transformando o indivíduo em um “caso”. Assim, o indivíduo transforma-se em efeito e objeto do saber, efeito e objeto do poder, sendo homogeneizado.

Cabe deixar claro que o exame não é prerrogativa exclusiva do sistema de justiça, muito pelo contrário, as ciências humanas dele sempre souberam se utilizar no exercício do saber-poder. Mas o poder jurídico dele se serve, e muito intensamente, em seu enraizamento, coadunando-se com o que há de disciplinar e normalizador nas ciências humanas em geral.

Para Prado Filho (2012, p. 110), a judicialização da vida é correlativa “da patologização das condutas cotidianas e da medicalização da vida”, presentes “no jogo da norma”, que coloca “formas sutis de governo das condutas, modos finos de subjetivação e certa instrumentalização psicológica do exercício do poder”. Esses processos estão relacionados, para o autor, com os procedimentos da prova, do inquérito (e seu correlativo da confissão) e do exame, que foram se constituindo enquanto formas de saber-poder jurídicos na modernidade e se espalhando pelo corpo social. Esses procedimentos dão consistência, na visão do autor, a todo um conjunto de instrumentos da psicologia, tais como processos seletivos, psicodiagnósticos, laudos e perícias, tão presentes no dia a dia da AS.

Operacionalizando, então, o poder jurídico, através de suas próprias técnicas e instrumentos de trabalho, é que as trabalhadoras advêm *marionetes* e se tornam instrumentos da judicialização das vidas das usuárias e de suas próprias vidas, infiltrando as práticas jurídicas e seus instrumentos no viver.

Nesse campo de tensões, o operar na direção da judicialização fica claro quando as próprias trabalhadoras se utilizam do poder do sistema judiciário para fazer pressão perante as usuárias. Em situações em que não sabem mais como *convencer* as usuárias da necessidade de uma determinada atitude ou mudança de comportamento, invocam o nome do Judiciário ou do MP como forma de convencimento, por meio do medo. O medo que elas próprias sentem, por vezes, é utilizado como tecnologia de intervenção para que as usuárias modifiquem suas vidas.

Nesse jogo de fluxos e contrafluxos, as marionetes por vezes fazem movimentos opostos aos indicados pelos fios que buscam tutelar seus corpos. Em outras palavras, também as contracondutas estão presentes. Mais uma vez a estratégia utilizada contra os poderes coercitivos, neste caso do sistema de justiça, é a tentativa de coletivizar algumas formas de trabalho.

Uma importante contraconduta que se fez presente no CREAS foi a estratégia de convidar a juíza da vara da infância e da juventude para, no movimento oposto de ir ao Judiciário, fazer a juíza vir ao CREAS. Com essa atitude, a coordenadora pretendia que a juíza, além de conhecer o espaço físico de um CREAS, suas condições de trabalho e sua equipe, também pudesse ver as usuárias para além de um número de processo. Sua intenção era de mostrar alguns casos e todo o trabalho que eles implicavam, corporificando aquelas usuárias, dando-lhes nome, contexto de vida, as razões para viverem de determinada forma, transformando uma pilha de papel em alguém. Em relação às trabalhadoras, a visita visibilizaria o montante de trabalho, as formas de aproximação e abordagem em relação às usuárias e um pouco das dificuldades envolvidas. Mas a intenção de retirar a juíza de seu lugar habitual refletia também uma vontade de mexer com as relações de poder, de fazer com que a juíza se deslocasse, saísse de seu gabinete e viesse até o CREAS; de fazer com que a justiça *saísse de seu pedestal e circulasse pela vida comum das pessoas comuns* (Fala da coordenadora – Memórias da pesquisadora). Obviamente não se tratou de uma provocação pessoal à figura da juíza que, inclusive, diferentemente de tantas outras, prontamente aceitou o convite. Tratava-se de uma provocação aos poderes instituídos e às formas de relação judicializadas, que subjetivam as trabalhadoras como aquelas que obedecem cegamente ao SJ e colocam seus instrumentos no cumprimento de seus interesses. Interesses estes que nem sempre coadunam com os interesses das trabalhadoras ou da própria população.

Nesse contrafluxo, há um reconhecimento dos movimentos de aproximação que também a juíza fazia na direção do trabalho da assistência e da sociedade em geral. Como apontado no capítulo *Estado social, assistência social e trabalhadoras: entre individualização, biopolítica e judicialização*, o campo jurídico também é um campo tenso e contraditório e não um campo apaziguado. Nele também se encontram oposições, tensões e diferenças. Se por um lado as trabalhadoras da AS reclamavam da postura do SJ, as trabalhadoras do SJ também tinham suas críticas às trabalhadoras da AS, apontando a falta de formação adequada, por parte destas últimas, para conhecer as competências do SJ e responder

a ele. Além disto, o SJ visibilizou suas próprias dificuldades, sua falta de pessoal necessário para desempenhar o trabalho a contento, o que faz com que pressionem a AS no cumprimento de demandas (IPEA, 2015a). Nesse movimento, as trabalhadoras do CREAS reconheceram a disponibilidade da juíza de buscar realizar discussões conjuntas com as redes municipal e estadual de AS e o viam como uma possibilidade de atenuar as durezas vindas do Judiciário na direção da AS, pois o encaminhamento compulsório de um adolescente, por exemplo, para uma escola em que tenha que tomar dois ônibus para chegar, em uma conjuntura em que a família não pode arcar com esse custo, não caminha na direção de seus direitos. Nessa disponibilidade da juíza de estar no CREAS, as trabalhadoras viram como fundamental a possibilidade de ela conhecer o espaço físico, além de *ver que os inúmeros processos, que aquela pilha de papel, na verdade, são pessoas com histórias complexas e difíceis* (Fala da coordenadora do CREAS – Memórias da pesquisadora).

Outra contraconduta bastante significativa também fez contrafluxo não só aos poderes instituídos como também ao processo de individualização. Trata-se de assinar coletivamente aquilo que é construído coletivamente.

Uma grande, intensa e duradoura discussão sobre a relação das trabalhadoras com o SJ gerou a ideia de que todo documento produzido pela equipe deveria ser assinado pela equipe, com a presença das técnicas e educadoras envolvidas no acompanhamento da usuária em questão.

Essa estratégia tinha a intenção de, em primeiro lugar, mostrar que o trabalho da AS não é desempenhado apenas por uma pessoa, mas sempre por uma equipe interdisciplinar que decide e executa conjuntamente as atividades. Em segundo lugar, essa atitude procurou diluir o peso das consequências do não cumprimento das demandas do SJ, exatamente da forma que ele crê ser a melhor. Com essa estratégia, o medo se diluía um pouco e as trabalhadoras conseguiam expor seus contra-argumentos de uma maneira mais clara e tranquila.

Esse movimento demonstrou ainda um contrafluxo ao movimento de individualização imposto pelo SJ, que sempre demanda a assinatura de uma pessoa determinada, a “responsável” pelo caso, como se as responsáveis pelo trabalho produzido não fossem as trabalhadoras enquanto uma equipe.

As assinaturas conjuntas demonstraram uma contraconduta por parte das trabalhadoras da AS não somente porque estavam juntas ali naquele documento, mas porque a construção da estratégia se deu em um espaço-tempo de *entre* que não apagou as inúmeras diferenças de profissões, funções, salários, cargas horárias, poderes, mas foi resultado

de discussões que colocaram em análise e provocaram as individualizações nos processos de trabalho. Sendo assim, essa contraconduta se constituiu como um movimento na direção de uma possível coletivização. Como diz Escóssia (2009, p. 693), “[...] uma política do coletivo não é uma política de soluções duradouras dos problemas, mas uma experiência coletiva permanente de problematizações, identificação dos perigos e escolhas ético-políticas”. E foi a partir de um perigo que a equipe do CREAS se deslocou da demanda individualizante de uma assinatura única. As assinaturas conjuntas contrapuseram os pedidos do SJ para, naquele momento da história das trabalhadoras do CREAS, visibilizar um trabalho realizado por todas e procurar contrapor os poderes jurídicos. Da mesma forma, a visita da juíza propiciou deslocamentos de uma forma corriqueira de trabalho, também operando um deslocamento nos lugares das trabalhadoras em relação a ela, pois uma juíza sem pedestal é estranho, assim como trabalhadoras sem medo do Poder Judiciário é estranho também. E esses estranhamentos podem vir a produzir outras posturas, dizeres, pensares entre Poder Judiciário e trabalhadoras da AS.

Assim é que, entre movimentos de condutas (ser conduzido) e contracondutas, as trabalhadoras vão produzindo seu trabalho, ora se angustiando ao se verem imersas e copartícipes dos processos de judicialização, ora procurando enfrentar seus medos, refletindo e construindo contracondutas aos poderes jurídicos. Nesses jogos, as trabalhadoras procuram arrebentar alguns dos fios que as conduzem como marionetes, rompendo com os movimentos previstos e orquestrados pelo SJ, tecendo movimentos que partem de suas necessidades e da teia de relações complexas nas quais estão imersas.

7 A PRECARIZAÇÃO NOS JOGOS DE INDIVIDUALIZAÇÃO E JUDICIALIZAÇÃO

Era uma vez, em um país não muito distante chamado Brasil, uma trabalhadora da assistência social. De origem humilde, ainda criança, sua mãe trabalhava em casa e seu pai retirava, de seu trabalho, o sustento dos seis filhos. Desde cedo, a trabalhadora sonhava com um mundo melhor onde pudesse não só melhorar sua própria vida, mas também as vidas daqueles que ela pudesse tocar. Na juventude, amparada por seu esposo, foi buscar conhecimento para ajudar os que mais necessitavam. Ansiosa para colocar em prática tudo o que aprendera na faculdade, a trabalhadora passou por inúmeros desafios, como a apresentação de seu currículo e a realização de várias entrevistas, seguindo rumo a seu primeiro emprego em uma empresa terceirizada. A tal terceirizada a enviou para trabalhar em um castelo em um pedacinho menor de um pedaço menor do Brasil, chamado município. Ao chegar ao castelo, encontrou não os grandes salões com que sonhara, mas os pequenos salões onde ratos também habitavam. Mas não só esses animais habitavam por lá e saíam de trás de alguns armários, ousando correr pelos espaços que ela julgava serem dos humanos. Por óbvio, humanos também circulavam por lá! Assim, a trabalhadora encontrou várias colegas, que lá já estavam havia muito tempo. Estas, já um pouco acostumadas com a labuta incessante naquele local e com as maneiras de se relacionar. A trabalhadora queria fazer tudo à risca, exercer tudo o que havia aprendido com suas professoras, usar, em seu dia a dia, palavras como ética e direitos. Mas suas colegas cansadas se diziam sem forças para lutar contra o que a trabalhadora viera a conhecer rapidamente: um tal de clientelismo. Dessa palavra ela ouvira falar nos livros de história de sua profissão. E a trabalhadora não sabia que as palavras saíam dos livros para estarem com pessoas. Então ela viu que as palavras podem sim sair dos livros, pois, em épocas de eleições, momento em que o povo deveria escolher aqueles que iriam representá-lo, os políticos trocavam seus votos por cestas básicas. Ato este que suas colegas não ousavam questionar e ainda firmavam suas assinaturas ao pé das folhas. A trabalhadora começou a ficar perplexa, pois várias foram as palavras que começaram a sair dos livros empoeirados de história para estarem, por aí, à solta, atravessando seu caminho. Pois, além do clientelismo, ela esbarrou no assistencialismo. E quanto mais e mais a trabalhadora procurava executar seu trabalho, mais e mais palavras velhas iam saltando à sua frente! E mais e mais ela tinha dificuldade de encontrar as novas que havia aprendido. Um dia, ela percebeu que uma palavra não tão velha assim, que também havia conhecido nas aulas que frequentara, estivera sempre por ali, à espreita, nos ratos ou no cansaço de suas colegas. Mas não imaginava que essa não tão velha palavra contra ela iria se voltar. Pois um dia, havia três meses que estava no castelo, a precarização reuniu todas as suas forças e entrou pela porta e pelas janelas, como um sopro de ventania, como uma tempestade, e tornou tudo escuro. A trabalhadora não entendia por que seu salário não mais estava lá no final do mês. Com a ajuda de

uma colega apenas, pois as outras estavam cansadas, foi em busca de seu sindicato. E assim começou uma movimentação para retirar o cansaço das cansadas. As seis cansadas que deixaram o cansaço de lado (pois as outras não conseguiram dele se desfazer, já que estavam juntinho ao medo) se reuniram às duas e em busca da subchefe foram. Não o chefe mais chefe, chamado prefeito, mas a chefe subchefe, chamada secretária do pequeno pedaço do pedaço menor do Brasil. A subchefe mandou-as imediatamente voltarem ao trabalho, mas as duas, juntamente com as cansadas não mais tão cansadas, lhe disseram que não voltariam sem as moedas que lhes eram de direito. Depois de muitas conversas entre as trabalhadoras, o sindicato, a subchefe e, depois, o chefe, é que elas puderam voltar a trabalhar recebendo novamente suas moedas. Tais moedas não estavam sendo recebidas porque o pequeno pedacinho do Brasil é que não as repassava para a terceirizada. Pensando que o pior da tempestade, que atendia pelo nome de precarização, havia passado, a trabalhadora voltou à sua rotina. Pois ela nem sonhava que outra batalha a esperava. E esta dizia respeito a uma palavra que ela tanto prezava: a tal ética. Com relatórios sociais violados é que ela se encontrou. De suas mãos eles saíam, falando sobre as coisas mais graves que podem ocorrer com famílias e indivíduos, e das mãos da subchefe passavam para, depois, caírem nas mãos do chefe mais chefe que os assinava. A subchefe de assistência social não muito entendia, pois fora contratada não por sua competência, mas por ser conhecida do chefe. Assim é que, abertos, para suas mãos os relatórios voltavam, para então serem enviados à promotoria, um outro tipo de chefe (mas isso é uma outra história). Depois de algumas conversas com a subchefe, que nada resolveram, a trabalhadora e sua colega tiveram uma ideia: começaram a fazer uma folha de rosto com os dados da pessoa, mas sem toda a história contada. A história iria anexada, mas em envelope lacrado. Pois não é que o envelope lacrado voltou para suas mãos, violado? A trabalhadora e sua colega (que fazia algumas tarefas um pouquinho diferentes) procuraram, então, seus conselhos profissionais. E foi aquele rebuliço! Conselhos profissionais e promotoria de justiça apoiando a ideia das trabalhadoras que passaram, novamente, a enviar os relatórios lacrados e com um artigo do código de ética profissional estampado na folha de rosto. Mas a trabalhadora queria encontrar mais as palavras novas do que as velhas e lá se foi, entregar currículos e fazer outras mil entrevistas, em outro pequeno pedacinho do Brasil. Queria, também, estar em um pedacinho de Brasil mais perto de sua casa e que retribuísse seu trabalho com algumas moedas a mais. Quem sabe encontraria um local sem ratos e com colegas nem tão cansadas? As colegas e a bem pequena chefe do castelo onde trabalhava ficaram tristes, pois a trabalhadora era bem quista por lá (mas a subchefe não ficou triste não!). Mas ela se foi e, novamente, a convidaram para entrar em outro castelo. E a entrada começou com uma bela recepção. Muitas falas bonitas foram feitas pelo dono do lugar onde iria trabalhar. A trabalhadora iria, novamente, para outra terceirizada. Já era final de ano, então a terceirizada ofereceu um belo jantar. A um local bonito ela foi. Ela até mesmo foi buscada, a certa altura do caminho, por uma carruagem moderna que a conduziu à festa. Ela e suas

novas colegas assistiram a um belo filme que mostrava que a terceirizada atuava em muitos pequenos locais do Brasil. Também ganharam lembranças de Natal. Mas dois meses depois... O passe de sua carruagem coletiva ela já não recebia mais, a não ser com quatro, cinco ou quinze dias de atraso. Também suas moedas de final de mês não vinham mais com a frequência que deveriam vir. Quando vinham, estavam com vinte ou vinte e cinco dias de atraso. E a trabalhadora já dependia de seu marido para poder ir trabalhar. Do castelo ela não queria ir embora, pois pensava nos compromissos que assumira com as pessoas necessitadas que acompanhava. De novo suas colegas nada queriam falar, mas a trabalhadora conversou com sua pequena chefe, a do castelo, que conversou com a outra chefe (nenhuma delas subchefe), que quisera conversar com o chefe da terceirizada. Conversas e conversas e, após mais três meses, o chefe da terceirizada lhes disse que o lugar que contratava todas as terceirizadas não estava repassando suas moedas. E lá se foi a trabalhadora conversar novamente com sua pequena chefe, que a apoiou para procurar a outra chefe, a do local que contratava as terceirizadas. Mas esta explicou que as moedas não estavam sendo repassadas porque a terceirizada não estava dando as moedas que deveria dar para o tal de governo. E a trabalhadora continuava seu trabalho de dizer, para muita e muita gente, que tinham seus direitos e deveriam buscá-los. Mas, ao mesmo tempo, ela não recebia os seus, pois não recebia mais o seu passe da carruagem coletiva ou o passe para se alimentar ou, ainda, suas moedas, a não ser com trinta dias de atraso. Por muitas vezes seus passes nem vieram. Mas todos os papéis, dizendo que ela os recebera, vinham para ela assinar! Acostumada com algumas dessas peripécias da tal precarização, a trabalhadora não os assinava. Mas como reclamar, se as dez trabalhadoras que haviam entrado juntas estavam cada uma trabalhando em castelos diferentes? Sua chefe, de dentro do castelo, bem que tentou ajudar. Ela queria lhe dar um desses passes que as pessoas que ela atendia usavam, mas a trabalhadora disse: – Não! Como poderia ela usar algo que faria falta para uma pessoa que ela mesma acompanhava? Assim é que a trabalhadora permaneceu por mais seis meses sem seu passe de carruagem coletiva. O chefe da terceirizada já dizia àquela altura que não queria mais estar junto da contratante das terceirizadas. Porém, a contratante dizia que iria dar uma chance para a terceirizada, renovando seu contrato. Talvez a contratante tivesse receio de perder as dez trabalhadoras que desempenhavam seus trabalhos com tanta gente necessitada. Tempo passa, tempo voa e a trabalhadora viu uma de suas colegas, que havia muito já ia a pé para o trabalho, ameaçada de ficar sem teto para morar. E foi assim que sua colega teve que voltar para o interior. E aquele final de ano não se pareceu em nada com o anterior. Enquanto algumas de suas colegas recebiam suas moedas de final de ano, ela e as outras colegas da terceirizada nada recebiam. Mudou o ano e as coisas continuavam iguais. A trabalhadora, que já havia procurado novamente seu sindicato, foi convidada para uma grande reunião com a chefe do lugar que contrata as terceirizadas e seu advogado, o chefe da terceirizada e o sindicato. A contratante das terceirizadas dizia que já havia passado as moedas para esta, a terceirizada dizia

que iria passar as moedas para as trabalhadoras, mas as moedas, nas mãos das trabalhadoras, não chegavam. Mais um mês se passou e a terceirizada pediu para a trabalhadora e suas colegas irem até a casa de um advogado, cada uma em um horário, onde iriam assinar um papel dizendo que elas iriam embora do castelo. Mas o sindicato disse: – Não! Mas não assinem nada! E lá foi a trabalhadora, que recebeu um papel com tudo bem explicadinho, como se tivesse recebido todas as moedas que deveria ter recebido até então. E “não” ela disse! Assim é que foram todos parar no juiz: a contratante das terceirizadas, a terceirizada, o sindicato e a trabalhadora. Até hoje, dois anos e meio depois, a trabalhadora ainda não viu suas moedas, mas tem esperança de vê-las porque o juiz mandou a contratante da terceirizada pagá-las. O dono da terceirizada fechou as portas, não pagou as moedas que deveria pagar para o dono do prédio onde funcionava e abriu outra, com outro nome e em várias cidades continua contratando trabalhadoras e prometendo castelos. Hoje a trabalhadora continua trabalhando em outro lugar, sempre em busca das palavras novas que aprendeu, mas já não acredita mais em castelos e sim numa luta diária para devolver o assistencialismo e o clientelismo para os livros de história. Sua crença hoje é também no lugar que a ajudou a defender aquilo que acredita, as palavras direitos e ética. Hoje, a trabalhadora procura dar para suas colegas aquilo que recebeu em um momento em que muito precisava: o apoio daquilo que se chama sindicato. Sua esperança é que, um dia, a palavra precarização fique cada vez mais acuada, encurralada em um canto, pela reunião das trabalhadoras em defesa de seus próprios direitos. [Embora sob a forma de fábula, essa história foi, por mim escrita, em sua totalidade, a partir de fatos reais retirados de uma entrevista concedida pela trabalhadora em questão no dia 20/05/2016. Outros fatos extremamente importantes que envolvem a ética, o aviltamento de direitos e a precariedade foram relatados nessa entrevista, mas não puderam constar na fábula sob risco de as pessoas envolvidas serem identificadas. A entrevista consta em um arquivo digital de voz e um escrito, à parte do diário de pesquisa. Após a entrevista, em 29/08/2016, enviei três questões à trabalhadora, via rede social, sobre o entorno mais geral de sua vida – sobre o porquê da escolha do curso superior realizado, os empregos anteriores ao CREAS desde sua formatura e sobre sua origem social. As respostas foram enviadas pela mesma rede social, em forma de áudio, e posteriormente por mim transcritas no mesmo arquivo da entrevista. Tais perguntas tinham a intenção de situar melhor sua história apresentada aqui em forma de fábula].

Ao escutar a história de vida profissional dessa trabalhadora, logo me veio à cabeça a ideia de contar seu percurso através de uma fábula ou de um conto. A fábula, por seu caráter ficcional, se opõe à realidade. O conto de fadas também se produz nessa direção. Nessas duas formas

literárias existe algo mágico, que se afasta da realidade. E foi a isto que essa trajetória me remeteu: a algo surreal, do campo do sonho, da imaginação, ou seja, do absurdo. E por ser do campo do absurdo é que ela choca e faz emergir a força de sua existência. A história sobre a trabalhadora não apresenta os animais falantes das fábulas ou as fadas madrinhas dos contos, embora mantenha a alusão à magia de castelos e de palavras que saem de livros. Assim, mantém o absurdo em seu cerne. E é através de seu absurdo que tal história coloca um holofote sobre uma intensa força presente, constantemente, no trabalho do CREAS e da AS em geral, que é a precarização. Em seu desfecho, não há a moral esperada em uma fábula, pois não se trata, nesse caso, de uma moral, mas de um movimento apontado pela trabalhadora protagonista, que retrata as condições vivenciadas pelas trabalhadoras do CREAS ao longo da pesquisa.

A fábula nos guia, então, por um percurso que vai da precarização em direção aos movimentos de resistência⁵⁷ operados pelas trabalhadoras, percurso este em que a judicialização encontra-se transversalizada.

Para melhor compreensão sobre a precarização no trabalho da AS, trago algumas informações gerais sobre esse processo, que ocorre no trabalho em geral, para, após, relatar o que me foi possível ver nas relações de trabalho no CREAS.

Do ponto de vista internacional, a partir da década de 70 e 80, a lógica globalizada de mercado passou a pressionar na direção de uma competitividade máxima, tendo por consequência a necessidade de aumento da rentabilidade do capital e a diminuição dos salários e dos encargos sociais. O desemprego em massa e a precarização das relações de trabalho passou a atingir não apenas diversas categorias sociais como também as relações intracategoriais, atingindo quadros de mesmo nível de qualificação. Essa conjuntura causou um abalo nas organizações conjuntas das trabalhadoras por meio de sindicatos, já que a solidariedade intracategorial se transformou em concorrência entre iguais. Em relação

⁵⁷ Para Foucault (2006d) a resistência é um outro termo nas relações de poder que não se constitui como lugar único de recusa. Daí a necessidade de se falar em resistências, no plural, segundo o autor. Enquanto multiplicidade, as resistências estão presentes em toda a rede de relações de poder. Como já dito anteriormente, no âmbito da presente tese, optei por trabalhar com a ideia de contraconduta, por serem formas de resistência que tensionam práticas e maneiras de conduzir os sujeitos. Nessa visão, as contracondutas constituem-se como possibilidades para que os sujeitos sejam agentes de sua própria subjetivação, a partir de modos de condução que não sejam os da obediência incondicional (FOUCAULT, 2008; GRABOIS, 2011).

à produção, ocorreu uma individualização das tarefas que impôs mobilidade, adaptabilidade e disponibilidade da parte das trabalhadoras, em uma flexibilização do trabalho que trocou as grandes linhas de produção pela responsabilização de pequenas unidades ou até mesmo de indivíduos sobre o produto. O resultado dessa dificuldade de organização conjunta de profissionais é um processo que desembocou na individualização e insegurança das trabalhadoras. Cada vez mais, cada trabalhadora passou a ter que dar conta, individualmente, de seu percurso profissional descontinuado, em um contexto de concorrência exacerbada, sob constante ameaça de desemprego e conseqüente insegurança. Nas décadas seguintes, a globalização do mercado atingiu também o Brasil, trazendo conseqüências semelhantes para suas trabalhadoras.

A precarização, conseqüência das modificações na organização do trabalho no período pós-fordista⁵⁸ (após década de 80), bem como da diminuição de custos na produção à custa dos direitos das trabalhadoras, tem uma correlação direta com a terceirização e com os contratos temporários. A terceirização, por sua vez, é uma prática de gestão do trabalho que tem por objetivo um processo de descentralização das empresas (AQUINO et al., 2016). Tal prática se caracteriza por uma relação de vínculo trabalhista em que o empregado é contratado como um prestador de serviços, apenas por um espaço de tempo ou em uma parte delimitada do processo produtivo. Também ocorre de empresas contratarem outras empresas para suprirem partes de seu processo de produção, dessa mesma forma. A conseqüência é que, em um mesmo local, encontram-se trabalhadoras com salários, cargas horárias e direitos trabalhistas diferenciados. Enquanto dimensão permanente das sociedades capitalistas, a precarização, conseqüência, entre outros fatores, da terceirização, tem se constituído como um ataque ao Estado social (LOPES, 2011).

O Brasil é um país caracterizado por um mercado de trabalho heterogêneo, em que formas precárias de trabalho se apresentam de longa data. Mas após a década de 90, ocorreu, segundo Toni (2007), a intensificação dos processos de precarização em função de fatores como:

⁵⁸ O fordismo é um modo de gestão do trabalho que teve início no período da Revolução Industrial, caracterizado pela adoção de princípios científicos na organização do trabalho com vistas à maximização da produção e, conseqüentemente, dos lucros das empresas. O fordismo era caracterizado pela segmentação, especialização e normatização do trabalho, sendo que as trabalhadoras que fugissem às prescrições eram consideradas indesejadas (AQUINO et al., 2016).

o aprofundamento da reestruturação produtiva; a inserção abrupta na globalização (sem uma discussão de monta entre a sociedade), a opção por políticas neoliberais como o questionamento do papel do Estado e o incentivo às privatizações com ênfase na flexibilização das relações de trabalho.

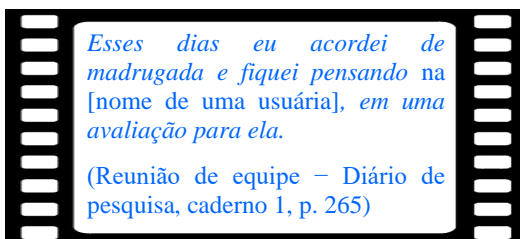
No CREAS foi possível ver que, como força intensa, a precarização se comporta como o ar que toma todos os espaços, fazendo-se presente em todos os momentos do trabalho, na relação das trabalhadoras com a própria política de AS, na relação das trabalhadoras com as usuárias, nas relações entre as trabalhadoras e nas relações das trabalhadoras com seus próprios direitos.

Longe de estabelecer uma relação causal linear com os processos de judicialização, a precarização encontra-se presente de forma subreptícia e constante no cotidiano das trabalhadoras, entrelaçando-se sutilmente com a judicialização. No trabalho da AS a precarização se mostra de forma insidiosa, em pequenas ou grandes faltas materiais e de condições de trabalho, mas encravada como um aviltamento de direitos das próprias trabalhadoras. Sua relação com os processos de judicialização é sutil, mas forte.

Uma lista infundável de precariedades materiais, observadas no CREAS, que atrapalham e, muitas vezes, impedem o andamento do trabalho, poderia ser citada aqui. Muitas dessas faltas foram visibilizadas durante uma reunião de equipe da qual participou a supervisora da FASC, pessoa responsável pelos equipamentos de baixa e média complexidade da região. Em tal reunião, a supervisora procedia o monitoramento, repassando com a equipe os dados a serem preenchidos em um formulário. Pois em momentos como esse, de avaliação, as faltas costumam ficar muito evidentes e foi o que ocorreu na referida reunião. A falta do carro por um período de sessenta dias, dificultando ou impedindo visitas domiciliares, algumas abordagens de rua, contatos com outros equipamentos e com outras equipes é um dos exemplos. No momento em que foi feito o levantamento do número de vales de fotografia concedidos para os adolescentes das MSE, a supervisora alertou a equipe para a importância de que ocorresse o registro não somente de quantos vales foram concedidos, mas também do número de vales pedidos e não concedidos por falta de recursos. Com essa advertência, o número saltou de zero para quatorze.

Quando a coordenadora do CREAS comentou o recebimento de um recurso que havia sido encaminhado recentemente e a necessidade de a equipe refletir muito bem a respeito de suas necessidades, o material para oficinas foi citado. Nesse momento uma trabalhadora revelou que os

materiais para a última oficina ocorrida, realizada com as usuárias do BE, foi comprado com seu próprio dinheiro. Outras faltas, ainda, como o recebimento de cinco BE perante os quinze pedidos, ou a falta de passagens intermunicipais que viabilizariam o retorno de uma jovem, em situação de rua, para sua cidade natal, foram emergindo. À medida que essas pequenas grandes faltas foram aparecendo, foram também sendo visibilizadas as condições precárias de trabalho e a sobreimplicação das trabalhadoras (ALTOÉ, 2004; BARROS, R., 1997; COIMBRA; NASCIMENTO, 2004; LOURAU, 1993).



Travestida de comprometimento e participação, a sobreimplicação extrai sempre um *a mais* das trabalhadoras, exige uma identificação com a organização, docilizando

corpos e serializando subjetividades (BARROS, R., 1997).

A sobreimplicação faz com que as trabalhadoras, em alguns momentos, impulsionadas pelo acúmulo de tarefas e pela urgência, procurem cobrir as constantes faltas, sobrecarregando-se. Desse movimento advém o sobretrabalho. Acontece que o grande risco da sobreimplicação é justamente o de um ativismo que dificulta a capacidade de pensar a multiplicidade, dificultando também o potencial criador. Ao se focarem no *o que se faz* (ou *o que deve ser feito*), as trabalhadoras perdem de vista o *para que se faz* e o que se produz com o trabalho (COIMBRA; NASCIMENTO, 2004).

Mas essas corriqueiras, por vezes pequenas e outras vezes grandes, faltas cotidianas, que fazem as trabalhadoras se emaranharem na sobreimplicação, emergem de uma falta maior que diz respeito à própria AS e aos modos de trabalho contemporâneos.

Castel (2003) nos mostra a relação existente entre a proteção social e a insegurança e que estes não são dois registros contraditórios, mas dois registros que fazem parte de construções complexas e frágeis que estão imersas na relação entre as expectativas de proteção construídas socialmente e a capacidade efetiva de uma sociedade fazê-las funcionar.

Como já vimos anteriormente, o ideário liberal falha em aplicar um conjunto de relações contratuais entre indivíduos supostamente livres e iguais, pois acaba por excluir todos aqueles (a maioria das trabalhadoras) cujas condições de existência não lhes aportem a independência social necessária para entrar de forma paritária nessas relações contratuais. Por

consequência falha também em garantir a autonomia dos indivíduos e a igualdade de seus direitos. A missão de manter o equilíbrio social fica, então, a cargo do Estado Social, que procura dar conta de algo que, na verdade, se mostrou muito difícil com as transformações do capitalismo, principalmente depois da crise da década de 70 e se mostra impossível por ter uma contradição em sua base. Tal contradição diz respeito a uma justaposição antagônica de Estado forte para colocar em ação a proteção social e um Estado mínimo para regular as relações econômicas (CASTEL, 1995, 2003).

No quadro de trabalhadoras do CREAS existiam, à época da pesquisa, 22 trabalhadoras, sendo apenas 6 efetivas, que entraram através de concurso público, e todas as demais eram contratadas de cinco diferentes conveniadas⁵⁹, que alocaram suas trabalhadoras no CREAS. Entre as trabalhadoras que exerciam a função de técnica social, cinco eram efetivas, sendo que havia mais quatro trabalhadoras vindas de empresas conveniadas. Tais trabalhadoras encontravam-se vinculadas à AS sob diferentes formas de contrato, cargas horárias e salários, mas todas poderiam exercer a função de técnico social e até mesmo de referência de algum serviço, pois possuíam formação para tal. Entre as educadoras sociais, três possuíam formação universitária, mesmo a exigência para a função ser de ensino médio, e duas estavam cursando a universidade. As outras três possuíam formação em nível de ensino médio. Dessas oito educadoras sociais, quatro provinham de uma conveniada e quatro de outra. Essa pequena descrição já evidencia as enormes diferenças de formação, de contratação e de condições de trabalho para as mesmas funções. Outro fator ainda agravava a situação: o fato de diferentes conveniadas pagarem diferentes salários para a mesma função de educadores sociais, aumentando ainda mais as disparidades.

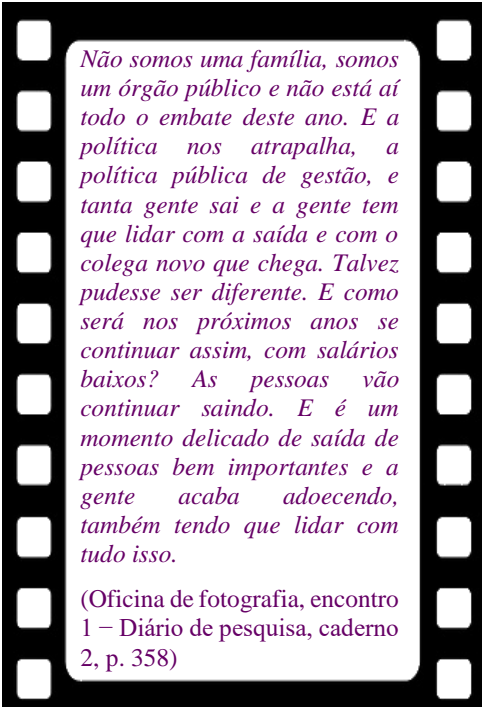
Esse quadro por si só bastaria para tensionar as relações entre as trabalhadoras. E essa tensão pairava no CREAS. Esse assunto nunca foi trazido em reuniões durante o período de minha presença no local, mas me foi falado em pequenas conversas de corredor, em momentos em que as desigualdades apareciam. A tensão se fazia presente quando se colocava em questão o querer ou não participar da contribuição financeira para uma festa interna, por exemplo, momento em que a força das diferenças salariais se mostrava, marcando algumas disparidades

⁵⁹ Forma como são chamadas as terceirizadas, em geral organizações privadas de interesse público, que estabelecem contrato de prestação de serviços com a FASC, colocando seus recursos humanos a serviço dos equipamentos da AS.

financeiras e até mesmo de local de contratação. Quando, por exemplo, um grupo inteiro, originário de uma determinada conveniada, resolveu não contribuir é que a seguinte frase emergiu, visibilizando as diferentes condições relativas às contratações: – *Não entendo por que eles não querem contribuir, eles até ganham mais que a gente pra fazer a mesma coisa. A gente que ganha menos sempre entra no racha.*

No final do ano de 2013, ocorreu a saída de quatro trabalhadoras do CREAS. Duas delas eram educadoras e mudaram de conveniada em busca de melhores salários. Outras duas eram técnicas que haviam ajudado a constituir o CREAS, portanto, trabalhadoras significativas para a história do local. Uma delas foi convidada a participar do quadro da FASC, o que teve incidência não só em seu salário, mas também em um aumento de responsabilidade e maior visibilidade. A outra foi chamada em um concurso público, em que teria aumento de salário, entre outras vantagens. A situação mostra que as quatro trabalhadoras saíram do local em busca de melhores salários e melhores condições de trabalho. Nenhuma delas expressou qualquer contrariedade com as atividades desempenhadas no CREAS ou com as colegas e, muito pelo contrário, todas demonstraram satisfação com as tarefas que desempenhavam, bem como com o contato com as usuárias e em estar na equipe. Duas delas demonstraram até mesmo dificuldade em tomar a decisão de partir.

A saída dessas trabalhadoras gerou outra conversa de corredor sobre as disparidades salariais e sobre a consequente rotatividade, em que educadores e técnicos saem de uma conveniada para outra, em busca de melhores condições salariais. Essa rotatividade gera grande instabilidade no quadro e prejudica a continuidade das atividades, quebrando



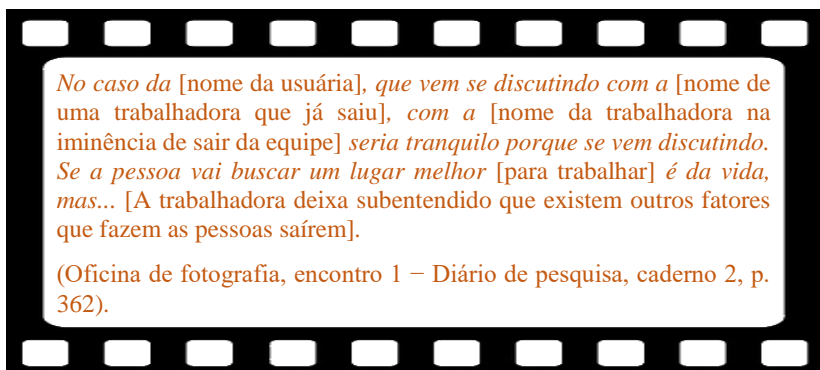
Não somos uma família, somos um órgão público e não está aí todo o embate deste ano. E a política nos atrapalha, a política pública de gestão, e tanta gente sai e a gente tem que lidar com a saída e com o colega novo que chega. Talvez pudesse ser diferente. E como será nos próximos anos se continuar assim, com salários baixos? As pessoas vão continuar saindo. E é um momento delicado de saída de pessoas bem importantes e a gente acaba adoecendo, também tendo que lidar com tudo isso.

(Oficina de fotografia, encontro 1 – Diário de pesquisa, caderno 2, p. 358)

vínculos entre as trabalhadoras e também entre trabalhadoras e usuárias, ameaçando o trabalho com a descontinuidade de um serviço em que o conhecimento técnico é importante, mas também as relações são fundamentais.

A oficina de fotografia, realizada durante a pesquisa, se constituiu como um momento de reflexão mais consistente sobre a preocupação com a saída de várias colegas em um curto espaço de tempo e suas consequências: a sobrecarga de trabalho para quem ficou; o tempo e energia despendidos na adaptação de novos colegas e no processo de passagem dos casos acompanhados. Ou seja, mais trabalho acumulado.

O aumento da carga de trabalho sobre aquelas que ficavam pôde ser visto como sendo gerado pela própria política e pelas condições precárias de trabalho e aqui são trazidas no discurso de diversas trabalhadoras.



Ao mesmo tempo em que a equipe vivenciava a saída conjunta das quatro colegas, vivenciava também a situação descrita na fábula inicial, em que uma trabalhadora exercia sua função sem receber o vale transporte, o vale alimentação e até mesmo seu salário. Um trecho da entrevista realizada com tal trabalhadora demonstra a importância da relação trabalhadora-usuária, bem como o peso dessa relação na decisão de não sair do CREAS⁶⁰ e ficar trabalhando em uma situação de sobreimplicação e de extrema precariedade para si mesma:

P: E por que foi difícil se desligar do CREAS?

⁶⁰ Algumas das forças que incidem na relação trabalhadoras-usuárias constam no capítulo *A trama pobreza-assistencialismo-tutelamento-culpa e os braços do judiciário*, na página 75.

T: Foi difícil porque assim... eu tinha uns 20 casos, né, que eu atendia... eu tinha mais de 20 casos porque eu tinha 10 famílias do PAEFI que ainda ficou comigo mesmo eu passando pras MSE. A [nome da coordenadora] não me deixou desvincular pelo trabalho que eu tinha com aquelas famílias [rindo, me parece, da sobrecarga] e tinha mais toda a demanda dos adolescentes, né. Daí eu tinha que tá avisando cada... chamando os familiares e dizendo que, até então... na semana seguinte eu não estaria mais, que eu estava me desligando do CREAS, que eu tinha que sair, enfim, não tinham que saber os motivos...

[...]

T: Sim. E daí passei os casos pra ela e pra outra colega e daí nesse meio tempo eu tive que fazer esse desligamento, fazer o atendimento com os usuários e dizer do meu desligamento e foi bem difícil por causa do vínculo. E até hoje também, eu fico pensando: enquanto que a AS se preocupa com o vínculo dos usuários [...] porque tinha uma situação que eu tentava não chorar porque eu não tenho que chorar na frente dos usuários, né, eu tentava ser bem transparente pra falar, mas é que é bem difícil todo trabalho que tu tinha de confiança, de vínculo e quebrar a confiança do usuário, né.

P: Mas por que que tu te sentia quebrando a confiança?

T: Porque tinha todo um trabalho pela frente para seguir, eu tinha passado para um outro colega que tava ingressando, com o qual eles não teriam o vínculo e como é que seria essa relação? E meio que se perdeu algumas coisas.

P: Sim, tu sentiu quebrando e não fazendo uma passagem.

R: Isso. Não fazendo essa passagem. Teve umas... umas usuárias que se agarravam em mim guria e choravam. [...] e ela “não [seu próprio nome], não [seu próprio nome]” e se abraçava e segurava minhas mãos e chorava, as usuárias, “eu vou perder mais uma vez, eu não posso perder, já perdi muito” [citando a fala da usuária]. Isso se for falar a questão dessa confiança. E a [nome da colega

que iria continuar o atendimento dessa usuária] encheu os olhos d'água e eu tentando não chorar e não chorei.

[...]

T: Como a usuária tava chorando e meio que se ajoelhava “Eu preciso saber onde tu vai, eu preciso ir atrás de ti” [citando fala da usuária], “não, eu vou prum outro espaço onde eu não vou mais trabalhar com o atendimento do PAEFI, mas tu precisa estar aqui” [replicando sua fala], fiz toda... falei da importância da continuação do acompanhamento dela e das crianças, tinha uma questão de abuso muito forte e ela uma pessoa em uma situação gravíssima, a usuária né. Ela era difícil de se vincular com os técnicos, né. Então eu senti que fiz um bom trabalho com ela e com as crianças, né.

[...]

T: Assim, ela foi violentada, essa usuária, quando adolescente, o qual se repetiu com a filha dela adolescente de 11 anos, com o companheiro. Além da pobreza e da extrema miséria, morava num local insalubre, que era indigno de qualquer ser humano, com três filhos né, analfabeta, com uma questão de saúde mental também, prejudicada, e ela viu, talvez, em mim, uma salvadora.

L: Tábua de salvação assim...

R: É. E como ela conseguiu... até na própria rede ela não conseguia se vincular e comigo, consegui fazer um trabalho com ela, um acompanhamento, ela se vinculou e conseguiu se abrir... Ela tava até querendo voltar a estudar no EJA, eu tava conseguindo ver trabalho pra retornar ao mercado de trabalho, os filhos já estavam tudo encaminhado no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, já com acompanhamento de saúde mental, principalmente a questão da menina que foi abusada, né, então, assim... tinha muita coisa, né... que a gente conseguiu com ela e com as outras famílias. De eu ter conseguido, né, no meu atendimento. Enfim, então pra ela assim foi uma lástima e ela chorava, chorava muito e a [nome da colega que iria acompanhá-la] disse assim, subiu e disse “[...] eu não sei se eu vou conseguir, manter o vínculo”. E ela não foi mais.

P: Não foi mais?

T: Se perdeu o trabalho. Até inclusive esses dias eu tava andando no T4 [linha de ônibus de Porto Alegre] indo pra [nome da organização onde trabalha atualmente], adivinha quem tava dentro do ônibus: a menina, a [nome da menina].

[...]

T: E eu tava assim... e ela “[seu próprio nome]!”. Ela que me viu, eu nem tinha visto a menina. Veio e me abraçou “ah, minha mãe tá com saudade, onde tu mora?” [citando a fala da usuária]. “ahh, eu moro um pouquinho longe daqui” [replicando sua resposta], né...

P: Complicado né?

T: “Aonde que tu tá? A gente quer te procurar pra tu começar a atender nós, nós não tamo mais indo lá no acompanhamento” [citando a fala da menina usuária]. E eu fiquei bem triste né quando eu soube. Mas “ah, mas tu continua indo...” [sua fala para a menina] “Não, tô indo pro SASE⁶¹, né” [resposta da menina usuária]. Ela disse, pro centro de convivência. “mas que bom, não sai, volta, continua estudando...” [fala da trabalhadora para a menina usuária] e isso era de manhã cedo dentro do ônibus e ela falando alto, porque ela falava alto a menina, e eu disse “não... mas que legal, que bom te ver...” [sua fala para a menina]. “Nós tamo com muita saudade, depois que tu não foi mais a mãe foi duas vezes e não foi mais lá no CREAS. A gente quer saber onde que tu tá. Até a mãe queria saber” [fala da menina usuária para a trabalhadora]. “Não, mas é que hoje eu tô num outro trabalho que eu não trabalho mais assim diretamente com as pessoas. Eu tô trabalhando com idoso, mas diz pra tua mãe continuar no acompanhamento, procurar uma AS, manda um abraço pra ela e pro teu irmão também, teu irmãozinho”, então, assim, imagina... quando alguém me encontra na rua eles se agarram assim

⁶¹ O SASE – Serviço de Apoio Socioeducativo é um serviço de apoio pedagógico e psicossocial que atende crianças e adolescentes de 6 a 14 anos, com o objetivo de garantir proteção social para crianças vulneráveis econômica e socialmente e é desenvolvido no turno inverso ao da escola.

em mim sabe... às vezes eu não vejo e me chamam assim, na rua sabe. Porque as pessoas circulam né. [...]

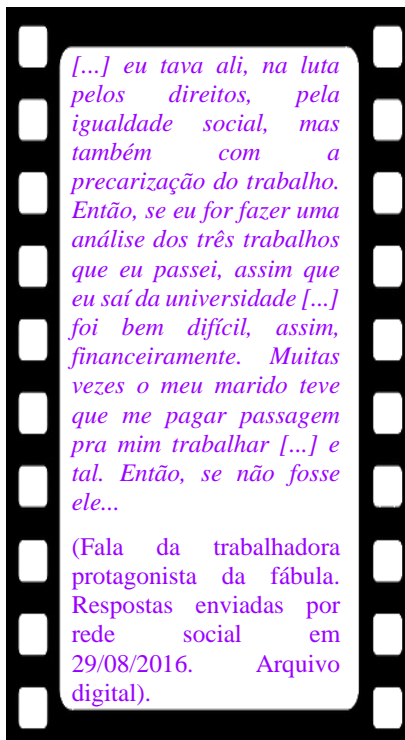
R: Então essa... essa... pra mim acho que foi um, uma perda assim, uma quebra de vínculos e isso eu falei com o [nome do presidente da FASC], como presidente, no momento que... eu sei que a gente não vai ficar pra sempre né, no CREAS, mas não é pra ser daquela forma... e como que ficam os casos atendidos, né... com os acompanhamentos, das pessoas que realmente necessitam, né. E é preciso ter, dar essa continuidade, né. Então, todos os casos que eu passei, muitos casos não retornaram ao CREAS [Entrevista realizada em 20/05/2016. Arquivo digital].

Esse trecho de entrevista mostra a força da sobreimplicação no trabalho e sua incidência nas decisões da trabalhadora sobre seu próprio destino. A resolução de permanecer em um trabalho extremamente precário, no caso da trabalhadora protagonista da fábula, teve como fator fundamental a preocupação com as usuárias e com o não esfacelamento dos vínculos. Sua saída do CREAS acabou ocorrendo quando a situação já havia chegado ao limite e não era mais possível de ser sustentada. Para Pichon (2004), se por um lado as trabalhadoras sociais devem ter em conta a relação que constroem com as usuárias na condução da ação social, por outro, não deveriam assumir a carga dos problemas coletivos e individuais com os quais se defrontam. Mas, muitas vezes, é isso o que ocorre com as trabalhadoras da AS, visibilizando não apenas a intensidade da sobreimplicação, mas também outro momento em que a individualização pesa sobre elas, fazendo com que procurem dar conta, sozinhas e individualmente, de algo que deveria estar a cargo de toda a política de AS.

Outra força, ainda, que visibiliza a precariedade, separa as trabalhadoras e acirra o processo de individualização pode ser vista. As diferenças entre concursadas e celetistas não só trazem a marca das diferenças salariais e contratuais, mas expõem outra força que perturba as relações, que é o medo das trabalhadoras vindas das empresas terceirizadas perante o desemprego. Essa diferença ocorre porque as trabalhadoras concursadas possuem estabilidade no emprego, e as celetistas, não. As trabalhadoras celetistas vivenciam o fenômeno que Castel (1995) nomeia como “desestabilização dos estáveis”, ou seja, de uma instabilidade que está posta não somente para trabalhadoras sem

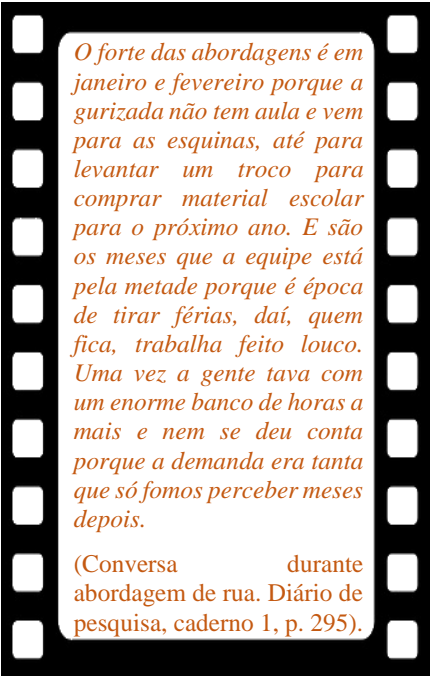
qualificação profissional, mas também para quem tem certa qualificação e que, mesmo assim, tem um emprego que pode ser perdido a qualquer instante diante da insegurança característica dos modos de produção e trabalho. Sem seus empregos com estabilidade garantida em lei, as trabalhadoras contratadas por empresas terceirizadas, quando em uma situação como a da protagonista da fábula, se veem na mesma insegurança e lançadas à própria sorte, como tantas das usuárias que acompanham. Assim é que elas sentem na própria pele que a precarização é intrínseca à dinâmica do trabalho no capitalismo, que uma qualificação não garante empregabilidade (CASTEL, 1995) e que seu próprio trabalho falha em dar suporte a quem precisa. No lugar de quem precisa de proteção, elas percebem que, ao mesmo tempo em que não estão no lugar de necessitadas, ou seja, “não necessitam o bastante” para receberem da assistência social, também não têm o bastante para suprirem todas suas necessidades. Além disso, elas são lançadas na concorrência entre colegas.

As trabalhadoras também sentem, em sua própria pele, a falha do Estado em garantir o direito ao trabalho digno e, na falta deste, à habitação, ao transporte, à alimentação, como ocorreu com a colega da protagonista da fábula, que precisou voltar para o interior, pois não tinha condições de se manter em Porto Alegre sem receber seu salário. Já a trabalhadora protagonista da fábula pôde se manter à custa da ajuda de seu marido. Mas elas não estão em um lugar qualquer e aprenderam que devem defender os direitos das usuárias. Desta maneira as trabalhadoras são perversamente colocadas no lugar de defender os direitos das outras pessoas sem terem os seus próprios resguardados. Muito sentimento de indignação, mas também de impotência e fracasso é o que isso gera.



Nessa conjuntura ficam evidentes as circunstâncias que acabam por transformar as trabalhadoras em concorrentes umas das outras e a consequente individualização, pois estão todas imersas no mercado disputando os mesmos postos de trabalho.

Embora o desemprego seja sentido de diferentes formas por diferentes grupos sociais, resistir à “prova do desemprego” não é algo fácil, pois ele tem por consequência uma série de incidentes cumulativos que perpassam a interrupção da trajetória profissional, a diminuição de recursos, a ruptura de laços conjugais e familiares, o isolamento progressivo e até mesmo a marginalização (SCHNAPPER, 1994). Consequência estas que as trabalhadoras conhecem, mesmo que permaneçam de forma sub-reptícia interferindo nas relações. Além disso, a superação da “prova do desemprego” não diz respeito às capacidades individuais de cada pessoa, mas de uma rede social que lhe dê suporte (SCHNAPPER, 1994). Como podemos ver através da história da trabalhadora protagonista, essa rede é falha e deixa as trabalhadoras desempregadas em uma situação de vulnerabilidade e as trabalhadoras ativas com medo do desemprego, o que pode vir a interferir não só na saúde mental delas (AQUINO et al., 2015), mas também em suas capacidades de fazer um enfrentamento às situações que as ameaçam.



O forte das abordagens é em janeiro e fevereiro porque a gurizada não tem aula e vem para as esquinas, até para levantar um troco para comprar material escolar para o próximo ano. E são os meses que a equipe está pela metade porque é época de tirar férias, daí, quem fica, trabalha feito louco. Uma vez a gente tava com um enorme banco de horas a mais e nem se deu conta porque a demanda era tanta que só fomos perceber meses depois.

(Conversa durante abordagem de rua. Diário de pesquisa, caderno 1, p. 295).

Além do lugar de insegurança e de aviltamento dos próprios direitos, as trabalhadoras vivenciam, ainda, outra forma de precarização que emerge em suas falas o tempo todo. Tal forma de precarização é o excesso de demanda de trabalho.

No quesito quantidade, a distribuição de casos que entram para acompanhamento é sempre um sofrimento e porta certo constrangimento entre colegas e uma sensação de ter que dar conta de uma demanda que já é exorbitante, pois uma trabalhadora não se sente à vontade para recusar um caso por saber que todas as suas colegas já estão

A gente precisa colocar no papel o que representa vinte famílias! [...]. Dá quase 100 pessoas! Tem certa visibilidade que o monitoramento não dá!

(Reunião de equipe – Diário de pesquisa, caderno 1, p. 150-151)

sobrecarregadas. Sendo assim, não se trata de distribuir os casos de forma que cada uma fique dentro do limite estabelecido pela política, mas de *quem está com menos*.

Esse dilema se coloca entre não poder recusar os casos gravíssimos que chegam para atendimento nem deixar que uma colega tenha mais casos do que outra. Assim é que a demanda vai sendo distribuída, sempre acima da capacidade do que as trabalhadoras deveriam acolher.

Trabalhadora 1: – A gente sempre tem a sensação de que não se fez tudo o que tinha que ter feito.

Trabalhadora 2: – Porque não esgota?

Trabalhadora 1: – Porque é infundável!

(Reunião de técnicos - Diário de pesquisa, caderno 1, p. 33).

O receio do aumento da demanda, já enorme, é tão grande que, mediante a visibilização da qualidade de seu trabalho, a equipe recua e tenta se invisibilizar. Durante uma reunião de equipe, as trabalhadoras discutiram o fato de, mesmo sob a adversidade do excesso de trabalho, realizarem suas tarefas com qualidade e darem conta de demandas complexas e difíceis. O fato é que a visibilização do trabalho bem realizado faz com que sejam identificadas pelo SJ como *as que fazem*. Esta visibilização traz por consequência um aumento de encaminhamentos de casos que lhes dizem respeito, mas também de casos que não lhes dizem respeito, pois seriam de outras regiões. Na intenção de que suas próprias demandas sejam cumpridas é que o SJ encaminha para o CREAS tudo o que pode.

Trabalhadora 1: – Estou muito a fim de me reunir porque são vários casos. Eu tô com 14 casos ativos, mais abordagem social. São moradores de rua referenciados a mim. A gente não consegue parar e quando consegue é mais um desabafo. Chega num ponto do dia que a gente não consegue nem pensar!

Trabalhadora 2: – Eu tô até gostando de lavar a louça! Tem sido um alívio começar e fazer tudo [referindo-se a começar uma tarefa e conseguir termina-la].

Trabalhadora 3: – Eu levo relatório para fazer em casa porque aqui é uma muvuca. Outro dia era vinte para meia noite quando enviei um relatório para a [nome da coordenadora].

Trabalhadora 2: – Eu só escuto isto! [nome trabalhadora 1] com quinze casos, [nome trabalhadora 3] com quatorze, eu com quatorze.

Trabalhadora 3: – E não é só relatório, tem visita, reunião... Mas eu sento e faço. Meu marido não gosta. Mas eu tenho que terminar! Quando passo para [nome da coordenadora] me dá um alívio!

Trabalhadora 2: – E são coisas decisivas porque decidem a vida do outro [...].

(Reunião de técnicos - Diário de pesquisa, caderno 1, p. 23-24).

Nessa mesma reunião, as trabalhadoras aventaram, então, a possibilidade de não se evidenciarem tanto, sendo que, desta maneira, se invisibilizariam e evitariam o aumento de demanda de trabalho por parte do SJ. Ora, a precarização sob a forma de falta de pessoal para dar conta da demanda excessiva faz com que as trabalhadoras vejam o excesso de demanda, que se sobrepõe ao olhar, deixando em segundo plano o reconhecimento pelo trabalho de qualidade. Desta forma o reconhecimento fica turvado e o medo de terem mais trabalho a realizar permanece no foco principal. Nesse movimento, impulsionadas pelo medo de um excesso, de uma demanda já excessiva, as trabalhadoras se

fecham sobre si mesmas, procurando se invisibilizar, se apartando e se isolando, afastando-se de uma relação de diálogo qualificado com o SJ.

Trabalhadora 1: – Quero dar a notícia que recebemos casos. A gente vai fazendo e fazendo e vamos sendo identificados como os que fazem e desemboca tudo aqui. O caso da [nome da usuária] é da Lomba, que foi passado pelo chefe do cartório para promotoria e os colegas [nome do colega] e foram fazer a visita. Não é caso daqui, é da Lomba. Também recebi um mandado de intimação para uma audiência para tratar de [nome de um adolescente] e eu nunca ouvi falar. Vamos ter que fazer a justificativa e dizer que não é nosso. Ainda veio outro por ofício. [Cita o nome].

Trabalhadora 2: – Tem que mandar o mapa da nossa região, mas daí... Vão nos achar! Tem como não receber? [Referindo-se aos casos]

Trabalhadora 1: – Não tem como. Vem por oficial de justiça, então, tem que fazer um escrito oficial. Estamos na vitrine do fórum [nome do fórum]. Conversamos com [nome da pessoa] e agora está anunciando por aí que tudo é maravilhoso aqui. [...]

Trabalhadora 3: – Acho que tu deve esperar para ser chamada pelo MP e não ir até eles.

As trabalhadoras discutem sobre o *lugar do impossível*, sobre o fato de estarem atendendo à demanda e acabarem ficando com ela.

(Reunião de equipe – Diário de pesquisa, caderno 1, p. 9-10).

Nessa situação é possível ver que tanto uma equipe quanto a outra desejam que suas demandas sejam cumpridas e ambas se sentem premidas pelo excesso e pela precarização em um jogo em que uns arremessam e outros rebatem.

O jogo não estanca para se falar de como ele transcorre. Um jogo em que defender-se do sobretrabalho afasta as equipes da análise das

dificuldades de ambos os sistemas, da demanda impossível de ser abarcada e das necessidades e das formas de trabalhar de cada um deles.

Ora, se o coletivo é algo que emerge no plano relacional, que desfaz binariedades, pois significa entrar em ressonância com o outro nas suas diferenças (ESCÓSSIA; KASTRUP, 2005), o movimento de retração das trabalhadoras pode prejudicar a possibilidade de troca com os órgãos do SJ. Se coletivizar não é apenas estar junto ao outro, mas ser um “entre” para deixar emergir a criação, a partir de um plano relacional (BARROS, R., 1997, 2013; ESCÓSSIA, 2009, ESCÓSSIA; KASTRUP, 2005); estar junto ao outro é um movimento importante e possibilitador para se chegar a fazer-se coletivo, pois “O estar diante dos outros pode disparar movimentos inesperados porque é desconhecido – não somente enquanto experiência, como também enquanto modo de experimentar” (BARROS, R., 1997, p. 188).

E é essa oportunidade de abrir-se a novas experimentações a partir da relação com o outro que, nesse movimento de fechamento, as trabalhadoras perdem de vista. Além disso, a possibilidade de colocar em análise, com os órgãos do SJ, questões como excesso de demanda e demandas equivocadas fica em segundo plano. E é dessa análise e desse encontro que criações e novas formas de lidar com as necessidades das usuárias poderiam emergir.

Como diz Escóssia (2009, p. 692), a função de transversalização é uma das funções que permite acessar o plano instituinte e está relacionada à comunicação, e “[...] ampliar a comunicação é uma experiência que se inscreve no plano de produção de coletivos”. Da mesma forma a equipe se afasta da função transdutiva que, ao incluir sujeitos e analisadores, permite a análise de processos de trabalho, jogos afetivos e relações de poder. Através dessas inclusões, a função transdutiva possibilita contágios, encontros e transformações.

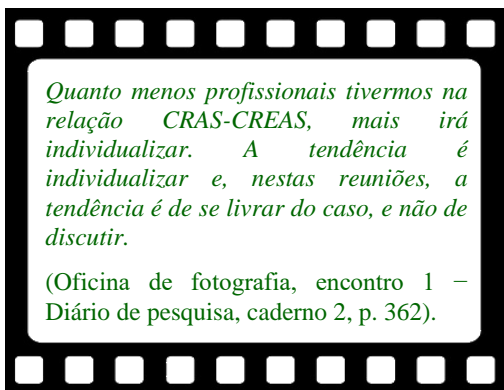
Sendo assim, movidas pelo medo do excesso de demanda, ao se afastar e se apartar da relação com o SJ, a equipe se afasta também da possibilidade de comunicação e de análise da relação entre os dois sistemas, assim como dos processos de trabalho envolvidos. Consequentemente, a equipe se afasta de uma oportunidade de coletivização.

O excesso de demanda a ser atendida configura-se não somente enquanto quantidade de casos, mas também em termos de complexidade. Além disso, a expectativa de toda uma sociedade de que a AS resolva todos os problemas dos desfavorecidos advém também como um excesso. Corriqueiramente a mídia veicula matérias sobre moradores de rua, adolescentes em conflitos com a lei, idosos ou mulheres vítimas de

violência, entre outros temas, que exercem pressão sobre a administração municipal e, conseqüentemente, sobre as trabalhadoras da AS. Como elas dizem, há uma enorme expectativa social sobre o nome *especializada*.

Em relação à complexidade, as trabalhadoras colocam repetidamente que nunca sabem o que irá emergir de um caso quando começam a acompanhar. Somente à medida que criam vínculo e começam a trabalhar com a usuária é que um caso que dizia respeito à violência doméstica, por exemplo, passa a implicar tantas outras coisas graves como abuso sexual infantil, trabalho infantil, problemas de habitação, problema alimentar, problemas de saúde em vários membros da família e envolvimento com tráfico de drogas, por vezes da família inteira. Tal complexidade coloca as trabalhadoras em uma situação de necessidade de intervenções que é impossível darem conta sozinhas enquanto indivíduos, ou sozinhas enquanto equipe.

Todos os excessos citados são impossíveis de serem abarcados e, por isso, figuram enquanto precarização, gerando sensação de fracasso.



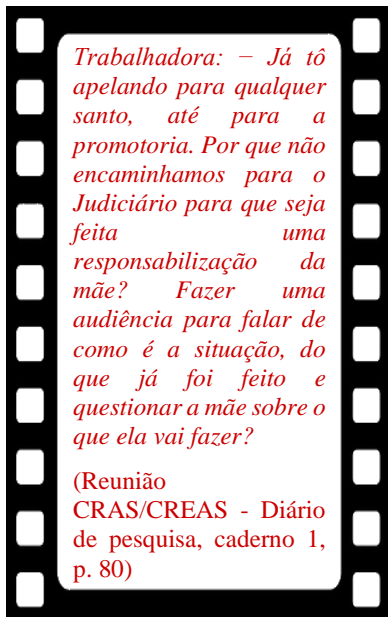
Entram, então, nesse jogo da precarização, aspectos como a falta de pessoal suficiente; a quantidade exacerbada de casos; a complexidade dos casos que gera enorme demanda de trabalho em acompanhamentos que perduram por anos, atravessando gerações, muitas vezes. Tais

fatores, reunidos à elevada expectativa da sociedade, fazem com que, em alguns momentos, o trabalho perca exatamente na discussão em profundidade.

Tal situação, por sua vez, leva a um processo de reindividualização, reculpabilização e judicialização, pois quando a troca entre as trabalhadoras ou entre as equipes não é realizada, a tendência é de aferramento às prerrogativas das leis e das regras e de não reflexão sobre as contingências específicas de cada caso. Se o coletivo emerge entre dois planos distintos e inseparáveis, que são os planos dos instituídos e dos instituintes (ESCÓSSIA; KASTRUP, 2005), ao se aferrar aos instituídos, as forças coletivizadoras são obturadas. Nesse movimento é que a sensação de fracasso retorna porque as trabalhadoras

se sentem fazendo mal seu trabalho. Também a sensação de solidão emerge. Um círculo vicioso que se fecha sobre si mesmo, em torno das trabalhadoras.

Em situações em que a impotência se instala com força é que



inclusive o recurso de fazer pressão sobre as usuárias utilizando o nome do Poder Judiciário ocorre. O mesmo poder que sobre elas, trabalhadoras, é usado e por elas sentido e ao qual procuram fazer uma contraforça é utilizado como forma de pressionar as usuárias na direção do que gostariam. Tal ação é diferente do esclarecimento, que ocorre quando as trabalhadoras explicam para as usuárias quais as consequências de suas ações (ou não ações) e quais as possíveis reações do SJ. Sob a pressão de uma demanda complexa, em meio ao excesso de demanda, as trabalhadoras se sentem impotentes e se utilizam do SJ e de seus mecanismos como forma de pressão.

Mas essa reação não compõe na direção de uma coletivização AS-SJ-usuária, pois a usuária é apartada do processo. Além disso, a possibilidade de estar no “entre” é prejudicada, pois é o plano das relações que é atingido. O processo criativo é igualmente prejudicado. O que ocorre é uma adesão aos contornos bem marcados do indivíduo, idêntico a si mesmo, aderido às prescrições. Ao mesmo tempo em que ocorre uma sutil utilização dos mecanismos judicializantes. Isso ocorre porque há a sensação de que não foi feito o suficiente e a sobreimplicação forma uma cortina de fumaça, impedindo que as trabalhadoras problematizem o conjunto dos fatores envolvidos nessa dinâmica. Uma dinâmica em que a individualização leva à judicialização, e a judicialização leva à individualização.

E a terceirização entra nessa dinâmica enquanto elemento fundamental.

Para Boltanski e Chiapello (1999), a terceirização, ao fazer conviver em um mesmo local de trabalho, diferentes formas de vinculação a ele, ocasiona dualizações dos assalariados, bem como a

constituição de uma mão de obra de reserva em constante precariedade. A consequência é um medo difuso, por parte das trabalhadoras terceirizadas, mais potente que a hierarquia de chefias e que leva à docilidade e à grande intensidade de trabalho, ou seja, à sobreimplicação já mencionada. O processo de individualização somado com as vantagens diferenciais entre as trabalhadoras e o medo do desemprego faz com que estas se coloquem livremente em tarefas prescritas (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 1999). Ou seja, essas forças fazem com que as trabalhadoras se aferrem às prescrições e, eu diria, às práticas jurídicas de controle do próprio trabalho, da população e de si mesmas. Isso ocorre porque todas as forças que impedem as práticas circunstanciadas e complexas intensificam as forças judicializantes. Sendo assim, precarização, individualização e judicialização se entrelaçam em um mesmo fluxo que se infiltra e acirra os mecanismos de controle, tensionando contra a coletivização e contra o trabalho ético, pressionando na direção de seguir as prescrições apenas.

As trabalhadoras se coadunam então com o fluxo individualizante ao se invisibilizarem, e com o fluxo judicializante ao utilizarem o SJ como moeda de troca na pressão sobre as usuárias.

Se em alguns momentos as trabalhadoras se veem acuadas perante as intensas forças de reindividualização, reculpabilização e judicialização, na grande maioria das situações elas buscam estratégias para fazer frente a essas pressões. Tais estratégias passam sempre por abrir espaços de discussão em conjunto, em diferentes níveis. Em nível interno, realizar reuniões de técnicas sem sentir que isso seria uma falta de democracia em relação às educadoras (por estas não participarem, já que existem responsabilidades diferentes em relação ao trabalho de uma técnica); refletir constantemente sobre o papel da AS, suas possibilidades e limites; criar espaços para *cuidar do cuidador*, espaços em que possam trocar, falar de suas experiências e de como se sentem. Espaços estes possibilitadores de influências recíprocas, que podem se transformar em espaços de ultrapassagem da dimensão normativa, portanto de amplificação do agir e de emergência do coletivo (ESCÓSSIA, 2014).

Mas as trabalhadoras sabem que a intervenção em um nível interno à equipe do CREAS deve ser acompanhada de estratégias em outro nível, com os outros equipamentos da AS e com outras políticas. Nas falas das trabalhadoras emerge a necessidade de uma intervenção nas relações com outras organizações e na própria política de AS. Repensar as relações baixa-média-alta complexidade de forma conjunta, colocar em questão a precarização em cada um desses níveis é importante para a equipe do CREAS. Para elas, essa estratégia traria como resultado um movimento

de não culpabilização entre os níveis e de percepção da precarização da política como um todo. Outra estratégia é pensar o conjunto das políticas públicas em discussões com a saúde, a educação e a habitação. Outra, ainda, é a participação nos fóruns de discussão e a participação nas demais esferas de defesa das trabalhadoras. Questões como a distribuição da riqueza no país, a diminuição da pobreza e o impacto de sua não redução sobre a AS, a melhoria dos serviços públicos para a população de baixa renda são questões para serem discutidas entre as trabalhadoras das diversas políticas públicas e nos fóruns de trabalhadoras. Contracondutas que poderiam pressionar na contramão dos processos de precarização, individualização e judicialização.

Se por um lado a precarização, as forças de individualização e judicialização tensionam contra a coletivização, por outro, há um esforço constante para operar contracondutas que fortaleçam esse processo. E, entre essas, tanto contracondutas internas quanto externas são constituídas. Saídas que possibilitem a discussão da política como um todo, bem como ações que defendam os direitos das trabalhadoras são construídas. Como na fábula, em que a trabalhadora protagonista, através de sua própria vivência, chega à conclusão de que a reunião das trabalhadoras em um conjunto voltado para a discussão e o auxílio mútuo nas questões que dizem respeito ao aviltamento de seus direitos é fundamental, também no CREAS esse movimento é apontado inúmeras vezes. A participação nos sindicatos das categorias profissionais partícipes da AS, bem como os momentos de reunião possíveis para discussão da política como um todo são frequentemente apontados como uma contraconduta importante, tensionando contra as forças de precarização, individualização e judicialização.

Ao se colocarem nesses múltiplos espaços de interesses comuns, mas também de intensa heterogeneidade é que as trabalhadoras propiciam oportunidades de relações outras e de um fazer coletivo, oportunizando um espaço de criação, onde aquilo que se cria não estava nem em um termo nem em outro, não estava nem na equipe de trabalhadoras, tampouco naqueles com os quais se relaciona, mas emerge a partir desse plano relacional que constitui ao mesmo tempo todos os presentes na relação. Como diz Regina de Barros (2013, p. 310), “A presença de outros, como expressão dos mundos possíveis; a presença de outro como duplo em seu movimento de desidentificação, criam passagens para o trabalho analítico desnaturalizador [...]”. É a esse movimento que as trabalhadoras do CREAS se dispõem quando aceitam os riscos de entrarem em contato com a diversidade, com a análise da própria política e de seu próprio trabalho. As soluções são da ordem da complexidade,

não estão e nunca estarão prontas porque não são duradouras, são contingentes. Mas as trabalhadoras do CREAS se dispõem a problematizar as forças em jogo e o que produzem, tensionando a individualização ao compreender que o trabalho só é possível na construção conjunta, no entremeio das diferenças.

8 HISTÓRIA E MEMÓRIA COMO CONTRAFLUXO À INDIVIDUALIZAÇÃO-CULPABILIZAÇÃO-JUDICIALIZAÇÃO: (RE)CONSTRUÇÕES NA OFICINA DE FOTOGRAFIA

O contexto que possibilitou a realização de uma oficina de fotografia com as trabalhadoras do CREAS foi o momento de saída de quatro trabalhadoras em um mesmo período de tempo. Como consequência de tais saídas ocorreu o receio de desarticulação de vários serviços e acompanhamentos, bem como uma intensificação da demanda de trabalho sobre aquelas que ficavam. Tal intensificação aumentava, ainda mais, a precarização por falta de pessoal. O convite da coordenadora para olhar as fotografias existentes mostrava o quanto as visualidades já estavam presentes naquele local. As fotografias eram produzidas, pelas trabalhadoras, como registros de momentos a serem fixados, por serem vistos como significativos na constituição da história do CREAS. No momento do convite percebi que a oficina de fotografia poderia vir a ser uma intervenção para auxiliar a equipe a (re)ver sua própria história e a se (re)fazer naquele momento difícil de saída de trabalhadoras históricas e entrada de novas.

De meu mergulho na enorme coleção de fotografias e consequente conversa com a coordenadora para seleção, categorização e escolha de quais imprimir resultou outra coleção. Essa coleção, a ser utilizada na oficina, por mim foi tomada como um cristal bruto que espelhava (WOHLFARTH, 1986) a trama de relações presente no trabalho da equipe do CREAS. Tal como uma *chiffonnière*, uma catadora/colecionadora⁶² (WOHLFARTH, 1986), é que vi nas fotografias a possibilidade de reinvenção de uma história em um momento em que o presente pesava e o futuro se encontrava ameaçado. A partir desse olhar é que foi feita a proposta de realizar a oficina de fotografia.

O primeiro momento da oficina ocorreu em uma reunião de equipe, sendo que a pauta daquela manhã estava dividida entre a discussão sobre

⁶² Partindo de Benjamin, Wohlfarth (1986) traz a figura do *chiffonnier*, do catador/colecionador, como aquele que deambula pela cidade para catar pequenos restos de tecido de onde outras coisas serão produzidas. Para ele, o mundo está presente em cada um de seus objetos, sendo assim, cada objeto, até mesmo os restos, dizem algo do mundo. O *chiffonnier* é aquele que coleciona os detritos da história, os restos, dando voz aos que não a têm.

o monitoramento⁶³ e a realização da oficina. Em meio às discussões sobre o monitoramento, dois cartões de presentes, com escritos de boa sorte nas mudanças de trabalho, circulavam para serem assinados por todas as trabalhadoras. Tratava-se dos cartões a serem dados, durante um almoço de despedida, naquele mesmo dia, para duas trabalhadoras que já estavam em processo de saída, uma delas referência de um serviço do CREAS, sendo que ambas haviam ajudado a fundá-lo. Portanto, tratava-se de trabalhadoras que haviam estado presentes durante todo o percurso e a história do CREAS até aquele momento.

Ao se depararem com as fotografias espalhadas ao chão, foi



Figura 13: Oficina de fotografia, encontro 1, momento de olhar (Fonte: Arquivo pessoal).

impossível para as trabalhadoras do CREAS acolherem o pedido de que olhassem apenas, em silêncio. Aos poucos os cochichos começaram a brotar. As trabalhadoras começaram a circular com as imagens nas mãos para mostrá-las à(s) colega(s) ou discretamente chamavam alguma(s) colega(s) até o local onde estavam para verem uma fotografia juntas.

⁶³ A elaboração e a implementação de planos de monitoramento e avaliação que permitam a mensuração da eficiência e eficácia das ações previstas nas PPAS foram deliberadas na I Conferência Nacional de AS, em 1995, na IV Conferência Nacional, em 2003, e foram previstas na PNAS, de 2004. Tal monitoramento e avaliação foram previstos a partir de um sistema oficial de informações que possibilitasse a visibilização das ações da AS, baseado na transparência, na participação e no controle social. Tal sistema de informação permite ainda a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos, a fim de contribuir para a formulação da política (BRASIL, 2004).

Lágrimas começaram a surgir nesse momento. Mas sorrisos e memórias também surgiram.

Entre os cochichos, foi possível escutar: – *O que é isto? Um machucado?* – *Sim, é o sr. [nome do usuário], tivemos que levar para o hospital, lembra? Este curativo tem toda uma história. Um dia inteiro de investimento e de trabalho para se chegar neste curativo.* Ou: – *Olha a [nome de uma usuária significativa e marcante para a equipe do CREAS, tendo em vista a complexidade do acompanhamento].* Escutei ainda entre os cochichos: – *Olha a [nome de uma ex-trabalhadora], que trabalhou conosco, que saudades!*



Figura 14: Oficina de fotografia, encontro 1, momento de olhar (Fonte: Arquivo pessoal).



Figura 15: Oficina de fotografia, encontro 1, momento de olhar (Fonte: Arquivo pessoal).



Figura 16: Oficina de fotografia, encontro 1, momento de olhar (Fonte: Arquivo pessoal).



Figura 17: Oficina de fotografia, encontro 1, momento de registrar (Fonte: Arquivo pessoal).

Após o momento de olhar, pedi que as trabalhadoras registrassem, nas folhas de papel pardo, palavras, pequenas frases ou desenhos, que expressassem o que lhes tinha sido possível ver nas fotografias. Nesse momento emergiram 90 palavras/expressões/grafismos. Tais palavras e expressões estavam relacionadas, em sua enorme maioria, a algum tipo de afeto. Muitos deles foram citados mais de uma vez.

Afetos estes que visibilizavam as intensidades pelas quais as trabalhadoras foram tomadas ao olharem as imagens.



Figura 18: Partes dos cartazes construídos pelas trabalhadoras durante a oficina de fotografia, encontro 1, momento de registrar (Fonte: Arquivo pessoal).

Após um momento de silêncio, perante o pedido de que falassem sobre o que haviam visto e escrito naquele momento inicial da oficina, a primeira parte da frase que soou foi: – *Eu vi uma história* [...]. A segunda trabalhadora a falar começou sua fala dizendo: – *Fotografias sempre trazem lembranças* (Oficina de fotografia, primeiro momento – Diário de pesquisa, caderno 2, p. 355).

Ainda afetadas pelas intensidades que circularam durante os momentos de olhar e escrever, as trabalhadoras centraram suas falas nas questões afetivas que diziam respeito aos relacionamentos da equipe,

daquilo que as reunia, ao relacionamento das trabalhadoras com as usuárias como também a muitas lembranças. As trabalhadoras viram o cuidado que a colega teve ao fotografar a usuária; a proximidade entre trabalhadoras e usuárias e também com a comunidade; os momentos de aprendizagem conjunta; o trabalho duro e competente que fez a diferença na vida de tantas usuárias; as situações de aviltamento extremado de direitos; a saudade das colegas que já haviam ido embora.

Mas, após esses primeiros minutos da conversa, a fala de uma trabalhadora deslocou completamente o sentido do debate. Ela disse que, apesar de todos os afetos presentes e expostos, a equipe não era uma família, mas sim um órgão público. A trabalhadora complementou dizendo que não estavam expressos, naquele momento, todos os embates que haviam tido durante o ano, como a saída de inúmeras colegas em um mesmo momento, como consequência dos baixos salários, tampouco as interferências da estruturação da própria política de AS sobre o trabalho.

Essa fala foi o disparador para a abertura da discussão na direção de muitos temas que preocupavam a equipe e já circulavam pelo CREAS em suas reuniões. A partir desse momento, a equipe começou a fazer um passeio pelas temáticas mais importantes que lhes tocavam. Entre esses temas: a relação do CREAS com o sistema de justiça e as formas possíveis de alterar tal relação; o temor da solidão no trabalho e o processo de individualização; a importância de realizar um trabalho conjunto tanto dentro da própria equipe como na relação com outros equipamentos da AS e outras políticas; a precarização; a história de assistencialismo e benevolência da assistência social brasileira e a culpa presente nas trabalhadoras; e a relação com as usuárias. Tais temáticas foram resgatadas no segundo momento da oficina, em outro dia, e se juntaram a outras como: a relação do CREAS com inúmeras outras políticas e entidades; a relação do CREAS com a PPAS e como operar mudanças; o momento da equipe; bem como o trabalho desenvolvido desde a criação daquele serviço. Temáticas estas que foram abordadas nos capítulos anteriores da presente tese.

Eu, como pesquisadora-interventora, vi nessas trabalhadoras uma equipe catadora/colecionadora (WOHLFARTH, 1986) de imagens de seu próprio cotidiano. Imagens estas que, como rastros, inscreviam “[...] a lembrança de uma presença que não existe mais e que sempre corre o risco de se apagar definitivamente” (GAGNEBIN, 2006, p. 44).

E foi a sustentação do olhar sobre essa coleção de fotografias, sobre esses rastros, o que pretendi no primeiro momento da oficina de fotografia. Para Barthes (1984), uma das práticas (ou intensão ou emoção) da fotografia é o suportar. Sustentar o olhar sobre uma fotografia pode

trazer efeitos inusitados. Como diz Prudente (2012), o convite a sustentar o olhar sobre fotografias pode provocar rupturas na dinâmica dos contextos de trabalho, pois “sustentar um olhar é ter uma posição reflexiva” (PRUDENTE, 2012, p. 65-66). Ver e falar sobre fotografias, a partir de uma visão agonística, propicia a reflexão sobre os fluxos de poder em que elas estão imersas e sobre os regimes de visibilidade de um estrato histórico que nos possibilitam ver algumas coisas e não ver outras (DIAS, 2016; TITTONI, 2009). Esse processo permite olhar, de outra forma, aquilo que tanto se vê.

Nesse movimento de sustentar o olhar, o sujeito tem a possibilidade de reconfigurar tanto o que vê como a si mesmo, inventando o mundo e se reinventando, reinventando seu trabalho e seu lugar de trabalhadora. E, na coleção de fotografias produzidas por elas próprias, ao longo do tempo, um percurso, a construção de um trabalho e uma forma de trabalhar foi o que as trabalhadoras viram.

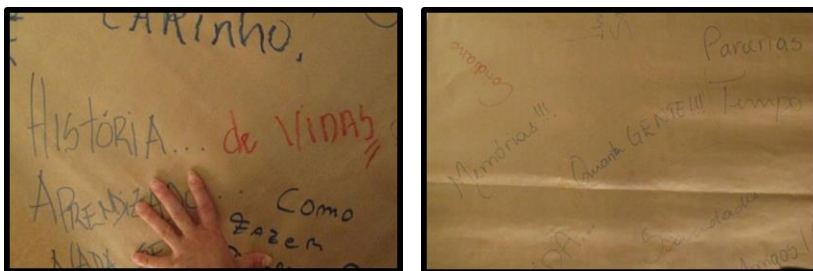


Figura 19: Partes dos cartazes construídos pelas trabalhadoras durante a oficina de fotografia, encontro 1, momento de registrar (Fonte: Arquivo pessoal).

Tratava-se de fotografias-restos (WOHLFARTH, 1986) e rastros (GAGNEBIN, 2006, 2014), testemunhos de vidas a ocupar gavetas (e os arquivos digitais) que o excesso de atividades impedia de abrir. A oficina de fotografia nesse caso contribuiu para abrir as gavetas e os arquivos e visibilizar as imagens ali guardadas, quiçá esquecidas, para, através das visibilidades e dizibilidades que emergiram nos momentos da oficina, (re)construir, em ato, a própria história daquele grupo.

Se o passado só marca sua presença no momento em que é reconhecido, oportunizar rever a própria história é fazer história, pois “Articular historicamente o passado não significa ‘conhecê-lo como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela lampeja no momento de um perigo” (BENJAMIN, 2000, p. 2, tradução minha). E o CREAS corria perigo, o perigo de ter sua equipe

desmantelada, sua história esquecida e seus personagens e feitos dispersos. Nos momentos da oficina de fotografia o grupo pode, então, em um tempo “saturado de agoras” (BENJAMIN, 2000, p. 6, tradução minha), reinventar sua história.

A oficina de fotografia operou, em conjunto com outras situações, como átimos de integração dos novos, de despedida dos antigos e de reconstrução de uma história.

A possibilidade de rever a própria história, concretizada com a oficina de fotografia, foi importante para a equipe. Pesquisadora e trabalhadoras assumiram o lugar de coletadoras/colecionadoras de restos (WOHLFARTH, 1986) e rastros (GAGNEBIN, 2006, 2014), de marcas de um trabalho que persiste ao longo do tempo não como um igual que permanece, mas como algo que se transforma em cada circunstância, em cada momento. E se transformou, também, no ato mesmo da oficina de fotografia.

Uma construção conjunta da memória, em que rememorar não quer dizer lembrar tudo o que ocorreu, do jeito que ocorreu, mas agir sobre o presente a partir da reconstrução das vivências do passado (GAGNEBIN, 2006, 2014; PENIDO, 1989).



Nessa equipe foi a (re)construção da própria história e da própria memória o que se colocou como um “entre” durante a oficina de fotografia.

Quer dizer, a (re)construção da própria história e memória da equipe se colocou como a criação que só é possível em um plano relacional produtor de sentidos (ESCÓSSIA, 2009; ESCÓSSIA; KASTRUP, 2005), forjado na relação entre as trabalhadoras e seu próprio trabalho. Quando a equipe se permitiu estar no “entre”, permitiu-se estar em um processo de coletivização, pois no entrecruzamento entre o plano das formas e o plano das forças, na relação entre sujeitos e trabalho, os

dois termos foram se constituindo em um movimento de criação (ESCÓSSIA, 2009; ESCÓSSIA; KASTRUP, 2005).

O “entre” incide na linha subjetivação-indivíduo não só através das conexões entre pessoas diferentes, mas também entre diferentes modos de existir, criando campos de confrontos, de interrogações e de criações (BARROS, R., 1997, 2013). E essa equipe habitou o “entre” na medida em que pode produzir algo, que resguardou as diferenças individuais que existiam e, ao mesmo tempo, gerou uma criação que não está em um ou no outro ou no próprio trabalho, mas entre todos (ESCÓSSIA, 2009; ESCÓSSIA; KASTRUP, 2005).

Os encontros da oficina de fotografia contribuíram para que todas pudessem visualizar que o trabalho era de cada uma e ao mesmo tempo de todas; que cada uma deixa uma marca singular e inigualável, mas que esta compõe uma trama maior, somente possível coletivamente. Elas viram que, no trabalho, *fica um pedacinho de cada uma que já se foi* (Oficina de fotografia, momento 1 – Diário de pesquisa, caderno 2, p. 355), e que a marca de algumas pessoas que lá estiveram, lá se mantém; que a saída de uma pessoa não rompe, necessariamente, com os movimentos que ela ali constituiu em seu trabalho.

A partir, então, das fotografias-dispositivos de memória, a oficina se colocou como uma intervenção produtora de um processo de coletivização na equipe do CREAS e, portanto, contribuiu para um processo de resistência às forças individualizantes.

Ao colocar-se como força de resistência às forças individualizantes, a oficina de fotografia se constituiu, também, como força de resistência ao intrincado e sutil, porém não pouco intenso, como já dissemos, circuito de individualização-culpabilização-judicialização.

Permitindo transitar por todas as principais temáticas que diziam respeito ao trabalho no/do CREAS, pela retomada das contracondutas já existentes e oportunizando a criação de novas, a oficina de fotografia visibilizou e possibilitou, ainda, outro movimento, que foi a (re)constituição de um saber-fazer.

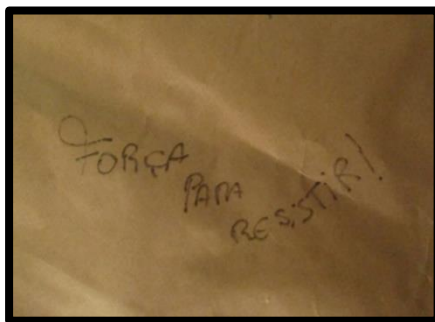


Figura 20: Parte dos cartazes construídos pelas trabalhadoras durante a oficina de fotografia, encontro 1, momento de registrar (Fonte: Arquivo pessoal).

Escóssia (2014, p. 192) diz que “[...] uma política do coletivo deve se constituir simultaneamente como uma ética coletiva capaz de se contrapor a uma moral paralisante, baseada em normas cristalizadas”. Para a autora, o ato ético estaria presente nos momentos em que é possibilitado “entrar em relação com outros, inscrevendo seus atos na rede de outros atos”, havendo “um poder de amplificação, de propagação e ressonância” (ESCÓSSIA, 2014, p. 193).

Mais do que retomar os assuntos afeitos ao CREAS, a oficina foi um espaço de herança, de passagem de um saber-fazer das antigas para as novas. Um saber-fazer não de técnicas e procedimentos, mas de como ser. Através das reflexões constituídas em ato, as antigas trabalhadoras exercitaram, com as novas, uma forma de reflexão. Elas exercitaram, ainda, uma atitude de pensar o próprio trabalho, de pensarem a si mesmas nele e, ainda, na amplitude e complexidade das relações desse trabalho com o trabalho de interlocutoras. Pois a equipe do CREAS exercitou com suas novas trabalhadoras um saber-fazer ligado à construção em ato de reflexões, de estratégias de trabalho e de contracondutas, no ato mesmo da oficina.

Se “[...] uma política do coletivo não é uma política de soluções duradouras dos problemas, mas uma experiência coletiva permanente de problematizações, identificações de perigos e escolhas ético-políticas” (ESCÓSSIA, 2014, p. 194), a equipe do CREAS mostrou a suas novas integrantes como é estar nessa política e constituir escolhas perante os perigos que aparecem.

É um “cuidado de si” enquanto “inquietude de si”, enquanto algo que perturba o sujeito e que o impulsiona na direção de uma transformação de si, o que as trabalhadoras passam como delicada herança a cada trabalhadora nova que chega. Trata-se de uma atitude geral em relação a si mesmas e ao mundo, “um certo modo de encarar as coisas, de estar no mundo, de praticar ações, de ter relações com o outro”. O cuidado de si é, também, uma “forma de atenção, de olhar” e, ainda, elemento propulsor de ações práticas de si para consigo, que levam à transformação de si (FOUCAULT, 2006b, p. 14).

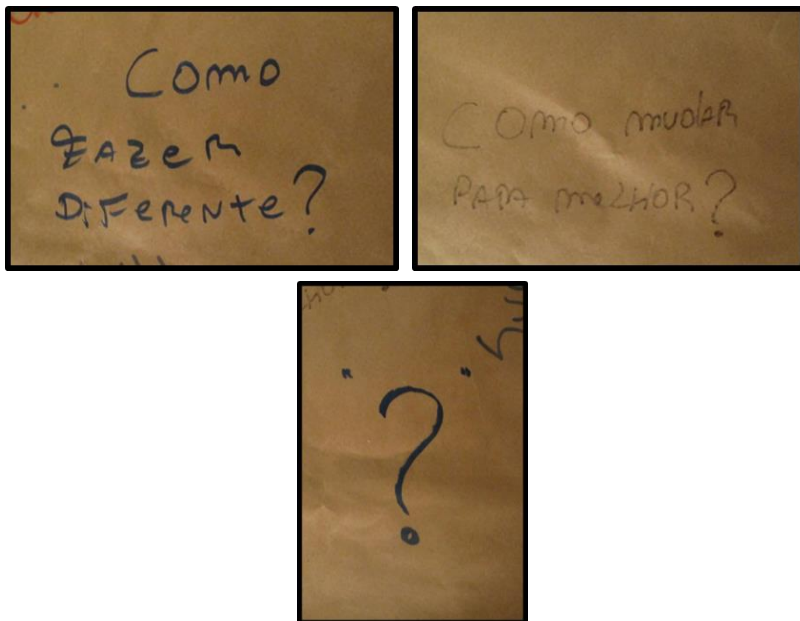


Figura 21: Partes dos cartazes construídos pelas trabalhadoras durante a oficina de fotografia, encontro 1, momento de registrar (Fonte: Arquivo pessoal).

O cuidado de si, enquanto forma de subjetivação supraindividual, enquanto relação consigo mesmas, concebida de forma inseparável das relações com as outras, ideia de encontro com o outro enquanto produtor de transformações em si (FOUCAULT, 1995b), é o que se constituía nas reuniões de equipe e se constituiu no debate das trabalhadoras durante a oficina de fotografia. Pois é essa forma de ser e fazer, esse modo de trabalhar, o que fica como memória e história para as trabalhadoras do CREAS, para além de feitos concretos. A herança que circulou no CREAS foi uma política de soluções dos problemas que não se fazem duradouras, mas que estão na relação com uma política do coletivo em que o importante é a identificação dos perigos para, a partir deles, se fazer as escolhas possíveis.

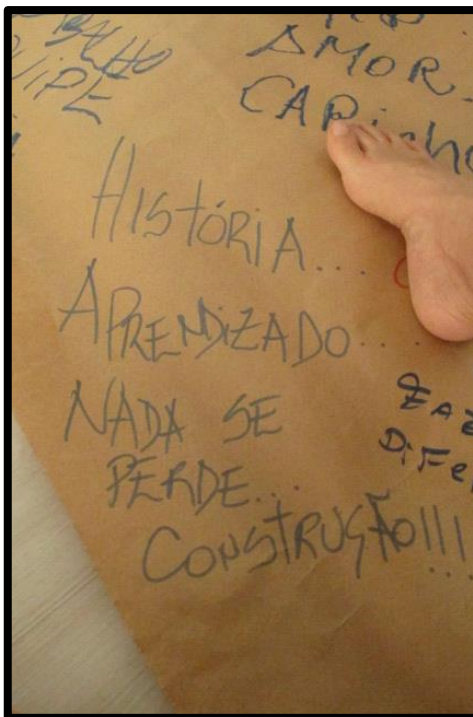


Figura 22: Parte dos cartazes construídos pelas trabalhadoras durante a oficina de fotografia, encontro 1, momento de registrar (Fonte: Arquivo pessoal).

9 PARA CONCLUIR: UM PERCURSO CHEGANDO AO FIM

Careri (2013) diz que o termo percurso indica, ao mesmo tempo, o ato da travessia, enquanto ação do caminhar; a linha que atravessa o espaço, sendo essa linha o percurso como objeto arquitetônico e, ainda, o relato do espaço atravessado.

Para o autor, o percurso é uma forma estética. E é a forma estética de um percurso o que esta tese apresenta ao trazer a narrativa do que me foi possível ver no trabalho *com* a equipe do CREAS. Trata-se do relato dos espaços e tempos por mim atravessados e construídos *com* as trabalhadoras do CREAS e *com* as trabalhadoras da FASL. Trata-se de um caminho constituído entre espaços e tempos brasileiros e suíços que me compuseram como pesquisadora da AS. Pois se o caminhar é um instrumento estético, como diz Careri (2013), capaz não só de descrever, mas de ler, de escrever, de modificar os espaços e tempos, esta tese é um pouquinho de uma construção do trabalho na/da AS.

O percurso com as trabalhadoras mostrou que a AS brasileira é campo de forças intensas, por vezes sutis, por vezes avassaladoras. Forças estas que se embatem. Nesse embate, a judicialização da vida endurece as regras e os julgamentos e exacerba os controles, ao mesmo tempo em que os processos de criação colocam em questão as normas nas quais estamos imersos, em uma reflexão ética da vida.

Muito evidente na relação com o sistema de justiça, mas infiltrada nas raízes mais finas das relações diárias, a judicialização se coloca como força aliada a outras tantas. Na AS a judicialização não está sozinha, mas imersa na biopolítica, em uma dança conjunta com a trama pobreza-assistencialismo-tutelamento-culpa, com o medo do trabalho como prova e de advir “criminosa” ou “marionete”, entre exames, prova e testemunho. Com a precarização no/do trabalho, que por vezes se coaduna com as forças da judicialização da vida, a AS convive o tempo todo. O processo de individualização também se faz presente, constantemente, aliando-se aos processos de judicialização. Na verdade, o processo de individualização se mostrou como uma força que transversaliza todas as outras e que pressiona fortemente no sentido da judicialização. O acompanhamento do CREAS e de suas relações com outros níveis e equipamentos da AS, bem como com outras políticas públicas, fez ver que essa dinâmica de forças não faz parte apenas do trabalho de um CREAS, mas se faz presente na AS brasileira e também nas demais políticas públicas. Sendo assim, é possível dizer que as forças de individualização e culpabilização, enlevadas pelo projeto político liberal,

se entrelaçam de forma a estarem presentes nas políticas públicas brasileiras como um todo.

Mas o estudo mostra também que, para cada uma das forças que pressiona no sentido da individualização e da judicialização, o CREAS opera resistências, criando contracondutas que fazem pressão no sentido oposto à judicialização da vida e que forçam a emergência de criações que façam oposição a tais forças.

No contexto específico do CREAS, a história e a memória se colocam como importante contraforça à individualização, desarranjando a trama individualização-judicialização. Para além de informações, a memória se constituiu como um modo de ser e fazer baseado na reflexão ética. Tal memória foi o que as trabalhadoras antigas constituíram, conjuntamente, como herança para as trabalhadoras novas que chegavam. Estas, por sua vez, fazem dessas memórias uma alavanca para a reinvenção do próprio presente e a visibilização de um futuro.

A AS é um mundo. Um mundo complexo onde muitas relações circulam. Todo o material que foi construído conjuntamente com as trabalhadoras do CREAS, durante o desenvolvimento da pesquisa, abre possibilidades para futuras análises. Dele ainda restam muitas coisas a serem ditas. Inúmeras são as temáticas sobre as quais existe material coletado e que poderiam dar origem a outras reflexões. Um exemplo dessas temáticas são os aspectos fundamentais do trabalho da AS, como por exemplo a relação do CREAS com o Conselho Tutelar. Da mesma forma, as relações com outros equipamentos da AS, dos diferentes níveis de complexidade, assim como as relações com as outras políticas públicas são temas que, igualmente, possibilitam outras análises. A presença de uma advogada que atua como uma trabalhadora social, realizando grupos, acompanhamentos e atendimentos em geral também é temática importante, tendo em vista tal advogada ter uma atuação diferenciada da grande maioria das equipes de CREAS. Em geral, a advogada de um CREAS se coloca disponível para realizar atividades de acompanhamento de processos e audiências, configurando uma atuação que se afasta do preconizado na PNAS (2004) e mais afeita ao papel tradicional dessa profissional. A postura diferenciada da advogada do CREAS abre a possibilidade de investigações relacionadas ao caráter interdisciplinar do trabalho, bem como ao papel de advogadas em equipes da AS.

Um autor estudado durante o percurso da tese, mas que não se fez presente nas análises propostas devido a algumas opções que foram sendo feitas ao longo da escrita, poderia contribuir para a reflexão sobre esse campo. Trata-se de Jacques Rancière. Suas ideias sobre estética como “maneiras de organizar o sensível” (RANCIÈRE, 2010b, p. 125), como

dimensão que diz respeito “aos modos de percepção e sensibilidade” e “à maneira pela qual os indivíduos e grupos constroem o mundo” (RANCIÈRE, 2010b, p. 130) poderiam contribuir para a reflexão sobre qual é a estética presente no trabalho do CREAS. Ou seja, o que é possível ver, falar, escutar e fazer no CREAS. Da mesma forma seria possível refletir sobre o que fica nas sombras, invisível, inaudível e impossível de realizar. A noção de polícia entendida como os sistemas de organização dos poderes, de gestão das populações e de legitimação de lugares e funções (RANCIÈRE, 2010a), presente nos escritos do autor, poderia contribuir para a análise do lugar em que as trabalhadoras ficam imersas quando organizam a vida das usuárias. As ideias do autor são muito férteis ainda para se pensar, mais especificamente, sobre as imagens coletadas pelas trabalhadoras do CREAS, que foram escolhidas para a oficina de fotografia e vistas e faladas durante essa atividade. Da mesma maneira poderíamos nos perguntar que estética se encontra presente nas visibilidades, dizibilidades e nos fazeres que emergiram durante o ver, escrever e falar da oficina.

Todas essas temáticas são fundamentais pois mesmo que as investigações sobre a AS brasileira tenham aumentado em volume nos últimos anos, esse campo ainda é muito vasto e há muito a se investigar e dizer sobre ele. A questão da judicialização presente no campo da AS é um tópico fundamental que diz respeito não só às relações, por vezes difíceis, com o sistema de justiça, mas às práticas jurídicas presentes em cada um de nós e nas equipes de trabalhadoras. Tema este, portanto, que merece ser investigado em outras equipes, de outros equipamentos, de outras complexidades, de outras cidades e até mesmo estados, já que a presente tese se constituiu como uma investigação que abarcou uma equipe específica, de um equipamento específico.

Durante o processo de acompanhamento das trabalhadoras do CREAS, a oportunidade de estar presente na etapa de investigação concernente à região Sul, da pesquisa intitulada *As relações entre o Sistema Único de Assistência Social – SUAS e o Sistema de Justiça* (IPEA, 2015a), evidenciou que não apenas as trabalhadoras da AS convivem com o trabalho precarizado e com a pressão que essa força exerce na direção da judicialização, mas que as próprias trabalhadoras do SJ convivem com tal pressão. Nessa oportunidade tanto as trabalhadoras da AS colocaram luz sobre as durezas e os instituídos presentes no campo de trabalho do SJ como também este pôde evidenciar os instituídos no trabalho da AS. Aquele momento de reunião de trabalhadoras de ambos os sistemas se constituiu não apenas um fórum de discussão, mas de criações de alternativas para um trabalho conjunto. Tais criações

caminham na direção da defesa dos direitos das usuárias e se contrapõem tanto ao desconhecimento sobre o trabalho de cada um dos sistemas, a seus modos de operar, como também aos abusos de poder por vezes exercidos pelo SJ. A pesquisa realizada pelo IPEA (2015a) oportunizou, então, ver que, mesmo em um campo tão duro como o do SJ, existem trabalhadoras preocupadas em colocar em questão seus modos de trabalhar e as relações com outras trabalhadoras. Esse acontecimento ratifica a necessidade de investigações que digam respeito às relações entre SJ e AS e as possibilidades de inovações nesse campo, visibilizando também os movimentos do SJ nessa direção.

Enquanto modos de ver, fazer e ser enraizados em nós e em nossa sociedade, os processos judicializantes se constituem como um desafio em sua compreensão. Mas, na AS e em sua relação com o SJ, são uma premência, pois adoecem trabalhadoras e caminham na contramão da concretização dos direitos das usuárias e mesmo das próprias trabalhadoras.

Se forças como assistencialismo, tutelamento, culpa, individualização, precarização e medo se reúnem às forças presentes nas práticas jurídicas de exame, prova, testemunho e criminalização, formando um intenso fluxo que pressiona na direção da judicialização; ao mesmo tempo, processos de resistência e contracondutas são constituídos pelas trabalhadoras como oposição a esse fluxo. Na contracorrente às forças citadas e aos processos de judicialização do trabalho e da vida, que cada vez mais se enraízam na sociedade contemporânea, emergem movimentos de intensidades variadas que se configuram como forças em direção à coletivização. Tal movimento de coletivização emerge tanto dentro da própria equipe de trabalhadoras do CREAS como entre tal equipe e outras equipes da AS ou de outras políticas públicas, como também na relação com o SJ. Tais forças coletivizadoras se constituem como possibilidade de resistência ao processo de judicialização da vida, através da criação de soluções circunstanciadas no tempo e no espaço.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Katia Faria de; ROCHA, Marisa Lopes da. Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: Referenciais e dispositivos em análise. *Psicologia, ciência e profissão*, 27 (4), p. 648-663, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v27n4/v27n4a07.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2014.

ALTOÉ, Sônia. Implicação e sobreimplicação. In: _____. *René Lourau: analista institucional em tempo integral*. São Paulo: HUCITEC, 2004, p. 186-198.

AMORIM, Marília. Cronotopo e exotopia. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. 2. ed., São Paulo: Contexto, 2014, p. 95-113.

AQUINO, Cassio Adriano Braz de; SABÓIA, Iratan Bezerra de; MELO, Pamella Beserra de; CARVALHO, Tainã Alcântara de; XIMENES, Veronica Moraes. Terceirização e saúde do trabalhador: Uma revisão da literatura nacional. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 16(2), p. 130-142, abr-jun 2016.

AUGUSTO, Acácio. Juridicalização da vida: democracia e participação. Anarquia e o que resta. *Psicologia & Sociedade*, 24 (n. spe.), p. 31-38, 2012.

ANDARILHO: o buscador. Direção: Jurandir Lisboa. Produção: Cristina Lisboa. Roteiro: Jurandir Lisboa. Intérprete: Manoel Mendes. Poema de João Marino Vieira. Criciúma: Studio Lisboa Films, 2014. Disponível em: <<http://www.oikos.org.br/tag/andarilho/>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

BAKHTIN, Mikhail. Problemas da poética de Dostoiévski. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981, 239 p.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 6 ed. São Paulo: HUCITEC, 1992, 148 p.

_____. *Estética da criação verbal*. 2. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1997, 230 p.

BARROS, Manoel de. O menino que carregava água na peneira. In: _____. *Poesia completa*. São Paulo: LeYa, 2013, p. 453-454.

BARROS, Regina D. Benevides de. Dispositivos em ação: o grupo. *SaúdeLoucura - Subjetividade*, São Paulo: Editora Ucitec, n. 2, p.183-191, 1997.

_____. *Grupo: a afirmação de um simulacro*. 3. ed. Porto alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2013, 350 p.

BARROSO, Luís Roberto. Judicialização, Ativismo Judicial e Legitimidade Democrática. (*Syn*)thesis: Cadernos do Centro de Ciências Sociais, vol. 5, n. 2, p. 23-32, 2012.

BARTHES, Roland. *A câmara clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. 185 p.

BENJAMIN, Walter. Sur le concept d'histoire. In: BENJAMIN, Walter. *Ouvres III*. Paris: Gallimard, 2000, p. 427-443.

BERTOZZI, Fabio; BONOLI, Giuliano; Benoît, GAY-DES-COMBES. *La réforme de l'état social em Suisse: vieillissement, emploi, conflit travail-famille*. Lausanne: Presses polytechniques et universitaires romandes, 2005, 130 p.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve. La déconstruction du monde du travail. In: _____. *Le nouvel sprit du capitalisme*. Paris: Galimard, 1999, p 291-343.

BRASIL. Presidência da República. *Lei n° 2.848*, de 07 de dezembro de 1940. Código penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/Del2848.htm>. Acesso em: 02 de mar. 2016.

_____. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html/ConstituicaoTextoAtualizado_EC84.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2016.

_____. Presidência da República. *Lei n° 8.742*, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm>. Acesso em: 08 ago. 2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, novembro 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Norma Operacional Básica NOB/SUAS*. Brasília, julho de 2005.

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS*. Brasília, dezembro de 2006. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/gestao-dotrabalho>>. Acesso em: 04 jan. 2014.

_____. Presidência da República. *Decreto 6.307*, de 14 de dezembro de 2007. Dispõe sobre os benefícios eventuais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6307.htm>. Acesso em: 04 mai. 2016.

CALVINO, Ítalo. *O visconde partido ao meio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, 100 p.

CARERI, Francesco. *Walkscapes: o caminhar como prática estética*. São Paulo: Editora G. Gili, 2013, 188 p.

CASTEL, Robert. *Les metamorfoses de la question sociale: une chronique du salariat*. Paris: Gallimard, 1995, 813 p.

_____. *L'insécurité sociale: qu'est-ce qu'être protégé?* Paris: Seuil/La République des Idées, 2003, 95 p.

CHANIAL, Philippe. Donner aux pauvres. In: _____. *La société vue du don: manuel de sociologie anti-utilitariste appliquée*. Paris: La Découverte, 2008, p. 272-305.

CHIAVERINI, Dulce Helena (Org.). *Guia prático de matriciamento em saúde mental*. Brasília: Ministério da Saúde - Centro de Estudo e Pesquisa em Saúde Coletiva, 2011, 236 p. Disponível em: <http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_pratico_matriciamento_saude_mental.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2016.

COIMBRA, Cecília Maira Bouças. Psicologia social, políticas públicas e biopoder. In: TATSCH, Dirce T.; GUARESCHI, Neusa M. F.; BAUMKARTEN, Silvana (Org.). *Tecendo relações e intervenções em psicologia social*. Porto Alegre: ABRAPSO SUL, 2009, p. 161-172.

_____. Ética, direitos humanos e biopoder. *Verve*, n. 20, p. 85-100, 2011.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; NASCIMENTO, Maria Livia. *Sobreimplicação: práticas de esvaziamento político?* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004. Disponível em: http://www.slab.uff.br/exibetexto2.php?link=.%2Ftextos%2Ftexto22.htm&codtexto=22&cod=22&tp=t&nome_autor=>. Acesso em: 20 set. 2016.

COUTO, Berenice Rojas. *O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?* 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006, 198 p.

_____. O sistema único de assistência social – SUAS: na consolidação da Assistência social enquanto política pública. In: CRUZ, Lilian Rodrigues; GUARESCHI, Neusa (Org.). *Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 41-55.

CRUZ, Lilian Rodrigues da; GUARESCHI, Neusa (Org.). O psicólogo e as políticas públicas de assistência social. Petrópolis (ou Rio de Janeiro?): Vozes, 2012, 239 p.

_____. A constituição da assistência social como política pública: interrogações à psicologia. In: CRUZ, Lilian Rodrigues; GUARESCHI, Neusa (Org.). *Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 13-40.

DALMAZO, Karla. *A prática interdisciplinar na Política de Assistência social: o caso do CRAS de Abaetetuba/PA*. 2010. 135f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Belém, 2010.

DIAS, Lúcia Regina Ruduit. A intervenção fotográfica em um serviço de assessoria jurídica universitária em direitos de gênero: O ato fotográfico rachando o visível e o dizível. In: ZANELLA, Andréa Vieira; TITTONI, Jaqueline. *Psicologia e fotografia: alguns ensaios*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2016, 257p.

DYER, Geoff. *O instante contínuo: uma história particular da fotografia*. São Paulo: Companhia das letras, 2008, 293 p.

ESCÓSSIA, Liliana da. O coletivo como plano de criação na saúde pública. *Interface: comunicação, saúde, educação*. Sergipe, v. 13, supl. I, p. 689-94, 2009.

_____. *O coletivo como plano de coengendramento do indivíduo e da sociedade*. São Cristóvão: Edição da UFS, 2014, 215 p.

ESCÓSSIA, Liliana da; KASTRUP, Virgínia. O conceito de coletivo como superação da dicotomia indivíduo-sociedade. *Psicologia em estudo*, Maringá, v. 10, n. 2, p. 295-304, mai/ago 2005.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem & diálogos: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009, 165 p.

FONTENELE, Adna Fabíola Guimarães Teixeira. *Psicologia e Sistema Único da Assistência Social – SUAS: estudo sobre a inserção dos(as) psicólogos(as) nos Centros de Referência da Assistência Social*. 2008. 185 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza – CE, 2008.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. e RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995a, p. 231-249.

_____. Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995b, p. 253-278.

_____. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: _____. *Ditos e escritos V*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a, p. 264-287.

_____. *A hermenêutica do sujeito*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006b. 680 p.

_____. Foucault (1984). In: *Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006c, p. 234-239.

_____. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 17. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006d. 176 p.

_____. *A ordem do discurso*. 15. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007, 79 p.

_____. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, 572 p.

_____. *História da sexualidade II: O uso dos prazeres*. 13. ed. São Paulo: Edições Graal, 2009a.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2009b, 291 p.

_____. *Do governo dos vivos*. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achimé, 2011.

_____. *A arqueologia do saber*. 8. ed., São Paulo: Forense Universitária, 2012, 244 p.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 2013.

FURMANN, Ivan. *Novas tendências da extensão universitária em Direito: Da assistência à assessoria jurídica*. Disponível em:

<<http://jus.com.br/revista/texto/6481/novas-tendencias-da-extensao-universitaria-em-direito/1>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006, 224 p.

_____. *Limiar, aura e rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin*. São Paulo: Editora 34, 2014, 272 p.

GRABOIS, Pedro Fornaciari. Resistência e revolução no pensamento de Michel Foucault: contracondutas, sublevações e lutas. *Cadernos de ética e filosofia política*, São Paulo, n 19, 2011, p. 07-27.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Minidicionário Houaiss de língua portuguesa*. 3. ed., Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, 917 p.

IPEA. *As relações entre o Sistema Único de Assistência Social – SUAS e o Sistema de Justiça*. Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos (SAL), 2015a, 239 p.

_____. *Políticas sociais: acompanhamento e análise*. v. 23, Brasília: IPEA, 2015b, 566 p.

JACQUES, Paola Berenstein. O grande jogo do caminhar. In: CARERI, Francesco. *Walkscapes: o caminhar como prática estética*. São Paulo: Editora G. Gili, 2013, p.7-16.

KEHL, Maria Rita. In: SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Corpos de passagem: ensaios sobre a subjetividade contemporânea (orelha do livro)*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, 127 p.

LARROSA, Jorge. O ensaio e a escrita acadêmica. *Educação & Realidade*. 28(2):101-115, jul/dez, p. 101-115, 2003.

_____. A operação ensaio: sobre o ensaiar e o ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida. *Educação & Realidade*. 29(1):27-43, p. 27-43, jan/jun 2004.

LOPES, José Sérgio Leite. Notas sobre a precarização do trabalho no Brasil. *Revista da Rede de Estudos do Trabalho*. Ano 5, n. 8, p. 1-14, 2011. Disponível em:

<http://www.estudosdotrabalho.org/8_%208%20%20Articulo%20Leite%20Lopes.pdf>. Acesso em: 19 set. 2016.

LOURAU, René. *Análise Institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: UERJ, 1993, 61 p.

LUZ, Vladimir de Carvalho. *Assessoria jurídica popular no Brasil: paradigmas, formação histórica e perspectivas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, 246 p.

MACEDO, João Paulo Sales. *O Psicólogo no campo do Bem-Estar: cartografias de práticas na saúde e assistência social*. 2007. 246 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia, Sociedade e Qualidade de Vida) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

MARASCHIN, Cleci. Pesquisar e intervir. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 98-107, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822004000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 mar. 2016.

MARIANO, M. H. S. *O praticante de psicanálise no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS): a intervenção retificadora e outras questões*. 2011. 277f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz; AGUINSKY, Beatriz Gershenson (Org.). *O sistema único de assistência social: as contribuições à fundamentação e os desafios à implantação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, 269 p.

MERRIEN, François Xavier. *L'État-providence*. 12. ed., Paris: Presses Universitaire de France, 2000. 128 p.

MIRON, Alessandra Xavier. *O que vi no SUAS e o que o SUAS me deu: Relato de uma pesquisa-experiência sobre as práticas psi na assistência*. 2014. 153f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional)

– Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 2014.

MOTTA, Roberta Finn. *A psicologia na Assistência Social: práticas vivenciadas e conhecimento produzido*. 2011. 97f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 2011.

MOTTA, Roberta; SCARPARO, Helena B. K. A psicologia na assistência social: transitar, travessia. *Psicologia & Sociedade*, vol. 25, n.1, p. 230-239, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822013000100025&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 jan. 2014.

MOUFFE, Chantal. *El retorno de lo político: Comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical*. Buenos Aires: Paidós, 1999, 208 p.

OLIVEIRA, Camila Félix Barbosa de; BRITO, Leila Maria Torraca de. Judicialização da vida na contemporaneidade. *Psicologia ciência e profissão*, 33 (núm. esp.), p. 78-89, 2013.

OLIVEIRA, Isabel Fernandes de. Os desafios e limites para a atuação do Psicólogo no SUAS. In: CRUZ, Lilian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza (Org.). *O psicólogo e as políticas públicas de assistência social*. Rio de Janeiro: Vozes, 2012, p. 35-51.

PADIGLIONE, Vincenzo; FATIGANTE, Marilena. O percurso da restituição: da documentação ao patrimônio. In: ZANELLA, Andréa Vieira; TITTONI, Jaqueline (Org.). *Imagens no pesquisar: experimentações*. Porto alegre: Dom Quixote, 2011, p. 167-192.

PAUGAM, Serge; SCHULTHEIS, Franz. Introdução. In: SIMMEL, Georg. *Les pauvres*. 4. ed. Paris: Quadrige/PUF, 2011, p. 1-34.

PAULON, Simone M. A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção. *Psicologia & Sociedade*, vol. 17, n. 3, p. 18-25, set-dez 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n3/a03v17n3.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

_____. Instituição e intervenção institucional: percurso conceitual e percalços metodológicos. *Mnemosine*, vol. 5, n. 2, p. 189-226, 2009. Disponível em: <http://www.mnemosine.com.br/ojs/index.php/mnemosine/article/view/181/pdf_166>. Acesso em: 03 mar. 2016.

PAULON, Simone M.; ROMAGNOLI, Roberta C. Pesquisa-intervenção e cartografia: melindres e meandros metodológicos. *Estudos e pesquisa em psicologia*, n. 1, p. 85-102, 2010. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v10n1/artigos/pdf/v10n1a07.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

PENIDO, Stela. Walter Benjamin: a história como construção e alegoria. *Cadernos do Departamento de Filosofia*, Rio de Janeiro, nº 1, p. 61-70, 1989.

PEREIRA, Vinícius Tonollier. *A psicologia no munda da vida: Representações sociais sobre os(as) usuários(as) do CRAS*. 2013. 154f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 2013.

PICHON, Pascale. La construction des publics. In: ION, Jacques (Dir.). *Le travail social en débat[s]*. Paris: La Découverte, 2005, p. 189-204.

PORTO ALEGRE, Prefeitura Municipal de Porto Alegre. *Leituras dos territórios das regiões de assistência social*. Porto Alegre: FASC, 2013, 118 p.

PRADO FILHO, Kleber. Uma breve genealogia das práticas jurídicas no ocidente. *Psicologia & Sociedade*, 24 (n. espec.), 2012, p. 104-111.

PRUDENTE, Jéssica. *Tempo, trabalho e fotografia: a produção de práticas reflexivas nos jogos de verdade do trabalho em saúde*. 2012. 148f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, 2012.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009, 71 p.

_____. A associação entre arte e política segundo o filósofo Jaques Rancière. *Revista Urdimento*. Florianópolis, vol. 1, n. 15, out. 2010a, p. 123-134.

_____. Biopolítica ou política? *Revista Urdimento*. Florianópolis, vol. 1, n. 15, out. 2010b, p. 75-80.

_____. *O espectador emancipado*. São Paulo: Editora WMF/Martins Fontes, 2012, 128 p.

RICOEUR, Paul. Le sentiment de culpabilité: sagesse ou névrose. Dialogue avec Marie De Solemne. In: Marie De Solemne et ali. *Innocence et culpabilité*. Paris: Dervy, 1998, p. 9-29.

RIFIOTIS, Theophilos. Direitos humanos: Sujeito de direitos e direitos do sujeito. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al (Org.). *Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa: Editora Universitária, 2007, p. 231-244.

_____. Judicialização das relações sociais e estratégias de reconhecimento: Repensando a ‘violência conjugal’ e a ‘violência intrafamiliar’. *Katálysis*, Florianópolis, v. 11, n. 2, jul./dez. p. 225-23, 2008.

ROCHA, Felipe José Nunes. Por que desenvolver um projeto de assessoria jurídica popular na universidade? *Revista do SAJU: para uma visão crítica e interdisciplinar do Direito*. Porto Alegre, vol. 7, n. 1, p. 49-70, 2011.

ROCHA, Marisa Lopes da; AGUIAR, Katia Faria de. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia ciência e profissão*, vol. 23, n. 4, p. 64-73, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000400010>. Acesso em: 03 mar. 2016.

ROMANINI, Moises; DETONI, Priscila Pavan. A culpabilização como efeito do modo indivíduo de subjetivação nas políticas sociais. *Polis e Psique*, 4(2), p. 206-229, 2014.

SALES, Lilia Maia de Moraes. *Assessoria jurídica gratuita como forma de acesso à justiça e inclusão social*. Disponível em:

<http://www.mediacaobrasil.org.br/artigos_pdf/3.pdf>. Acesso em: 02 mar. 14.

SENRA, Carmem Magda Ghetti. *Psicólogos sociais em uma instituição pública de Assistência Social: Analisando estratégias de enfrentamento*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil, 2009.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Corpos de passagem: ensaios sobre a subjetividade*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p 127 p.

SCHNAPPER, Dominique. *L'épreuve du chômage*. Paris: Gallimard, 1994, 288 p.

SILVA, Cláudia Osório da; BARROS, Elisabeth Barros de. Oficinas de fotos: um método participativo de análise de trabalho. *Universitas Psychologica*. 12(4), p. 1325-1334, 2013.

SILVA, Rosane Neves da. *A invenção da psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2005, 132 p.

SILVA, Sheila Suely de Souza. Contradições da assistência social no governo “neodesenvolvimentista” e suas funcionalidades ao capital. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 113, p. 86-105, jan-mar, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282013000100004>. Acesso em: 21 abr. 2016.

SIMMEL, Georg. *Les pauvres*. 4. ed. Paris: Quadrige/PUF, 2011, 112 p.

SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. São Paulo, Companhia das letras, 2003, 107 p.

SPINK, M. J.; MENEGON V. M.; MEDRADO B. Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), p. 32-43, 2014.

SPINK, Peter Kevin. O pesquisador conversador no cotidiano. *Psicologia & Sociedade*; 20, Edição Especial, p. 70-77, 2008. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000400010>. Acesso em: 18 abr. 2014.

SPOSATI, Aldaíza. *A menina LOAS: um processo de construção da assistência social*. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2007, 96 p.

TEDESCO, Sílvia Helena; SADE, Christian; CALIMAN, Luciana Vieira. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. *Fractal, Rev. Psicol.* Rio de Janeiro, vol. 25, n. 2, ago. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-02922013000200006&script=sci_arttext>. Acesso em: 01 jun. 2014.

TIBERGHIEU, Gilles A. A cidade nômade. In: CARERI, Francesco. *Walkscapes: o caminhar como prática estética*. São Paulo: Editora G. Gili, 2013, p. 17-22.

TITTONI, Jaqueline. Sobre psicologia e fotografia. In: _____. *Psicologia e fotografia: experiências em intervenções*. Porto Alegre: Dom quixote, 2009, 152 p.

TONI, Míriam de. Precarização do mercado de trabalho no Brasil: um estudo da região metropolitana de Porto Alegre. *Análise Econômica*, Faculdade de Ciências Econômicas/UFRGS, Porto Alegre, ano 25, n. 47, março de 2007, p. 185-210.

TREIN, Anna Luiza. “*O que estamos fazendo aqui?*” Sobre o pesquisar e a autonomia nos jogos de visibilidade do SUAS. 2012. 139f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, 2012.

TREIN, Anna Luiza; DIAS, Lúcia Regina Ruduit; TITTONI, Jaqueline. *O direito à assistência social no Brasil: para quem e para quê*. Rio de Janeiro: Multifoco, Coletânea Bento-Gonçalves de Direito II, 2016, p. 63-80.

TREIN, Anna Luiza; TITTONI, Jaqueline; PRUDENTE, Jéssica. O trabalho como potencializador da vida nas práticas da assistência social. *Psico*. vol. 44, n. 1, jan/mar. 2013, p. 55-63.

VIEIRA, Evaldo. *Os direitos e a política social*. São Paulo: Cortez, 2004, 224 p.

WEHRLE, Beat. *'From welfare to workfare': A modernização da hegemonia capitalista – Análise da assistência social na Suíça*. 2011. 300f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil, 2011.

WOHLFARTH, Irvin. Et cetera? De l'historien comme chiffonnier. In: WISMANN, Heinz. *Walter Benjamin et Paris*. Colloque International, 27-29 juin, Paris: CERF, 1986, p. 559-609.

ZANELLA, Andréa Vieira. *Perguntar, registrar, escrever: inquietações metodológicas*. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2013, 183 p.

ZANELLA, Andréa Vieira; SAIS, Almir Pedro. Reflexões sobre o pesquisar em psicologia como processo de criação ético, estético e político. *Análise Psicológica*, 4 (XXVI), p. 679-687, 2008.

APÊNDICE A – TCI: TERMO DE CONCORDÂNCIA INSTITUCIONAL

Termo de Concordância Institucional

Nome da pesquisadora: Lúcia Regina Ruduit Dias

Nome da orientadora: Profa Dra Andréa Vieira Zanella

Ao assinar este documento estou consentindo que a pesquisadora Lúcia Regina Ruduit Dias, orientada pela Prof^a. Dra. Andréa Vieira Zanella, realize atividade de pesquisa no Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) da região XXXX⁶⁴ de Porto Alegre – RS, sobre os temas de pesquisa: práticas jurídicas, judicialização e estética no trabalho. O objetivo desse estudo é analisar as práticas jurídicas dos trabalhadores e trabalhadoras do CREAS. Para tanto, autorizo a participação da pesquisadora nas reuniões da equipe de trabalhadores e trabalhadoras do CREAS, bem como a participação nos trabalhos da equipe em geral.

Declaro ter recebido uma explicação clara e completa sobre as tarefas das quais os trabalhadores e trabalhadoras do CREAS farão parte, reconhecendo que:

1º Foram explicados a justificativa e o objetivo da presente pesquisa, que consiste na elaboração de Tese de Doutorado.

2º Foi explicado o procedimento que será utilizado, sendo que este prevê o acompanhamento da equipe, portanto, a participação em atividades de trabalho, entrevistas, oficina de fotografia e anotações em diário de pesquisa.

3º A entidade poderá interromper a realização da pesquisa quando desejar, pois trata-se de um convite de participação, sem qualquer caráter obrigatório.

4º A pesquisa está sendo organizada para não gerar nenhum tipo de desconforto ou constrangimento para os participantes, mas em caso de qualquer desconforto psicológico inesperado, como rememoração de fatos desagradáveis, ansiedade ou inibição diante de algum questionamento nas entrevistas, da solicitação de participação em

⁶⁴ O nome da região, constante no original, foi retirado como forma de preservar o anonimato do local.

atividades da oficina e/ou diante do registro das atividades em áudio, a pesquisadora se compromete a prestar toda assistência necessária aos trabalhadores e trabalhadoras implicados/as. Em caso de permanência do desconforto a pesquisadora se compromete a realizar o devido encaminhamento conforme necessidade, para pessoal ou entidade competente.

5° Tratando-se de uma pesquisa intervenção, o estudo tem por possível benefício propiciar momentos de reflexão dos trabalhadores e trabalhadoras a respeito de seu próprio trabalho, tendo como consequência indicativos de aprimoramento em suas próprias práticas.

6° Qualquer dúvida será esclarecida antes e durante o processo de pesquisa pela pesquisadora.

7° A entidade participará da pesquisa sem qualquer ônus financeiro e não receberá compensação financeira por sua participação.

8° Houve o esclarecimento de que os usos das informações obtidas pela ocasião da pesquisa estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), conforme as normas estabelecidas para a realização de pesquisa com seres humanos pelo Conselho Nacional de Saúde (1996) - Resolução nº 196/96, sendo garantido o sigilo e a privacidade das identidades dos trabalhadores e trabalhadoras.

9° Os dados coletados por ocasião da presente pesquisa serão armazenados na sala do Núcleo de Pesquisa em Práticas Sociais: Relações Éticas, Estéticas e Processos de Criação (NUPRA) da Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, pelo período de cinco anos, após o qual serão eliminados.

10° A assinatura constante neste documento dará autorização aos pesquisadores para utilizar os dados obtidos por meio de entrevistas, observações, fotografias, audiogravações, quando se fizer necessário, incluindo a divulgação dos mesmos dentro das prerrogativas de sigilo e preservação de identidade, inerentes à pesquisa científica.

11° Assino o presente documento em duas vias de igual teor, sendo uma entregue ao CREAS XXXX e a outra permanecendo de posse das pesquisadoras.

A pesquisadora responsável por este projeto é a Prof^ª Dra. Andréa Vieira Zanella. Para quaisquer esclarecimentos, a pesquisadora Lúcia

Regina Rudit Dias coloca-se à disposição através do e-mail: luciarudit@gmail.com.

Porto Alegre, _____ de _____ de 2016.

Lúcia Regina Rudit Dias

Coordenadora do CREAS XXXX

Endereços para contato:

Pesquisadora Lúcia Regina Rudit Dias

Endereço: Departamento de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Universitário, Trindade, Florianópolis/SC, CEP:88040-970

E-mail: luciarudit@gmail.com Telefone: (51) 96663849

Prof. Dra. Andréa Vieira Zanella - orientadora

Endereço: Departamento de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Universitário, Trindade, Florianópolis/SC, CEP:88040-970

E-mail: azanella@cfh.ufsc.br/Telefone: (48) 3331-8566

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos/UFSC

Endereço: Prédio Reitoria II, Rua Desembargador Vitor Lima, 222, sala 401, Trindade, Florianópolis/SC, CEP: 88040-400

E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br/Telefone: 48-3721-6094

APÊNDICE B – TCLE: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Título da pesquisa: Judicialização e contracondutas no trabalho da equipe de um CREAS: forças em tensão na Assistência Social.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Nome da pesquisadora: Lúcia Regina Ruduit Dias

Nome da orientadora: Profa Dra Andréa Vieira Zanella

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa sobre o trabalho nas Políticas Públicas de Assistência Social. Tal pesquisa encontra-se associada ao projeto de doutorado de Lúcia Regina Ruduit Dias, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação da Prof^{ra}. Dra. Andréa Vieira Zanella. O objetivo do estudo é analisar a estética presente nas práticas jurídicas dos trabalhadores e trabalhadoras do CREAS.

1º Ao assinar o presente termo, declaro ter recebido uma explicação clara e completa sobre as tarefas de que participarei e me submeto às mesmas de livre e espontânea vontade.

2º Foram explicados a justificativa e os objetivos do estudo, sendo este analisar as práticas jurídicas dos trabalhadores e trabalhadoras do CREAS, sob a justificativa de que estas práticas, cada vez mais, fazem parte do trabalho na assistência social e que analisar a maneira como os trabalhadores e trabalhadoras lidam como as mesmas pode contribuir para a construção de alternativas de trabalho que condigam tanto com a defesa de direitos da população atendida, bem como com melhores condições de trabalho para os próprios profissionais.

3º Foi explicado o procedimento que será utilizado, sendo que participarei de uma entrevista, que será registrada em audiogravação e de uma oficina de fotografia com as imagens produzidas pelos

próprios trabalhadores e disponíveis no local de trabalho. Tal oficina será registrada por escrito. A pesquisadora participará das reuniões de equipe, bem como de reuniões de rede e com outras equipes da assistência social e de outras políticas públicas, que terão seus relatos e impressões anotadas em diário de pesquisa.

4º Poderei interromper a realização das tarefas quando desejar, pois trata-se de um convite de participação, sem qualquer caráter obrigatório.

5º A pesquisa está sendo organizada para não gerar nenhum tipo de desconforto ou constrangimento para os participantes, mas em caso de qualquer desconforto psicológico inesperado, como rememoração de fatos desagradáveis, ansiedade ou inibição diante de algum questionamento nas entrevistas, da solicitação de participação em atividades da oficina e/ou diante do registro das atividades em áudio, a pesquisadora se compromete a prestar toda assistência necessária. Em caso de permanência do desconforto a pesquisadora se compromete a realizar o devido encaminhamento conforme necessidade, para pessoal ou entidade competente.

6º Se achar necessário, poderei recorrer à pesquisadora Lúcia Regina Ruduit Dias, em qualquer momento, para retirada de dúvidas através do email luciaruduit@gmail.com ou telefone (51) 96663849 ou com a pesquisadora Andréa Vieira Zanella pelo telefone (48) 3331-8566.

7º Tratando-se de uma pesquisa intervenção, ela ocorrerá através da oficina de fotografia enquanto espaço para reflexão dos trabalhadores e trabalhadoras a respeito de seu próprio trabalho e construção de alternativas para as práticas consideradas inadequadas ao cumprimento de sua função e objetivos.

9º Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), conforme as normas estabelecidas para a realização de pesquisa com seres humanos pelo Conselho Nacional de Saúde - Resolução nº 466/2012, sendo garantido o sigilo e a privacidade de minha identidade se assim eu desejar.

10º Os dados por mim fornecidos serão armazenados na sala do Núcleo de Pesquisa em Práticas Sociais: Relações Éticas, Estéticas e Processos de Criação (NUPRA) da Pós-Graduação em Psicologia da

Universidade Federal de Santa Catarina, pelo período de cinco anos, após o qual serão eliminados.

11º A minha assinatura neste documento dará autorização aos pesquisadores para utilizar os dados obtidos para a divulgação acadêmica e científica de seus resultados, quando se fizer necessário, incluindo a divulgação dos mesmos dentro das prerrogativas de sigilo e preservação de identidade, inerentes à pesquisa científica.

12º Fui informado (a) de que as fotografias por mim produzidas não deverão conter pessoas passíveis de identificação, com a exceção de minha própria imagem, sendo que dou o consentimento de uso sobre as mesmas em função da pesquisa e de sua divulgação.

13º Estou ciente de que minha participação na pesquisa ocorrerá na própria instituição onde trabalho regularmente, em horário em que eu esteja disponível para participar das atividades relacionadas a esta pesquisa. Não terei nenhuma despesa advinda da participação na pesquisa e caso alguma despesa extraordinária associada à pesquisa venha a ocorrer, esta será coberta com recursos das despesas previstas no projeto. No caso de algum eventual dano material ou imaterial decorrente da pesquisa poderei solicitar a indenização conforme a legislação vigente.

14º A pesquisa não implica nenhuma compensação financeira pela participação.

15º Assino o presente documento em duas vias de igual teor, ficando uma em minha posse. Todas as páginas do presente termo serão por mim rubricadas.

A pesquisadora responsável por este projeto é a Prof^ª Dra. Andréa Vieira Zanella. Para quaisquer esclarecimentos, a pesquisadora Lúcia Regina Ruduit Dias coloca-se à disposição pelo e-mail: luciaruduit@gmail.com.

Porto Alegre, _____ de _____ de 2016.

Lúcia Regina Ruduit Dias

Participante

Pesquisadora

Endereços para contato:

Pesquisadora Lúcia Regina Ruduit Dias

Endereço: Departamento de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Universitário, Trindade, Florianópolis/SC, CEP:88040-970

E-mail: luciaruduit@gmail.com Telefone: (51) 96663849

Prof. Dra. Andréa Vieira Zanella - orientadora

Endereço: Departamento de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Universitário, Trindade, Florianópolis/SC, CEP:88040-970

E-mail: azanella@cfh.ufsc.br/Telefone: (48) 3331-8566

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos/UFSC

Endereço: Prédio Reitoria II, Rua Desembargador Vitor Lima, 222, sala 401, Trindade, Florianópolis/SC, CEP: 88040-400

E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br/Telefone: 48-3721-6094